



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "D" AO Nº 040 - QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissão Mista Permanente

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25 Líder Humberto Costa - Bloco (115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (91,93,117) Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,102) Anibal Diniz (25,103) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,90,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (91,93,117) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Wilder Moraes - Bloco (96,112,119) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (96,112,119)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (95,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÃO MISTA PERMANENTE

1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2013.....	4
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013	57

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2013, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois do dia seis de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin e do Deputado Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** com o tema “Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: A Agenda Pós-Varsóvia”, em conformidade com Requerimento nº 11, de 2013-CMMC, aprovado em 24 de setembro de 2013. Presentes os convidados formam-se as mesas que discorrem sobre os temas: **Abertura: A Perspectiva Brasileira. Antonio Herman Benjamin** (Ministro, Superior Tribunal de Justiça), *Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima*; **Denise Hamu, (do PNUMA)**; **Jailton Zanon da Silveira**, Diretor Jurídico da CEF; **José Eduardo Ismael Lutti**, do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”; **Roberto Cavalcanti**, Secretário de Biodiversidade e Florestas-MMA e **Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ. **1ª Mesa - Conferências Magnas: Izabella Teixeira** (Ministra do Meio Ambiente do Brasil), *O Brasil e as Mudanças Climáticas* e **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho** (Chefe, Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores), *Balanço de Varsóvia*. **2ª Mesa - Mudanças Climáticas no Brasil: Agenda Política e Científica: Everton Lucero** (Ministro, Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química, Ministério das Relações Exteriores), *Rumo à COP 20*; **Gustavo Luedemann** (Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), *Mecanismos de Transferência de Tecnologia*; e **Iracema Cavalcanti** (Pesquisadora, INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e Autora-Líder do Capítulo 14, do Relatório do IPCC), *Projeções do IPCC para o Brasil*. **3ª Mesa Mudanças Climáticas no Brasil: Agenda Política, Jurídica e Empresarial: Antonio Herman Benjamin** (Ministro, Superior Tribunal de Justiça), *Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima*; **Carlos Augusto Klink** (Secretário Nacional de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, MMA), *Iniciativas Brasileiras nas Mudanças de Clima*. **A Perspectiva Internacional - 4ª Mesa - Mudanças Climáticas: Impactos no Direito, Biodiversidade e Solo: Ben Boer** (University of Sydney School of Law), *Mudanças Climáticas e Direitos Humanos*; **Ian Hannam** (Australian Centre for Agriculture and Law), *Mudanças Climáticas e Proteção dos Solos*; **Ernesto Enkerlin Hoeflich** (Presidente, Comissão Mundial de Áreas Protegidas), *Mudanças Climáticas e Áreas Protegidas*; **Ken Markowitz** (INECE), *Mudanças Climáticas e Implementação da Legislação Ambiental*; **Nicholas Robinson** (Yale University School of Forestry & Environment), *Mudanças Climáticas e o Princípio da Resiliência*; **Richard Ottinger** (Professor, Pace University, Estados Unidos), *Mudanças Climáticas e Direito*; **Simon Stuart** (Presidente, Comissão Mundial de Sobrevivência de Espécies), *Mudanças Climáticas e Espécies Ameaçadas de Extinção*; e **Tomme Young** (International Council of Environmental Law), *Mudanças Climáticas e Biodiversidade*. Os convidados realizam suas exposições. Também fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e o Deputado Sarney Filho. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião dezoito horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A nossa reunião do dia de hoje é feita em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente através do empenho do Ministro Herman Benjamin, que, sem dúvida nenhuma, para todos nós, no mundo jurídico, é um dos juristas que mais se dedica, mais se empenha no assunto, e tem dado uma grande contribuição em nosso País, seja na elaboração das leis, na execução das leis ou até mesmo na conscientização dos membros do Poder Judiciário acerca da importância da questão ambiental e das mudanças climáticas.

O nosso colóquio é um colóquio internacional sobre mudanças climáticas. A agenda pós-Varsóvia, a 19ª Conferência das partes (COP19), que é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, foi realizada recentemente e concluída no dia 23 do mês passado, do mês de novembro. É uma conferência sobre a qual não havia grandes expectativas, mas os resultados – é exatamente isso que nós vamos debater – foram positivos em vários ou alguns aspectos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu quero fazer uma homenagem ao Ministro Herman Benjamin, que de fato é o grande responsável por este evento de hoje. Quero destacar a presença à Mesa, já entre nós, do Deputado Sarney Filho, que é Relator desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas – falaremos posteriormente; do Embaixador José Marcondes Carvalho, conhecido por todos nós como Embaixador gaúcho, que é o embaixador responsável pelo acompanhamento, pelas negociações das questões climáticas, representando o Brasil. Quero anunciar a presença da Denise Hamú, que representa o PNUMA, órgão do meio ambiente das Nações Unidas; a presença do Herman Benjamin – já falamos aqui; de Jailton Zanon da Silveira, que é Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal; e de José Ismael Lutti, que é do Instituto O Direito por um Planeta Verde. Por último, deixei para citar a presença muito querida entre nós da Ministra do Brasil do Meio Ambiente. Ou seja, à Mesa temos um ex-Ministro do Meio Ambiente e a Ministra do Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos os trabalhos eu gostaria de propor, diante do falecimento de um grande líder não apenas africano, não só da África do Sul e da África, mas um grande líder mundial, que deu uma contribuição fenomenal a favor das liberdades, a favor da solidariedade, da convivência harmoniosa entre os povos do mundo todo... Eu me refiro ao falecimento de Nelson Mandela. O Senado faz uma bela homenagem no dia de hoje. O Senado, todos os dias, divulga um jornal, e o nosso jornal veio assim hoje. Estamos de luto e, ao mesmo tempo, homenageando essa pessoa a quem muito devemos. Então, eu gostaria de propor que façamos, antes do início dos trabalhos, um minuto de silêncio.

Todos de pé.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nós já estamos com os convidados que fazem parte da primeira Mesa.

Antes de iniciarmos os debates, eu gostaria de falar umas poucas palavras. Na sequência, falarão o Relator de nossa Comissão, Deputado Sarney Filho, e o Ministro Herman Benjamin. Depois, passaremos a palavra à representante do PNUMA e, aí sim, iniciaremos o nosso colóquio.

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar todos e todas que estão presentes nesta sessão, dar as boas-vindas aos senhores. Já conversei com alguns que não estão aqui pela primeira vez, que voltam ao Brasil, onde já estiveram anteriormente. É muito importante que estejam conosco neste momento, debatendo um assunto tão importante. A conferência ainda está muito quente, todas as suas decisões. Esta discussão, desde já no Congresso Nacional brasileiro, com representantes de outras nações, é muito importante para que a gente possa, a partir de agora, fazer com que aquilo que foi decidido teoricamente possa ser revertido em uma ação prática em todos os países.

O Brasil, como nós sabemos, é um País que tem um grande protagonismo nessa questão ambiental, primeiro pela nossa própria condição de termos a maior reserva natural do Planeta, a maior reserva de água doce de superfície do Planeta, a Floresta Tropical Amazônica, que nós mantemos em pé em um percentual, em uma proporção significativa. Saibam as senhoras e os senhores que o Governo brasileiro, a Nação brasileira, o Parlamento, o próprio povo brasileiro tem feito um grande esforço no sentido de garantir a manutenção dessa floresta, da natureza, prestando grandes serviços ambientais não só ao Brasil, mas ao Planeta, inclusive. Sabemos da importância da floresta no regime de chuvas, na captura de gases de efeito estufa. Enfim, é muito importante que possamos fazer este debate hoje.

Da parte do Congresso Nacional, eu gostaria somente de dizer também umas poucas palavras. Nós temos no Brasil a Câmara Alta e a Câmara Baixa: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Da junção da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da junção das duas Casas, temos o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem regimento próprio, reuniões para debater vários projetos ou leis que são comuns às duas Casas.

Nós temos, atualmente, somente duas comissões permanentes em funcionamento. Uma é a Comissão de Orçamento, que aprova o orçamento do País e acompanha a execução orçamentária. A outra comissão permanente é a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que tem um Presidente, um Vice-Presidente e sempre um Relator, porque anualmente nós temos o dever legal de apresentar um relatório avaliando a execução da política brasileira sobre mudanças climáticas, que é uma política estabelecida em lei. Ou seja, em âmbito internacional, nas negociações, o Brasil não tem nenhuma obrigação vinculante. Entretanto, aqui, internamente, nós temos, sim, uma meta, que é extremamente ousada – vocês ouvirão muito sobre isso –, de diminuição das emissões até o ano de 2020, e que para nós, internamente, não é voluntária. É estabelecida na lei. É uma das metas mais

ousadas do Planeta. Isso é muito importante. O Parlamento é parte disso, porque decidiu montar esta Comissão, e a Comissão faz esse acompanhamento sobre o desenvolvimento da política sobre mudanças climáticas.

Então, eu quero, em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, juntamente com o Deputado Sarney e com o Ministro Herman Benjamin, dar as boas-vindas a vocês que vêm de fora e a vocês que são aqui do nosso País, de vários órgãos, e desejar a todos nós um profícuo, um excelente debate.

Muito obrigada.

Passo a palavra imediatamente ao nosso Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da nossa Comissão.

Como muito bem falou a Senadora, o Congresso brasileiro tem apenas duas comissões permanentes: a Comissão de Orçamento e a Comissão de Mudanças Climáticas. Isso, por si só, significa que o Congresso brasileiro dá uma importância muito grande à questão climática. Não acredito e desconheço que, na formatação de congressos mundiais, tenhamos um destaque tão grande como tem aqui no Parlamento brasileiro a Comissão de Mudanças Climáticas. Dessa forma, é importante que ressaltemos que o Parlamento brasileiro está inteiramente integrado ao combate às mudanças climáticas, ao combate ao aquecimento global. Nós temos uma lei que estabelece a Política Nacional de Mudanças Climáticas, conforme a Senadora Vanessa Grazziotin disse. O Congresso tem atuado firmemente e sempre dando respaldo às nossas políticas.

Evidentemente, o Brasil se diferencia ainda dos outros países pelas nossas emissões. Elas se dão ainda muito mais pelo desmatamento e pelo uso do solo. Essa questão começa a mudar agora. Estamos mudando. Nossa matriz energética, elétrica, está mudando. Mas, de qualquer forma, o Brasil ainda tem um importante papel no combate ao aquecimento global através da manutenção dos nossos biomas. É justamente dentro dessa perspectiva que acho muito importante este Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas, a agenda pós-Varsóvia. Nossa Comissão e eu, particularmente, como Relator, estaremos muito atentos ao que será discutido hoje aqui – tanto que era para ter entregado o relatório para o conhecimento dos membros da Comissão no dia de ontem, mas pedi um adiamento para a semana que vem porque vou, seguramente, incorporar algumas das discussões que realizaremos hoje, aqui, no meu relatório.

Quero parabenizar o Ministro Herman Benjamin, idealizador deste colóquio; agradecer a Ministra do Meio Ambiente, nossa querida companheira Izabella Teixeira, pela presença e pelo sempre pronto atendimento aos pleitos do Congresso e desta Comissão; e desejar também a todos um profícuo trabalho, um dia muito bom de trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Passo a palavra agora ao – como já dito aqui – idealizador deste evento, a quem somos profundamente agradecidos pela oportunidade. Fizemos esta parceria com muita alegria, Ministro. Passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin, para que também possa proferir as suas primeiras colocações.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, agradecer a S. Exª, a eminente Presidente desta Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin, que vem do maior Estado brasileiro, que tem – me corrija com os números da geografia – mais de 2 milhões...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Um milhão e meio de quilômetros quadrados.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – O Pará é maior?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, nós.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – O Amazonas é maior do que o Pará. Tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Ou seja, é um pedaço enorme do nosso Brasil.

Mas mais importante é que o Estado do Amazonas – e a Ministra Izabella tem esses números de cabeça – conta com um dos menores índices de desmatamento. É um Estado que está praticamente intacto de floresta extraordinária, extremamente rica em biodiversidade.

Além disso, a eminente Senadora – na abertura isto ficou muito claro – tem uma paixão especial pelo tema das águas. Eu a conheci muitos anos atrás exatamente tratando de água, um potencial magnífico da Amazônia como um todo, que, de certa maneira, corre sérios riscos com as mudanças climáticas – tanto a biodiversidade da Amazônia como os recursos hídricos, essa enorme riqueza do nosso País e do Planeta.

Então, a ela, em primeiro lugar, os meus agradecimentos, a minha admiração – mais do que admiração, tenho por ela uma amizade longa e profunda –; e ao meu amigo José Sarney, ex-Ministro do Meio Ambiente e uma das vozes mais autorizadas do nosso País em temas não só de meio ambiente, mas também, vamos dizer, de áreas próximas, como direitos humanos, proteção das minorias. Como representante e Líder do Partido

Verde no nosso Parlamento, ele tem se destacado muitíssimo como a linha de frente dessas temáticas que são tão importantes, mas, ao mesmo tempo, tão complexas, como todos que estão aqui sabem.

Quero agradecer ao Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, o nosso embaixador gaúcho. Eu não iria fazer a referência informal, mas, já que a eminente Senadora o fez, eu repito. Ele gosta muito de se identificar, em primeiro lugar, como gaúcho, ou seja, do Rio Grande do Sul, e depois como brasileiro. Mas isso certamente ele vai negar aqui de público, como Embaixador-Chefe, principal negociador do Brasil nas questões ambientais.

A biografia do eminente Embaixador levaria bastante tempo para ser lida aqui. Ocupou vários postos no exterior e sempre teve, eu diria, esse amor pela questão ambiental. Então, nós nos sentimos muito bem representados, meu caro Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, nas negociações brasileiras com V. Ex^a.

À Dr^a Denise Hamú, Chefe do escritório do PNUMA no Brasil, também o nosso agradecimento. A Denise Hamú tem uma história de cooperação com as várias instituições que estão aqui. Foi Presidente da Comissão de Educação e Comunicação da UICN e destacou-se enormemente nesse posto. Foi Presidente da WWF no Brasil ou Diretora-Executiva e, nos últimos anos, está à frente do escritório do PNUMA, que tem um trabalho extremamente presente no cotidiano das instituições que lidam com a questão ambiental no nosso País.

Agradeço também ao Dr. Jailton Zanon da Silveira, da Caixa Econômica Federal, que tem programas de proteção do meio ambiente e de inclusão social que dão muito orgulho a nós brasileiros. É uma instituição oficial que leva em consideração a temática das favelas, da urbanização, da qualidade de vida, da dignidade das pessoas humanas. Por isso, Dr. Jailton, o nosso agradecimento também.

Finalmente, quero agradecer ao Instituto O Direito por um Planeta Verde (Law for a Green Planet Institute), ao Dr. José Ismael Lutti, que é Vice-Presidente do Instituto e, ao mesmo tempo, Promotor de Justiça do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Aqui há vários integrantes do Instituto O Direito por um Planeta Verde que serão depois apresentados, se é que já não o foram.

Eu deixei, por derradeiro, a nossa Ministra do Meio Ambiente, que é uma amiga muito querida – às vezes, irreverente demais. Eu sempre procuro, nas mesas formais, não me sentar ao lado dela porque tento dar um ar judicial, sério, sem risos, e ela, a cada três minutos, faz uma provocação que me faz rir – às vezes, até preciso tentar me conter. Mas Izabella consegue compatibilizar essa leveza de ser, essa informalidade, tanto no trato pessoal como nas questões profissionais, e, ao mesmo tempo, demonstra um conhecimento profundo da realidade e da proteção do meio ambiente no nosso País.

É, talvez, na América Latina, uma das poucas Ministras que vêm da instituição. Fez a sua carreira inteira no Sistema Nacional de Proteção do Meio Ambiente. A sua capacidade de trabalho é difícil de descrever, é indescritível, o que sempre me impressiona, porque, como *workaholic*, que eu próprio sou, vejo as horas dedicadas pela Ministra Izabella ao seu trabalho. Às vezes, ligo às 10 horas da noite, às 11 horas da noite, e está ela no seu gabinete. Já tive audiência com ela bem próximo das 11 horas da noite.

Então, eu festejo a eminente Ministra e agradeço o apoio. Há uma parceria muito forte que a Ministra instituiu entre a Justiça brasileira e o Ministério. Portanto, o meu agradecimento pessoal também.

Por fim, eu queria agradecer a todos os participantes brasileiros e estrangeiros, professores, especialistas que abrilhantam este nosso evento.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nós é que cumprimentamos o Ministro Herman Benjamin, como sempre muito atencioso com todos os seus pares. Não é à toa que ele tem uma grande respeitabilidade no Brasil, não só pela sua capacidade jurídica, pelo seu domínio da questão ambiental, mas também por essa capacidade que ele tem de cultivar amizades, obtendo, assim, muito respeito de todos que com ele convivem.

O Ministro Herman Benjamin costuma ser sempre chamado, seja pelo Senado Federal, pela Presidência do Senado, seja pela Presidência da Câmara, toda vez que o Congresso se envolve com matérias, projetos relativos à questão ambiental. Ele tem sido um grande formulador da legislação brasileira. Então, em todas as nossas leis – a Ministra Izabella sabe disso...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – No direito do consumidor também.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – No direito do consumidor, da mesma forma. Em todas as nossas leis, as leis brasileiras têm lá o dedo, a escrita do Ministro Herman Benjamin.

Eu passo a palavra, para fazer as suas considerações iniciais, a sua saudação, à representante do PNUMA no Brasil, Dr^a Denise Hamú.

A SR^a DENISE HAMÚ MARCOS DE LA PENHA – Obrigada.

Senadora, eu gostaria de agradecer, em nome do PNUMA, o convite.

Esta Mesa está bem cheia de autoridades. Então, eu fiquei aqui um pouquinho do lado de fora.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite para o PNUMA estar aqui na abertura deste colóquio, principalmente acompanhada de pessoas de tão grande calibre e dos três Poderes da República.

É muito importante percebermos que nós temos aqui o nosso querido Ministro Herman, que não só nos convoca – ele só nos avisa que no dia tal nós vamos ter um compromisso, e estamos aqui –, mas que também anima toda essa discussão. Ele envolve as discussões domésticas e também convida ilustres palestrantes e pensadores da questão ambiental a estarem aqui conosco.

Então, eu gostaria de agradecer o convite feito ao PNUMA e de colocar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente à disposição dessas discussões, mesmo porque as convenções para o próprio PNUMA, órgão ao qual eu estou vinculada, para a ONU e para o mundo são um instrumento fundamental para que possamos avançar em todas essas questões, vamos dizer, um pouco mais setoriais, mas que são tão abrangentes no âmbito multilateral.

Então, para o próprio Programa das Nações Unidas, as convenções ambientais, como chamamos, trouxeram uma elevação do discurso no PNUMA, puxaram a régua para cima, já que os países estão sempre se encontrando nas COPs e provocando que avancemos. Então, não apenas do ponto de vista da própria Convenção de Mudanças Climáticas, mas também da organização PNUMA, cada vez que essas convenções avançam, elas requerem muito mais do nosso trabalho no que se refere a resultados concretos.

Aqui no Brasil, particularmente, nós desenvolvemos o projeto GEF, que tivemos a oportunidade de lançar aqui com a presença do Deputado Sarney Filho e da Senadora Vanessa também. É um projeto, com a OMCTI e o MMA, de mitigação de emissões de efeito estufa em que estamos trabalhando. No entanto, estamos aqui à disposição para participar dessas discussões que são fundamentais para que possamos cumprir com os nossos compromissos nacionais, com as metas nacionais e internacionais.

Gostaríamos de ressaltar aquilo que sempre fala Achim Steiner, nosso Diretor-Executivo: para ele é um prazer imenso trabalhar com o governo do Brasil, principalmente pelos exemplos que vem dando ao longo desses últimos anos, como a questão dos índices de desmatamento que têm abaixado sensivelmente e têm impactado no conjunto das emissões que não estão acontecendo nos últimos anos.

Então, gostaríamos, Ministra Izabella, de reiterar o nosso reconhecimento pelo esforço que tem sido feito pelo País e de dizer que estamos aqui juntos para que possamos realmente avançar nessas matérias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Cumprimentamos, mais uma vez, a Drª Denise e manifestamos a alegria de ter conosco V. Sª, que tem sido, sem dúvida nenhuma, uma grande parceira. Muito obrigada, mais uma vez, pela presença.

Passo a palavra também, para fazer as suas breves saudações, ao Dr. Jailton Zanon da Silveira, que é Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal do Brasil.

O SR. JAILTON ZANON DA SILVEIRA – Obrigado.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e todas as autoridades presentes, pedindo licença para fazê-lo na pessoa do querido Ministro Herman Benjamin, que, sabemos, é um dos idealizadores deste evento tão importante para o Brasil e para todo o mundo.

Quero registrar, Ministros e senhores, que, para a Caixa – como mencionado aqui –, uma instituição tão importante para o País, parceira de grandes eventos, inclusive com a Ministra, com o Ministério do Meio Ambiente, na verdade, é uma honra poder colaborar, apoiar e participar deste tipo de evento, que está, como dito, intrinsecamente ligado à natureza da instituição nos seus mais de 150 anos de história.

A empresa, de fato, possui vários programas, inclusive na parte relacionada à concessão de créditos, e já estamos discutindo a preocupação com a questão ambiental. Cito apenas um exemplo: em empreendimentos habitacionais, é exigida a certificação oficial da madeira utilizada. E eu poderia aqui dar vários outros exemplos.

Mas, neste momento, de nossa parte, fica a felicidade de poder ter colaborado um pouco para a viabilização deste evento. E quero registrar que o Instituto Planeta Verde e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas podem continuar contando com a Caixa para apoiar futuros eventos nessa área.

Muito obrigado (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Dr. Jailton. Vamos também firmar uma grande parceria aqui com o Senado, com a Comissão de Mudanças Climáticas e a Caixa Econômica Federal. Muito obrigada pela colaboração e pela presença, sobretudo.

Por fim, também para fazer as suas saudações iniciais, eu passo a palavra ao Dr. José Ismael Lutti, que é do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI – Bom dia a todos.

Em nome do Instituto O Direito por um Planeta Verde, gostaria de cumprimentar a todos da Mesa na pessoa do Deputado Sarney Filho e da Senadora Vanessa.

Quero registrar a imensa honra de o Instituto poder coordenar este evento, juntamente com esta Comissão Mista, e reiterar as homenagens e os agradecimentos feitos pelo Ministro Herman Benjamin. Quero parabenizá-lo também pela idealização deste evento.

Desejo a todos um ótimo dia de trabalho!

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada, Dr. José Ismael Lutti.

Feita a nossa brevíssima abertura, agradeço a presença de todos e convido a permanecer na Mesa aqueles que participarão das palestras.

Muito obrigada, Drª Denise.

Os seus lugares estão reservadíssimos aí na frente, Drª Denise, Dr. Jailton e Dr. José Ismael.

Conforme a nossa programação, a primeira conferência, a conferência magna, conta com dois grandes conferencistas: o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, que é Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, e a nossa Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Eles farão um balanço acerca dos resultados da COP 19, Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas.

Então, primeiramente, passo a palavra ao Ministro José Antônio Marcondes de Carvalho.

Ministro, eu quero...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Embaixador.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É um Embaixador. Eu me refiro não ao Ministro do Itamaraty. É um Ministro como a Izabella. Por quê? Até aproveito a oportunidade para comunicar que, anteriormente ao Embaixador José Marcondes, quem conduzia as negociações sobre mudanças climáticas no Brasil era o Ministro Figueiredo, que ocupava o cargo que ele ocupa hoje. Mas, hoje, o Embaixador Figueiredo é Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Quem sabe já estou prevendo o futuro aqui, Embaixador Marcondes? Quem sabe já o estamos prevendo?

Então, com a palavra, o nosso Embaixador Marcondes.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todas e a todos!

Inicialmente, eu queria, Senadora, em nome da equipe do Ministério das Relações Exteriores, agradecer as suas muito gentis palavras em recente alocução no plenário do Senado, quando se referiu aos resultados e aos trabalhos desenvolvidos durante duas árduas e longas semanas em Varsóvia. Realmente, do fundo do coração, em nome dos meus colegas e no meu próprio nome, agradeço essas palavras sempre gentis e estimuladoras.

Também aproveito para saudar a Ministra Izabella Teixeira e para saudar o Ministro Herman Benjamin pela iniciativa.

Realmente, Ministro, V. Exª sabe que sempre pode contar conosco!

O nosso Deputado Sarney Filho também é um grande prócer nessa luta pela utilização sustentável do meio ambiente e pelo desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado pelo convite.

Eu gostaria de começar a fazer algumas referências sobre a nossa reunião em Varsóvia. Poderia parecer um pouco burocrático, mas acho que é muito importante ressaltar o fato de que, nessa reunião, nós contamos com a presença de dois Ministros de Estado: a Ministra Izabella Teixeira, que, juntamente com o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo, participou dos trabalhos durante a sessão do Segmento Ministerial da Conferência das Partes. Também é muito importante o fato de que ali estavam representantes do Parlamento, do Congresso, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados. Estavam presentes também vários representantes de diversos órgãos, Ministérios e agências do Governo brasileiro.

Mas também, Senadora, eu gostaria de aproveitar este momento para nos congratularmos todos pela presença de representantes da sociedade civil na delegação brasileira. Faço aqui um destaque especial à participação de representantes da juventude brasileira, que estão aqui conosco hoje, que não apenas são o futuro garantido do nosso País, mas que também representam o empenho e a luta por uma causa que é de todos nós.

Então, eu agradeço e faço essa menção aos representantes de todos os órgãos de todas as esferas do Governo brasileiro e também da sociedade civil.

Como foi mencionado, não se esperava que a Conferência das Partes de Varsóvia tivesse como objetivo a conclusão de alguma parte do processo de negociação da Convenção do Clima. Já se qualificava, já se imaginava, como estava previsto, que fosse mais uma Conferência das Partes de transição. Não estava prevista a

conclusão... Não é que fosse o fim de algum processo, mas era mais parte de uma etapa nesse longo processo de tratativas das mudanças climáticas.

Eu gostaria de explicar um pouco a nossa posição brasileira sobre o que nos orientava e sobre os nossos grandes objetivos nessa Conferência das Partes. Acho que ela pode ser resumida em três palavras: ambição, ação e preparação. A partir desses conceitos, começo a explicar um pouco o que houve em Varsóvia. E, em outros momentos deste colóquio, faremos a análise dos próximos passos.

A ambição foi o grande orientador da delegação brasileira, no sentido de que, sim, temos de nos preparar e de que, sim, temos de agir. O recente relatório do IPCC demonstra a necessidade... As mensagens básicas do último relatório do IPCC são as de que, sim, estão ocorrendo mudanças no clima; de que, sim, essas mudanças são fruto da ação humana; e de que, sim, nós temos de agir rapidamente, temos de tomar ações e medidas para reverter ou para controlar as emissões de carbono, para adequar a ação humana no sentido da economia, com ações menos intensivas de carbono. Quanto mais rapidamente pudermos agir, melhor será para minimizar o efeito da mudança climática. A ambição foi nosso grande orientador, está sendo nosso grande orientador nas ações e será nosso grande vetor orientador durante essas discussões.

Deveremos passar pela próxima Conferência das Partes, que será realizada na cidade de Lima, no ano que vem, quando esperamos ter o rascunho, a primeira versão do novo acordo, do instrumento que terá vigência a partir de 2020. Depois, haverá a Conferência de Paris, em 2015, quando esperamos poder concluir a negociação desse novo instrumento.

A ambição, então, tem sido esse vetor orientador. Todas as nossas ações e todas as nossas propostas para a Conferência de Varsóvia estiveram orientadas nesse sentido. Vale a pena destacar algumas dessas missões que nós fizemos no sentido de exatamente permitir essa maior ambição, a ambição imediata, não uma ambição postergada, uma ambição para mais tarde. Então, foi esse o grande orientador da nossa posição.

Nós podemos dizer que conseguimos, junto com outros países, dentro dos alinhamentos que existem nessas tratativas do clima... O Brasil faz parte de um grupo expressivo de países composto pela Índia, pela África do Sul, pela China. Estamos trabalhando, temos trabalhado, mantemos reuniões frequentes com uma coordenação feita amiúde, justamente para avançarmos nesses temas e para trabalharmos aspectos da ambição, como mencionei. Essa ambição foi cobrada por esses países. O Brasil, principalmente, junto com os demais países, cobra que os países desenvolvidos adotem ações imediatas para aliviar os transtornos provocados pela mudança climática.

Essa reunião em Varsóvia começou exatamente na esteira da grande catástrofe climática ocorrida nas Filipinas. Foi um alerta, eu diria, sobre o que da magnitude da inação humana pode resultar em termos da potencialização e do aumento da violência em catástrofes naturais. Eventos extremos do clima, caso não haja ações, serão mais frequentes na natureza. Infelizmente, eles tocaram as Filipinas, com a morte de milhares de seres humanos e com perdas materiais impressionantes.

Volto à questão da ambição. Muitas discussões em Varsóvia se centraram nos aspectos do último elemento a que me referi, que é a questão da preparação para os próximos passos sucessivos no trabalho do novo entendimento, do novo acordo ou instrumento legal.

Acho que também é importante recapitular aqui, para contextualização, que estamos trabalhando a partir da Plataforma de Durban, de reuniões anteriores à Conferência das Partes. A Plataforma de Durban definiu dois trilhos, dois segmentos de ação: um segmento de ação anterior a 2020 e um segmento de preparação e de trabalho para esse novo instrumento que terá vigência depois de 2020.

A ambição, volto a insistir, como temos enfatizado, deve ocorrer não apenas para depois de 2020, mas já anteriormente a 2020, com ações pelas quais o Brasil tem sido exaltado. Acho que não seria exagero dizer que o que o Brasil está fazendo, Senadora, não é jactância nacionalista. São fatos, são elementos concretos. O Brasil vem atuando. O Brasil vem atuando desde já. Os números falam por si sós. Os números relativos à redução das emissões, fruto da ação e da política brasileira de redução de emissões, são absolutamente consideráveis e, pelas avaliações internacionais, chegam a ser superiores ao somatório das ações que vêm sendo empreendidas por países desenvolvidos.

Não é demais recordar, como foi dito nesta Mesa, que esse é um compromisso brasileiro voluntário em termos internacionais, apesar de, aqui, no nosso País, isso ser parte de um instrumento legal. Isso é lei. As reduções brasileiras são ambiciosas, as reduções brasileiras são significativas. A partir da experiência brasileira e a partir dos resultados que já vêm sendo obtidos pelo Brasil, nós buscamos estimular outros países a emularem ações como as que o Brasil vem tomando desde que adotou a política nacional.

Volto a mencionar a questão da ação imediata, da ação já. O que nós encontramos em Varsóvia? A Conferência de Varsóvia não só tratou do desastre natural nas Filipinas, com das consequências que já mencionamos. Durante a Conferência das Partes, também houve países que anunciaram a redução da sua ambição. Nós

buscávamos o aumento da ambição. Nós buscávamos convencer, persuadir outros países a emularem os esforços brasileiros, mas encontramos em Varsóvia situações em que países recuavam dos seus compromissos e em que países se negavam a assumir atitudes maiúsculas e significativas com vistas à ação com relação ao clima.

Quanto à ação, podemos dizer que essa não foi uma Conferência das Partes que tenha estimulado esse quesito. Infelizmente, houve, sim, recuos quanto a compromissos internacionais de alguns países. Tivemos, sim, de presenciar atitudes de relutância de certos países, principalmente de países desenvolvidos, em assumir esses compromissos. Então, quanto à ação, ficamos com a sensação de que não pudemos avançar. Em termos de ações, ficamos mais com um saldo quicá negativo do que positivo com relação aos próximos passos que daremos.

Em termos de preparação, o terceiro elemento que foi muito importante na reunião de Varsóvia, Varsóvia traçaria o caminho, o mapa das negociações que faremos até 2015 para esse novo instrumento.

Acho que é importante aqui compartilhar a nossa percepção do que está ocorrendo. Havia dois elementos muito importantes nessa questão da preparação do caminho para a negociação do novo acordo. Nós percebemos dois elementos bastante fortes que vale a pena mencionar. O primeiro elemento é o fato de que, apesar de esse novo acordo, segundo decisões anteriores, ser pautado e vinculado à Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, houve um grupo expressivo de países desenvolvidos que queria desconstruir os grandes conceitos e os grandes pilares da Convenção do Clima. Então, houve um esforço em torno dessa desconstrução da Convenção e da sua base fundamental por parte de alguns países, para reverter e ir contra decisões anteriores de que o novo acordo deveria ser baseado na Convenção e não poderia ser contraditório à Convenção. Houve um grupo expressivo de países, como mencionei, tentando reverter essa decisão e desconstruir os elementos basilares da Convenção.

Outro elemento é o fato de que nós percebemos que não havia concordância sobre a questão dos anúncios dos compromissos dos países, quando os números deveriam estar anunciados para serem incorporados na Convenção, ou melhor – perdão! –, nesse novo instrumento internacional. Havia países que insistiam que isso deveria ocorrer muito rapidamente. Outros países, como o Brasil, orientavam-se pelo seguinte fato: tendo em conta que essa é uma Convenção que entrará em vigor em 2020, compromissos, metas e contribuições dos países para a redução de suas emissões terão vigência nesse novo instrumento apenas a partir de 2020. A posição do Brasil era no sentido de que a data da apresentação dessas metas deveria ser propiciada e estimulada pela ambição, não deveria ser apenas uma data burocrática, uma data que pudesse acomodar o interesse de uma parte ou o interesse de um grupo de países. O nosso interesse é a ambição e menos uma data, tendo em conta que esse acordo entrará em vigência em 2020. A nossa posição era por mais pressa e por menos velocidade, por mais aqodamento e por menos resultados.

Então, o que se definiu numa decisão que foi negociada? Não quero exagerar, mas tivemos negociações no último dia da Conferência de Varsóvia, no dia 22, que se estenderam durante 36 horas ininterruptas. Começamos às 9h de sexta-feira e terminamos no sábado, à noite. Foram 36 horas ininterruptas. Mas essa decisão aponta justamente para este aspecto: os países devem começar a apresentar suas metas, seus objetivos de redução de emissões de gases de efeito estufa a partir de 2015.

Outro aspecto que é muito importante também e que fez parte das nossas conversas nesta Comissão e em outros âmbitos do nosso Congresso é o fato de que o Brasil tinha apresentado uma proposta de decisão, que foi aceita, no sentido de que os países deveriam iniciar um processo de consultas internas que perpassasse toda a sua estrutura nacional e esferas de governo. Isso foi aceito, e nós deveremos iniciar, a partir do começo do ano que vem, um processo de consultas internas no País, para exatamente nos prepararmos para essas negociações na sua fase conclusiva.

Eu me referi ao aspecto de que alguns países tentaram retroceder no compromisso da manutenção da Convenção das Nações Unidas como elo central dessas negociações. O Brasil apresentou uma proposta sobre a questão das responsabilidades históricas dos países no acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera. Essa proposta brasileira encontrou enormes dificuldades em ser aprovada por vários países, principalmente países desenvolvidos, que fizeram todo tipo de alegações no sentido de não aceitar a proposta brasileira, que era uma proposta muito simples: era uma proposta que encomendava ao IPCC o desenho de uma metodologia sobre a contribuição individual de cada país no acúmulo de gás de efeito estufa, uma metodologia que seria preenchida pelos países individualmente, e justamente uma metodologia que pudesse orientar e pudesse também contribuir para fomentar a ambição necessária para esse acordo.

Ficamos bastante impressionados com a resistência que encontrou essa oferta, essa submissão que se transformou numa posição de todos os países do Grupo dos 77 e a China. E a grande argumentação nossa e dos demais países que copatrocinaram esse projeto de decisão era no sentido de que esse novo acordo tem que estar baseado em dados científicos. Ele não pode ser apenas um acordo sem uma orientação científica. E esses dados, essa proposta brasileira era justamente um elemento importante nesse fato de termos acordo pro-

piciado pelos melhores conhecimentos científicos. Infelizmente, não conseguimos. Continuaremos insistindo nessa proposta. É uma proposta que coloca a questão do clima numa perspectiva científica e numa perspectiva completa. Ela poderá determinar a contribuição individual de cada país sobre a sua responsabilidade ou sua cota de responsabilidade na elevação da temperatura.

Então, essa proposta brasileira e dos países em desenvolvimento continua sobre a mesa, e nós continuaremos trabalhando justamente para termos um acordo baseado na ciência, e um acordo que seja ambicioso, e um acordo que seja abrangente.

Eu tomo mais dois minutos, Senadora, para mencionar alguns – eu já falei em alguns aspectos negativos – aspectos positivos nesta reunião. Um deles é a questão do que houve. Foi acordado um pacote de decisões no sentido da remuneração por redução de emissões de desmatamento e degradação florestal. Essas decisões são importantíssimas para países como o Brasil. Essas atividades de redução de emissão por desmatamento e degradação poderão propiciar recursos para países como o Brasil, que vem trabalhando muito fortemente nesse aspecto.

Se esse foi um aspecto importante na área financeira, em outros aspectos da área financeira nós não conseguimos ainda obter o avanço necessário para gerar a confiança indispensável para a negociação desse novo acordo. Com relação ao compromisso de US\$100 bilhões anuais, prometidos pelos países industrializados, não houve possibilidade de obtenção, desses países, por precisão a respeito das fontes e dos compromissos de cada um nesse aspecto. Esse é um trabalho em que continuaremos insistindo; é um trabalho fundamental para a geração da confiança necessária e indispensável para a negociação desse novo acordo. Temos que ter dados concretos, compromissos não retóricos e transparência na utilização desses recursos. Estamos falando a respeito de US\$100 bilhões anuais de fontes de recursos novos e adicionais e não de recursos requentados ou duplamente contabilizados.

Então, Senadora, eu aqui encerro a minha participação dizendo que o que Varsóvia representou foi o que de fato nós esperávamos em termos da preparação para o novo acordo, apesar de vários países tentarem desconstruir os elementos de conceitos basilares da convenção e apesar de países tentarem reverter essa ordem.

Para essa negociação em Lima e em Paris precisaremos de muito trabalho para adquirir a necessária confiança e o compromisso dos países que hoje estão um pouco em dúvida, que têm dúvidas com relação a esse compromisso; precisaremos da disposição e da vontade política de vários países.

O Brasil continua com a sua convicção e com a sua determinação inabalável de avançar nesse processo nos foros multilaterais. A preparação, então, podemos dizer que está relativamente bem encaminhada. Em termos de ambição e de ações – eu já me referi a isso –, não foi necessariamente uma COP em que pudéssemos ter recolhido ou saído com dados mais positivos; inclusive o resultado é de neutro para negativo, dado o retrocesso com relação ao compromisso de alguns países. Mas continuaremos insistindo e continuaremos trabalhando.

Temos agora esse grande desafio de determinação das posições brasileiras para a apresentação em 2015, e vamos trabalhar, vamos iniciar, tentar enfrentar esse desafio que temos pela frente.

Uma vez mais, muito obrigado, Senadora; muito obrigado, Ministro e Deputado, pelo convite. Estar aqui na Comissão é sempre um prazer para podermos compartilhar e darmos a nossa visão de um processo complexo, um processo que toca no fundo as possibilidades de acesso ao desenvolvimento do nosso País, ao desenvolvimento que nós pretendemos. Estamos comprometidos com avançar de forma sustentável, não repetindo os mesmos equívocos cometidos por outros países, mas, sim, avançando no sentido de permitir ao nosso País e à nossa população chegar a níveis desejáveis de bem-estar. Esse é um compromisso brasileiro, esse é um compromisso do Estado, é um compromisso do Governo.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada ao nosso Embaixador.

Nós não marcamos tempo, Ministro Herman Benjamin, porque cremos que nesta primeira conferência tanto o Embaixador quanto a Ministra têm muito o que... Creio que este é o início daquilo que vai nortear todos os nossos debates daqui para frente.

Feita a exposição do Embaixador Marcondes, eu passo a palavra à Ministra Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil.

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Bom dia a todos!

Gostaria inicialmente de agradecer o convite e, mais do que isso, agradecer à Comissão a realização desse evento. O fato de termos, encerrada a conferência de Varsóvia, um primeiro debate, um primeiro colóquio internacional no Brasil em torno do tema de mudanças do clima ou mudanças climáticas pós-Varsóvia sinaliza, ainda no exercício de 2013, a prioridade conferida pela sociedade brasileira, uma vez que o evento está sendo proposto, protagonizado pelo Congresso Nacional e pelo Judiciário.

Na verdade esses dois Poderes estão trabalhando juntos, em parceria com o Poder Executivo, em torno não só dos aspectos internacionais que o tema guarda, mas também daquilo que foi muito bem colocado pela minha amiga, Senadora Vanessa Grazziotin, as preocupações, uma vez que o Brasil não tem na sua esfera nacional uma leitura voluntária em relação ao tema. A leitura no quadro legal brasileiro é que o tema tem caráter compulsório. Nós temos obrigações legais, o que obviamente coloca todos nós, gestores públicos responsáveis pela implementação da política, com uma agenda prioritária em torno da questão do clima. E isso talvez seja uma característica tão específica do Brasil que justifica ou que está fundamentada, melhor dizendo, no fato – tanto o Ministro Sarney Filho quanto a Senadora Vanessa e o Ministro Herman Benjamin ressaltaram isso aqui – de o Congresso brasileiro ter, além da Comissão de Orçamento, a Comissão de Mudanças do Climáticas em caráter permanente. São comissões permanentes. Essa é a única política, entre aspas, “setorial”, que tem essa prioridade conferida pelo Congresso brasileiro, portanto, pelo povo brasileiro. Então, isso dá uma envergadura política para o engajamento brasileiro nas negociações internacionais, o que o Embaixador gaúcho – é impossível falar Embaixador Marcondes, porque ele é gaúcho, vulgarmente conhecido como Marcondes, e talvez seja melhor fazer essa referência – procurou ilustrar do ponto de vista de todos os esforços que o Governo brasileiro busca, no âmbito das negociações internacionais, traduzir no que se refere a essas prioridades da sociedade brasileira.

Então, o primeiro aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção é agradecer o convite e, mais do que agradecer o convite, destacar que antes mesmo do final do ano nós já estamos aqui nos organizando para uma prioridade conferida, importante em relação ao que virá pós-Varsóvia. E o que virá pós-Varsóvia...

Eu não vou me aprofundar aqui nas colocações da negociação de Varsóvia. Eu, particularmente, saí muito frustrada das negociações no tempo em que lá estive, porque acho que é preciso mudar a dinâmica de diálogo entre as partes. Esse é um processo que vem de Durban, em que você estabelece três fases, três grandes momentos de negociação e começa o processo de negociação com países retirando a sua ambição ou diminuindo a sua ambição. Isso é, do ponto de vista não só dos negociadores, que são pessoas muito determinadas, mas do ponto de vista de todas as pessoas que estão engajadas numa COP, no mínimo, um balde de água fria; é, no mínimo, frustrante do ponto de vista do engajamento político sobre o tema. E isso esteve presente em todas as conversas que a gente chama de alto nível com os ministros, com o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas e com o próprio grupo Basic – Brasil, África do Sul, Índia e China –, em torno do que serão futuras posições a serem colocadas do ponto de vista do diálogo político.

Nas COPs usualmente se debate muito e pouco disso é colocado publicamente. As pessoas têm pouco domínio da envergadura das negociações, não das negociações formais, mas das chamadas negociações de bastidores, onde as pessoas estão fazendo um exercício permanente de avanço. Então, é nesse contexto que eu faço a minha fala acerca da frustração, porque quando há países que têm obrigações de reduzir emissões e que sequer cumpriram Quioto, países que estão diminuindo ou tendo retrocesso nas suas ambições, isso coloca pelo menos uma vírgula ou um ponto e vírgula no processo de busca de avanços. Mas isso não apequena o debate. Isso cria, na realidade, um contexto político de buscar novos instrumentos e novos espaços para a consecução dos objetivos, que é o acordo olhando pós-2020. E o acordo está estruturado em três grandes momentos.

Varsóvia contou também com... O Embaixador, obviamente, com todos os seus requintes diplomáticos, não fez menção a isso, mas é inacreditável que você tenha o próprio *chief da* conferência demitido em plena COP. Então, isso sinaliza a prioridade que muitos... Independentemente das questões internas – não me cabe aqui falar de decisões internas –, mas, do ponto de vista da conferência, lembro porque eu estava lá, ele foi de uma coerência – o Embaixador pode me corrigir aqui se eu estiver errada –, manteve todas as negociações e conduziu todas as negociações até o fim com o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, com o próprio Secretário-Geral da Convenção, todo mundo trabalhando. Ou seja, a ONU criou as condições para o encerramento das convenções.

Lembro que em Copenhague tivemos o mesmo processo e lembro que precisamos construir salvaguardas para que as conferências possam ser exitosas nas suas conduções políticas, não só nos seus resultados, mas no seu processo de condução política. Isso foi muito bem retratado pelas entidades não governamentais que abandonaram a conferência.

Estou ressaltando isso como movimento político global em torno do tema. Houve um estressamento político que precisa ser eliminado do processo de negociação e é preciso criar as condições de confiança e de credibilidade no diálogo no âmbito do multilateralismo. Talvez esse seja o maior desafio da COP 20. Aí, todos os países – particularmente os países em desenvolvimento, diferentemente do que estava acontecendo no contexto dos países desenvolvidos – se uniram no G77+China e há muito tempo – gaúcho, me corrija – talvez não tenhamos uma unidade tão sólida e tão robusta do ponto de vista de convergência de objetivos políticos e técnico-científicos como nós tivemos no G77 durante a COP de Varsóvia.

É muito interessante – não é isso, Everton? – do ponto de vista da dinâmica global de negociação observar quais são os países que, de fato, estão querendo solução em relação ao tema, quem está, de fato, procurando solução e quem está, de fato, muitas vezes querendo adiar a solução. Aí tem a ver com o “moody” – posso usar essa expressão entre aspas – internacional que o mundo vive, não só em clima, como nas negociações que estão acontecendo em Bali, que não sei se terminaram. Mas pelo fato de o gaúcho ter ficado 36 horas em negociação, ele estreou na COP – seja bem-vindo, já ficamos quase 72... Mas não é uma discussão, não é um momento em que estão ficando 72, 48 horas porque as pessoas não estejam engajadas, são debates acirrados buscando soluções.

É importante ressaltar do ponto de vista do contexto político que – uma vez que a COP 20 é a primeira COP que vai acontecer num país em desenvolvimento, é a primeira COP da Amazônia – ela provocará não só debates, mobilização de atores em relação à mudança do clima, mas de atores em relação à conservação da biodiversidade. Aí, vamos começar a tocar num assunto importante de negociação, que é a convergência entre as duas convenções – o pessoal científico vai falar em seguida sobre as questões científicas e os cenários associados à mudança do clima –, a vulnerabilidade em torno das questões relacionadas à conservação da biodiversidade e mesmo às próprias condições atuais dos grandes biomas, inclusive no Brasil, dos grandes *hotspots* em função dos cenários técnico-científicos que estão sendo colocados. Ou seja, o provimento de serviços ambientais pode estar ameaçado em função de uma discussão em que os atores responsáveis que conduzem as negociações de biodiversidade não fazem parte formalmente das negociações de clima. Então, quem é impactado, quem sofre as consequências não tem um diálogo estruturado nem estruturante com quem negocia para mitigar ou mesmo adaptar – como estamos na fase de adaptação – as grandes soluções globais. E mesmo entre as entidades não governamentais que são atuantes no processo tenho um time de clima e tenho um time de biodiversidade, que fazem esforços imensos, mas nunca vi manifestação dos dois dentro das convenções desde que delas participo. Participo desde a quinta, então, já estou velha o suficiente, estou naquela fase do *once upon a time* – era uma vez no século passado.

É óbvio que precisamos organizar ou reorganizar o processo político de diálogo entre as partes do ponto de vista não governamental. Não governamentais não são somente as ONGs. É aquilo que está além dos governos.

É aquilo que envolve o setor privado, é aquilo que envolve os jovens, é aquilo que envolve as entidades ambientalistas, as entidades sociais, os trabalhadores, a envergadura dos chamados Major Groups, que já se revelaram insuficientes na própria Conferência Rio+20, quando uma das consequências da Conferência Rio+20 é fazer com que o PNUMA busque, num processo global, a identificação de que novos grupos são esses que devem estar representados nos Major Groups das Nações Unidas.

Está havendo uma desconexão, talvez porque estejamos numa época de muita velocidade, de muita rapidez e de muito consumo de informação. Não só do outro consumo, que também é perverso, mas de muito consumo de informação que dura 15 minutos – o tempo de validade disso dura 15 minutos –, parece missão impossível: “essa informação se destruirá em 5 segundos”, e aí você começa uma outra história, parece cinema. E no fundo a velocidade e o desgaste político desses diálogos acabam por circunscrever uma negociação em torno dos mesmos. A pressão é sempre a mesma.

Eu sou uma negociadora, eu sou chefe da delegação brasileira, e sei como é fácil dizer, porque tivemos um pico de desmatamento no Brasil, que o Brasil está aumentando as emissões. Como é? Vem reduzindo as emissões. As nossas reduções de emissão reduzem mais do que todos os esforços de todos os países do mundo.

Agora, veja o que significa para uma pessoa que está lá sem acesso a energia elétrica na Amazônia, sem acesso a habitação na Amazônia, sem acesso a educação, sem condições sanitárias. Veja o que significa isso do ponto de vista de oferecer caminhos em que eu preciso gerar energia elétrica de maneira renovável, criar as condições de acesso, fazer inclusão social e tirar o desmatamento da Amazônia. Isso, em caráter voluntário, externamente, e compulsório, internamente.

Não é só a Amazônia. Os próprios esforços da agricultura brasileira na agricultura de baixo carbono. Recentemente eu li um artigo de alguém falando que é muito pouco. É muito pouco? Toda a agricultura brasileira, a chamada agricultura de baixo carbono, que esse ano vai ter um investimento de R\$5 bilhões, são US\$2,5 bilhões voluntariamente colocados do ponto de vista global, tem a ver com os cenários tendenciais e a mudança de cenários tendenciais da política nacional de clima do Brasil. Será maior na medida em que o crescimento da produção de alimentos no Brasil demande um incremento de baixo carbono em função de um cenário de emissão da agricultura. Essa é a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Os números estão lá e têm a ver com o inventário de emissões, com o cenário de emissões, quais são as grandes tendências. Como é que progressivamente você vai ampliar o investimento para poder mudar a curva tendencial? Já há um cenário feito. E detalhe, todo o crescimento de emissões no Brasil – pena que o Senador

Sarney Filho precisou sair para uma consulta médica – todo esse crescimento de emissões no Brasil está desenhado na concepção da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Pega os cenários que nós desenhamos no Brasil com a sociedade e aprovamos no conselho, na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, todo o aumento de emissão está desenhado lá. E, portanto, os planos setoriais estão buscando dialogar com isso.

Podemos fazer mais? Podemos, na medida em que as condições globais estejam também compartilhadas com o Brasil e com todos os países. Custa reduzir toneladas de CO₂ equivalentes. Alguns países reduziram a sua ambição, e o Japão é um deles, porque não têm viabilidade econômica de continuar bancando essa redução de emissões sem comprometer o patamar de desenvolvimento e crescimento econômico daquele país.

A Índia, por outro lado, coloca aspectos sociais extremamente interessantes do ponto de vista de como é que se assegura acesso a energia àqueles indianos que estão excluídos da matriz energética, que não têm sequer acesso para cozinhar. E estamos falando de um país que chegará a 1,3 bilhão, 1,4 bilhão de pessoas até 2030. É o maior país, terá mais população que a China. E todos esses estão no G77, todos esses estão pactuando soluções concretas.

Ou mudamos o olhar, que não é o olhar somente de compromissos, olhando o passado, mas compromissos em torno de um futuro em que todos possam ter condições de contribuir para redução de emissões, ou então nós continuaremos com a ciência falando da perversidade dos riscos, e, por outro lado, investindo recursos cada vez mais vultosos em relação à adaptação. Então, se o custo de adaptação é de US\$100 bilhões/ano de fundo para pobre, os Estados Unidos gastaram US\$62 bilhões para resolver um furacão. Esses foram os dados divulgados na COP. Eu não vou nem entrar em pautas polêmicas, guerra, essas coisas. Para mim, isso é outro mundo. Agora, é óbvio que o enfoque político, do ponto de vista global e nacional, deve ser colocado em outras bases, salvo se a gente quiser de fato avançar.

Os trilhos estão postos: *early action*, antes de 2020, ambições, como é que eu reduzo, como é que eu faço e como é que eu reconheço os esforços daqueles que estão fazendo voluntariamente. Sair de uma condição de uma matriz energética suja, do ponto de vista de clima, de emissões de gases de efeito estufa, para uma condição menos suja, mas também com combustíveis fósseis, oferecendo outros riscos, como a questão dos países que estão optando por *shale gas*, vai aparecer o número de redução de emissões. Mas a vulnerabilidade em face de outros ativos ambientais é aceitável do ponto de vista global, tendo que dialogar duas convenções, como mudança do clima e como conservação da biodiversidade?

Essas reflexões precisam ser feitas do ponto de vista da ciência e precisam ser feitas do ponto de vista político. Senão, é impossível a gente avançar no diálogo daquilo que todo mundo quer – ação, com o seu pragmatismo, ambição e uma visão mais justa, global, do ponto de vista do futuro. É isso que todo mundo está buscando, com todos os aspectos de equidade e de desigualdade, que são distintos no mundo. Então, construir uma posição do G77 mais China única é uma tarefa política enorme. Basta ir à África, basta ir a outros países em desenvolvimento e verificar os desafios dessas sociedades, para ver se elas concordam com esses caminhos, como é que é concordar com esses caminhos.

Então, teremos um desafio em relação à próxima COP, que será aqui na América do Sul. Eu conversei com o ministro peruano. Nós acertamos uma estratégia, eu e o embaixador Gaúcho, de diálogo com o Peru. É importante que a gente possa estar muito próximo do ponto de vista daqueles que vão conduzir a conferência e assegurar, no meu entendimento, três grandes situações, ou três grandes contextos. Primeiro, o bom ambiente de diálogo político, porque eu acho que Varsóvia, Gaúcho, não o manteve.

O bom ambiente é aquele em que todos podem ofertar as suas posições e se manter otimistas do ponto de vista de construir convergências. Manteve, enquanto alcance, enquanto decisão do ADP que, você bem ilustrou, coloca dois trilhos. Um dos trilhos é um grupo que vai redigir o primeiro documento, que vai ter os elementos centrais para se redigir o documento de um acordo, do que seria um futuro acordo global em relação ao clima. Do ponto de vista da máquina, isso está andando. Do ponto de vista da leitura global e da inclusão de atores na negociação, eu acho que isso precisa acelerar. Isso não está, na minha perspectiva, a contento.

Um segundo aspecto para o qual eu chamaria a atenção é o olhar para os chamados ativos globais, que estão vulneráveis do ponto de vista das mudanças do clima. E aí os cientistas estão sinalizando, desde o comprometimento de florestas tropicais e também das próprias atividades econômicas, como a agricultura, e a questão de oferta da água, até os aspectos relacionados à vulnerabilidade sobre os desastres naturais ou fenômenos naturais, que devem se acirrar, com perdas econômicas e sociais imensas.

Nas Filipinas, na realidade, o que aconteceu foi um retrato – e foi muito ruim ter acontecido –, infelizmente, ilustrativo dos extremos que nós estamos trabalhando. Nós ficamos entre o debate de *shale gas* – do ponto de vista político, a COP será lembrada por uma grande movimentação global em torno das ameaças de exploração do *shale gas*, eram manifestações diárias, até porque estava acontecendo a reunião internacional do carvão em Varsóvia – e, do outro lado da moeda, todos os aspectos relacionados às Filipinas, ao desastre

que havia acontecido. Olhar isso no contexto político, não são as pessoas falando; são as pessoas impactadas com o que está acontecendo no mundo. E essa coerência política tem que voltar para a mesa de negociação, coerência do diálogo, do que faz as pessoas se sentarem à mesa. Não é obrigação de uma convenção, é a motivação de resolver um problema. Nós temos de sair do mundo dos problemas e ir para o mundo das soluções. Ou o mundo faz essa mudança... Muita gente só vive de problema. Não sou psicanalista; psicanalista é que vive de problema.

Gestor e sociedade querem solução. Juiz quer solução.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se não tem, dá a solução.

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Se não há, o juiz vai lá, dá a solução e às vezes cria um problema. Mas, enfim, literalmente, nós precisamos mudar, do ponto de vista global, e eu só acredito em soluções em que haja a inclusão de parceiros e inclusão de temas ou, pelo menos, uma avaliação crítica de quem ganha e quem perde.

A discussão sobre conservação da biodiversidade tem de vir para a mesa. Nós estamos, no Ministério do Meio Ambiente, discutindo se vamos criar ou não um grupo sobre o *dieback fall* na Amazônia. Já conversei com o Thomas Lovejoy, estamos reunindo alguns especialistas, se isso de fato é um avanço, estamos insumos para o pessoal do Inpe... Enfim, estamos lá discutindo para saber se é válido ou não. Ao mesmo tempo, esta semana, o Herman, com quem fofoquei, dentro de minhas inquietações, fala que sou *workaholic*, e sou mesmo, mas ele me ligou às 7 horas da manhã e disse: “Bom dia, meu bem”. Eu olhei e disse: “Já está na hora?” Ele falou: “Mas são 7 da manhã.” “Pelo amor de Deus, eu estarei lá, a minha palestra é às 9h30. Estarei lá, pontualmente.” Então, seu eu fico até às 11 da noite trabalhando, ele fica, às 5h30 da manhã, acordando e calculando quando é que ele vai telefonar para mim, para me acordar. Eu ouvi essa voz sorumbática: “Bom dia, meu bem”. Eu falei: “Bom dia, Herman”. *Good morning*, Vietnã, literalmente.

Enfim, é absolutamente essencial que a gente possa resgatar ou criar o que a gente, em inglês, fala *political room* para o debate da convergência entre as duas convenções. E comentei com ele aqui, pedi e está vindo do Rio de Janeiro, porque eu não trouxe, como eu sei que o pessoal da UICN está aqui, duas coisas. Anteontem, nós lançamos toda a revisão da lista vermelha de flora brasileira, com cinco mil espécies ameaçadas, e devo assinar uma portaria, que estou esperando a Consultoria Jurídica do Ministério me liberar, instituindo o Programa Pró-Espécie, com toda a categorização sobre espécies ameaçadas no Brasil, tanto para a flora quanto para a fauna. Mais tarde virá do Rio de Janeiro e vou pedir ao Ministro Herman Benjamin que, gentilmente, apresente o documento. Isso é mais do que só a publicação, há todo um banco de dados, toda uma leitura virtual do ponto de vista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a integração disso com os grandes jardins e o rito de, finalmente, o Brasil passar a ter um rito formal de avaliação em torno das espécies ameaçadas de extinção no Brasil.

Esse é um lado, assim como também quero saudar o fato de você estar aqui, Herman, com a sua comissão, fazendo o acordo de cooperação com a Pace University. Sei que vai ser debatido isso em torno da questão de energia sustentável e mudanças do clima.

É agregando esse tipo de parceria de valor e de fatos ao debate que se vai conseguir juntar as pontas. Nós teremos uma COP de biodiversidade no ano que vem, antes da COP de clima. Não é possível que a gente não tenha um movimento intenso de *side events* para discutir clima e biodiversidade. Tem que haver uma estratégia política, invadir a praia. Não adianta achar que eu reduzo desmatamento ou introduzo mecanismos de REDD e não consigo trabalhar a conservação da biodiversidade no patamar que preciso em *hotspots*, como a questão da Amazônia. Tem que ter e como é que isso aparecerá como compromissos formais num futuro acordo de clima ou como isso aparecerá como compromisso dos países ou resultados dos países no chamado *early action*, para ser contabilizado depois como uma vantagem comparativa e competitiva de custos econômicos, minimizando ou reduzindo custos para os países serem mais competitivos na sua agenda de desenvolvimento.

É isso que é mundo real. Isso é mundo real. Não adianta discutir dissociados, tem que haver uma visão e uma convergência estratégica de como é que esse sistema se relaciona. Acho que temos que preparar muito bem a COP 20; não podemos deixar tudo para a COP 21, em Paris. Iremos todos a Paris, mas não é isso. Teremos que invadir a praia, como se fala no Brasil, não sei quem está traduzindo, deve estar sofrendo. Invadir a praia: chegamos à Amazônia para discutir, de fato, o que significa trabalhar clima e conservação da biodiversidade, não só como adaptação, mas como mitigação. Tem-se que dialogar de outra forma.

Esforços importantes estão sendo feitos. O próprio Brasil, além de reduzir o seu desmatamento nacional, está financiando a estratégia regional do bioma amazônico de redução de desmatamento para esses países. Em parceria com o Inpe, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, já colocamos US\$20 milhões no Tratado de Cooperação Amazônica, para que os países da Bacia Amazônica possam fazer o monitoramento e o combate ao desmatamento ilegal. Estamos trabalhando uma linha para financiar o programa Áreas Protegidas da Amazônia, o programa mais bem-sucedido de áreas protegidas da Amazônia, estendendo isso à Bacia

Amazônica. A mesma coisa, em Varsóvia, nós fizemos com os países da Bacia do Congo. Espero, em junho do ano que vem, assinar um desembolso expressivo de recursos do Brasil para fazer a conservação das florestas na Bacia do Congo.

Nós estamos juntando desmatamento, que é redução de emissões, agenda social com inclusão social e a questão da conservação da biodiversidade. Isso, no meu entendimento, ainda tem que ser agregado ao conhecimento científico de ampliar a base sobre espécies conhecidas e desconhecidas e espécies ameaçadas de extinção. Ou junta ou põe essa tribo, como a gente gosta de falar, discutindo junto e formulando coisas novas, não a partir somente do problema, mas a partir das soluções, apontando os novos caminhos que poderão ser usados como insumos para os negociadores, ou nós continuaremos no embate de quem dá mais e quem dá menos, e, obviamente, a ambição será cada vez menor.

O consenso é global e, no consenso, você reduz a ambição. E mesmo que você tenha que começar com um processo de ambição menor, quais são os arranjos regionais que podem ser feitos para fazer essa ambição ser maior regionalmente? Nós temos que quebrar a lógica que está colocada aí, do ponto de vista das negociações muito lineares, que é a lógica do multilateralismo. Você tem que ter soluções para todo o mundo. São 193 países. Todo o mundo tem que dizer “sim”, e tem que dizer “sim” se vendo, não é dizer “sim” sem se ver. Tem que se ver. Clima determina que todo mundo se veja. Biodiversidade tem que determinar que todo mundo se veja.

Nós temos que evitar uma decalagem – desculpe a expressão – entre as duas convenções. Eu acho que nós temos que trabalhar duramente em 2014, não só pela COP do Clima em Lima, mas também em relação à COP da Diversidade Biológica que vai acontecer na Coreia. É essencial que as duas estejam trabalhando. Eu já pedi isso ao Secretário da Convenção da Diversidade Biológica, Dr. Bráulio Dias, como também já pedi à Christiana, Secretária da Convenção sobre Mudanças Climáticas, quando ela me visitou no meu gabinete. Ou você junta, pelo menos dá uma robustez a esse diálogo, a esse debate, essa negociação, ou então, continuaremos trabalhando dois mundos: o mundo desenvolvido com o problema do clima e o mundo em desenvolvimento no Hemisfério Sul com os ativos da biodiversidade.

Essa é a lógica de 92, não é a lógica do novo século. A lógica do novo século são todos juntos. Nós temos que construir, porque um dialoga com o outro. A natureza não está a fim de ficar esperando o que é que a gente pode dizer ou o que não pode dizer, até porque a natureza é muito generosa. O homem vai embora, não há problema nenhum, e as outras espécies da biodiversidade que sobram têm que ficar muito felizes: foram embora aqueles que estavam nos destruindo.

Então, nessa discussão, devemos ser mais inteligentes, do ponto de vista de fazer todo mundo se juntar – meu último comentário e encerro a minha fala, com 30 minutos. Efetivamente, há outro processo colocado nas Nações Unidas, que é o da Agenda pós-2015 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que vão dialogar com os desdobramentos dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. É um trilha bem-sucedido, mas, em relação à área ambiental, pouco ambicioso.

Os ODS vão incluir essa agenda ou não? Como? Inclui ou não inclui? Ou será mais uma oportunidade que se diluirá numa agenda do multilateralismo – e vou fazer isso e provocar aqui o Herman e a Vanessa –, como foi a própria Agenda 21, tão bem estruturada e engajada e com grandes resultados nacionais e que se diluiu? Quer dizer, a Agenda pós-2015, a nova Agenda 21 – a agenda 22, como eu brincava –, que desafio é esse?

Então, temos que aprender a aproveitar os ativos que nós temos e colocar isso como parte da construção de soluções. O foco é de ação, mas o foco é de solução; e o foco é de engajamento de todos.

Espero que, nas consultas nacionais que a gente tem a ambição de fazer a partir do ano que vem, nós possamos ser felizes na inclusão de todos os que tenham capacidade de contribuir de maneira estruturante. Também há muita gente que vem para o oba-oba – e isso afasta as pessoas. Estou dizendo isso porque muita gente se perde no espaço político.

Nós vivemos uma democracia jovem, mas uma democracia, e temos a responsabilidade de, enquanto governo, buscar a criação e ampliação desse espaço para todos. Todos, por menor que seja a contribuição, são importantes no diálogo político, com vistas a esse novo caminho pós-Paris, quer dizer, pós-2015, tanto do ponto de vista de clima quanto do ponto de vista das Metas de Aichi e dos desafios que conseguimos em Nagoya como também do ponto de vista da questão da agenda pós-2015. Ou então nós estaremos colocando o multilateralismo em cheque como nós nunca colocamos nessa agenda.

Está nas nossas mãos. Acho que a primeira provocação é fazer debates incessantes aqui, Vanessa, o máximo possível, em torno de virar e falar assim: olha, por onde nós vamos no sentido de solução e não no sentido da disputa política que olha para o passado? A disputa política tem que olhar para o futuro, mas com ideologias, ideologias da sustentabilidade.

Muito obrigada.

Desejo a todos um grande debate durante o dia. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Ministra. Penso que com essas duas exposições nós já temos muitos elementos para que o debate seja, de fato, um grande debate.

Antes de nós darmos um pequeno intervalo para um *coffee breake* quero passar a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Apenas para realçar, eminente Ministra, que temos aqui dois presidentes de comissão da UICN. Temos, em primeiro lugar, o presidente da Comissão de Sobrevivência de Espécies (Species Survival Commission), Simon Stuart, que é o responsável pela *Lista Vermelha*, exatamente o livro que será lançado aqui na parte da tarde. E também o presidente da Comissão de Áreas Protegidas, Ernesto Enkerlin, que é o coordenador do Congresso de Áreas Protegidas que ocorrerá em Sydney, no ano que vem, um evento que sucede uma vez a cada 10 anos. É a maior oportunidade que nós teremos, com certeza, para juntar essas duas agendas, a agenda do clima e a agenda da biodiversidade.

Então, eu queria agradecer a esses dois eminentes presidentes por estarem aqui hoje conosco.

Finalmente, quero dizer que logo em seguida, durante o *coffee breake*, nós vamos assinar o convênio entre a Comissão Mundial de Direito Ambiental e a Pace University, no sentido da cooperação em energia sustentável e clima, claro que na perspectiva do Direito.

É isso, Senadora.

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Eu gostaria de fazer um comentário final, por gentileza.

Ontem eu fiz uma homenagem a um dos maiores conservacionistas deste País, que foi o Almirante Ibsen, que vai fazer 90 anos. Eu falei publicamente no Jardim Botânico do Rio de Janeiro que vamos instituir – Senadora, eu gostaria de convidá-la, e o Herman –, por definição, um grupo dos – entre aspas – “*the elders* brasileiros da conservação”. São pessoas que estão determinadas: o Dr. Paulo Nogueira Neto, o Coimbra, o próprio Almirante Ibsen. Nós não podemos avançar na agenda da conservação da biodiversidade sem a gente respeitar o conhecimento e a coragem que esses homens, que essas pessoas tiveram para que nós tivéssemos a agenda que o Brasil tem hoje.

Nós devemos fazer uma sessão extraordinária do Conama no ano que vem, no primeiro trimestre, no Rio de Janeiro, por conta da idade, da difícil locomoção. Mas eles são serelepes, vou logo avisando. Todos lúcidos, escrevendo, publicando e dispostos a contribuir para o debate. Todos eles, é impressionante. Eu vou visitar o Dr. Paulo Nogueira semana que vem, quando vou a São Paulo, e vou vê-lo.

Digo isso porque acho que precisamos conhecer o passado brasileiro. No caso do Brasil, a importância desses ambientalistas, desses conservacionistas. E sugeriria que a gente tivesse, na realidade, uma grande verificação internacional de quem são essas pessoas que ajudaram para que essas convenções existissem e que estão aí muitas vezes fora do cenário político, mas são estratégicos, porque com o seu conhecimento possivelmente a gente possa resolver várias armadilhas que nos são colocadas hoje, porque no mundo político as coisas se repetem.

Então, eu vou aproveitar para convidar todos os que estão aqui, a Senadora e o Ministro Herman, a se juntar ao Ministério do Meio Ambiente, portanto o Legislativo e o Judiciário, a essa homenagem da sociedade brasileira a esses grandes conservacionistas que estão aí, que continuam escrevendo, publicando, trabalhando, fazendo pesquisas de campo – é inacreditável – e mandando mensagens cobrando da Ministra cada vez mais ação. É assim que a gente avança.

Por último, desejo um feliz Natal e um feliz ano novo. Está terminando o ano, e tenho certeza de que ano que vem teremos mais boas coisas, iremos fazer grandes anúncios, espero eu, de boas entregas. Particularmente um desafio que nós temos é a implementação do Código Florestal e do próprio Plano Nacional de Contingência dentro da legislação do óleo. Vocês vão ter gratas surpresas em relação à questão da conservação da biodiversidade, espero eu.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Ministra. Estamos querendo correr um pouco, mas parece que a mesa resolveu por si só abrir um debate.

Vou passar a palavra aqui também para o Embaixador Marcondes.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO – Obrigado, Senadora, apenas para desejar um bom seguimento do colóquio. Mas um aspecto que foi mencionado muito claramente pela Ministra – algo que tangenciei – é que há necessidade de gerar um clima de confiança e credibilidade para essa negociação. Isso é muito importante.

O desafio que eu faço ao seguimento das conversas hoje é de que temos que evitar retrocessos e temos que garantir avanços. Copenhague nunca mais. Lima, sim. Paris, sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem.

Vocês estão vendo que aqui o ímpeto dos dirigentes é o mesmo ímpeto daquilo que se vê nas ruas, dos movimentos sociais organizados.

Isso é muito importante, não é à toa que o País tem dado grandes contribuições. Porque esse é mais que um assunto debatido, é debatido com muita emoção. Não só com a razão, mas com a emoção. Também porque a gente está falando de vida. E quando a gente fala de vida, é óbvio que se tem que falar com toda essa emoção.

Agradecemos aos nossos conferencistas. Embaixador Marcondes, Ministra Izabella, sabemos de suas atribuições, agradecemos muitíssimo pela disponibilidade de estarem conosco hoje.

Abrimos para um intervalo que, segundo o Ministro Herman Benjamin, vai ter que ser encurtado. Em vez de 15 minutos, ele será só de cinco minutos.

Temos um cafezinho aqui fora e pedimos a colaboração de todos.

Antes disso, uma foto aqui na frente.

Ministro, fala como vai ser a foto?

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Para não perder tempo, vamos ao café e fazemos a assinatura aqui entre nós.

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Quem vai assinar?

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – O Prof. Richard Ottinger, o Prof. Nicholas Robinson. Eu convidaria também o Prof. Ben Boer e assinamos agora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Depois da assinatura formal, que é muito importante, faremos o intervalo.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 06 minutos e reaberta às 11 horas e 33 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Podemos recomeçar? A campainha... Vamos fazer igual ao plenário. No plenário, quando começa a sessão, fica uma campainha que parece recreio de criança de pré-primário, aquela campainha bem alta, que é para os Senadores irem. Então, nós vamos ficar assim...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... para ver se os de fora entram.

Vamos retomar os nossos trabalhos e dizer da qualidade da nossa primeira mesa, com a participação da Ministra e do Embaixador. Dando continuidade, eu vou passar a direção dos trabalhos ao Ministro Herman Benjamin, que vai coordenar essa segunda mesa de exposição.

Então, vamos trocar de assento, e ele fica aqui para coordenar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Herman Benjamin) – Sem perda de tempo, eu convido para tomar assento à mesa o Ministro Everton Lucero, que é o Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do nosso Ministério das Relações Exteriores e que vai falar sobre “Rumo à COP 20”.

Queria convidar o Gustavo Luedemann, que é Coordenador... Está aqui? O Gustavo é Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e vai falar sobre mecanismos de transferência de tecnologia. E Iracema Cavalcanti, que é pesquisadora do Inpe, o nosso Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e autora líder (*lead author*) do capítulo 14 do Relatório do IPCC, que vai falar sobre projeções do IPCC para o Brasil.

Esta é uma mesa onde nós vamos tratar da agenda política e científica em termos da perspectiva brasileira no que se refere a este momento pós-Varsóvia.

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Ministro Everton Lucero, agradecendo a sua presença entre nós.

O SR. EVERTON LUCERO – Muito obrigado, Ministro Herman, Senadora Vanessa Grazziotin, senhoras e senhores colegas de mesa. É uma grande satisfação poder participar deste Colóquio Internacional, que, logo após terminada a Conferência das Partes, pouco tempo depois, já nos permite trocar ideias e começar uma avaliação com relação aos próximos passos.

Eu acredito que nós nos beneficiamos muito das palestras que foram feitas pelo Embaixador Marcondes e pela Ministra Izabella Teixeira, que já deram o tom político e o quadro geral do que aconteceu e do que está por vir. Isso facilitará tremendamente e, possivelmente, abreviará também o tempo que tenho para contribuir com esse debate.

Eu gostaria de iniciar retomando um ponto que ficou muito claro na primeira mesa e que acho que irá balizar o nosso diálogo e a preparação para a COP 20, tendo em vista que o ponto que me cabe falar a respeito é justamente “Rumo à COP 20”, que é especificamente o desafio que nós temos de restabelecer a confiança no processo, a confiança no diálogo político que seja capaz de levar o processo negociador a um resultado que esteja à altura do que a ciência pede e à altura do que espera a sociedade.

Sobre o restabelecimento da confiança no diálogo político, eu gostaria de dizer também que nós não devemos atribuir a Varsóvia a questão da quebra da confiança. Esse é um processo que vem já há alguns anos, e o Embaixador Marcondes mencionou a COP de Copenhague, em que na verdade houve lá um momento em que a expectativa era muito grande em termos globais – uma conferência que conseguiu reunir líderes mundiais em torno de uma negociação específica, mas que não logrou produzir o resultado, quer dizer, o resultado não esteve à altura da expectativa.

Isso naturalmente gerou o fato de que cada conferência posterior tivesse renovada a expectativa de que, então, “agora vai”. Já que não foi na anterior, agora vai. E, em Varsóvia, aconteceu mais ou menos isso. Então, a própria preparação para Varsóvia já esteve de certa forma tomada por essa impressão e essa expectativa exacerbada.

O que diferencia o processo atual do processo que levou a Copenhague – é importante dizer – é que para Copenhague não houve uma preparação, uma negociação prévia, com base num processo negociador claro, como nós temos agora. Nós temos, desde a COP de Durban, um processo negociador que tem dois trilhos – pré-2020 e pós-2020 – e que está avançando para concluir um acordo até 2015. Portanto, nós temos ainda dois anos pela frente para negociar este acordo.

E, quando chegarmos à COP de Paris, a COP 21, passando por Lima no ano que vem, nós então teremos condições de apresentar aos líderes mundiais algo – essa é nossa expectativa, e nós estamos trabalhando para isso – que esteja à altura da expectativa que se criou e que vem se criando a cada COP sucessiva, e não foi diferente agora em Varsóvia.

Então, só uma pequena nota do nosso ponto de vista. Também não vamos responsabilizar Varsóvia se o resultado ficou aquém da expectativa. Varsóvia é parte de um processo, e esse processo continuará em Lima. E nós queremos que Lima seja uma COP extremamente bem sucedida, pelos motivos que já foram mencionados também, porque é uma COP da região. Portanto, é uma COP nossa também. Estamos em contato com o governo peruano e vamos colaborar para oferecer todo o apoio e toda a ajuda possível em reforço político à condução exitosa da próxima COP no Peru.

Em 2014, nós não teremos apenas a COP 20. Nós teremos um processo de reuniões, e o calendário global de clima terá alguns marcos significativos que eu gostaria de mencionar. Em primeiro lugar, é importante dizer que, de acordo com as regras estabelecidas para o segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto, acordado em Doha, o ano de 2014 é o ano para o aumento da ambição. Então, espera-se que, em 2014, os países que têm metas sobre o Protocolo de Quioto – países do Anexo 1 – aumentem a sua ambição com relação à mitigação, à redução de emissões.

Esse fato não pode ser menosprezado ao longo do processo, porque nós estamos falando de dois trilhos. Isso é extremamente importante para o período pré-2020, já que o segundo período de compromissos de Quioto vai justamente até 2020. E é importante ressaltar isso desde o início, porque, politicamente, se nós nos centrarmos apenas nos compromissos dos países para o período pós-2020, nós estaremos dando menor importância a este aspecto que para nós é essencial, porque quanto antes forem tomadas medidas e quanto antes for ampliada a ambição dos países com relação à mitigação, melhores os resultados.

Não precisamos esperar para que países, agora, na expectativa de um acordo pós-2020, de novos compromissos que ainda não estão claros, não estão bem delineados, simplesmente parem de agir e mantenham-se à espera da conclusão dessas negociações para, então, assumir compromissos que surgirão no período pós-2020. Então, isso nós não podemos permitir. Eu acho que este é um ponto importante que nós temos que ter presente e que é preciso enfatizar sempre: o aumento da ambição do segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto.

Nós teremos também um marco político importante no ano de 2014, que é um evento paralelo à Assembleia Geral das Nações Unidas, convocada pelo Secretário-Geral, Ban Ki-moon, para em nível de chefes de Estado e de governo, justamente para contribuir para a conscientização política com relação à necessidade de chegarmos a um resultado exitoso no processo negociador.

Esse evento deverá ser em setembro, em Nova York. E aqui é importante dizer que não temos a expectativa de que, em setembro, no evento do Secretário-Geral da ONU, vá se negociar algo ou se assumir algum compromisso, porque o processo negociador em curso é esse que já está iniciado desde Durban, que vem sendo continuado em Doha, em Varsóvia, continuará em Lima e irá até Paris, para, então, termos alguma coisa concreta como resultado do processo negociador.

É claro que a reunião de setembro, num nível político elevado, como deverá acontecer, será essencial, será extremamente importante para dar mais impulso político a esse processo, mas não devemos esperar que vá se concluir qualquer tipo de negociação ou anunciar algum tipo também de conclusão de um processo do qual, na verdade, esse evento em si será intermediário.

Nós teremos em 2014 também, como de praxe, em junho, provavelmente, as sessões dos órgãos subsidiários da COP – o Órgão de Assessoramento Científico e Tecnológico e o Órgão de Implementação –, que terão a função de avançar em questões que, em Varsóvia, ficaram ainda em aberto. São várias as questões.

Ontem, conversando com colegas do Ministério do Meio Ambiente, eles fizeram um levantamento e apontaram que, considerando só temas substantivos que foram levados, foram negociados em Varsóvia, nós temos uma lista de mais de cem. Ou seja, 103 temas de agenda substantivos, exceto decisões procedimentais ou formais. Foram 103 temas de agenda substantivos para serem negociados ao longo de duas semanas em Varsóvia. Isso não é pouco. Aliás, isso é muito. Isso ressalta, talvez, a necessidade de que o processo de negociação de mudanças climáticas seja cada vez mais um processo permanente, e não centrado apenas nas duas semanas de uma reunião anual, como tem acontecido.

Então, o que nós achamos é que essas sessões interseccionais, essas reuniões interseccionais dos órgãos subsidiários apresentam a oportunidade para que haja avanços, haja preparações também com vistas à próxima COP. E nós teremos também neste ano de 2014 três ou quatro sessões da plataforma de Durban, que é justamente o mecanismo negociador do acordo 2015. Ou seja, nós não iremos aguardar até Lima para dar continuidade ao processo.

Três ou quatro, por quê? Três já estão certas e há a possibilidade de haver uma quarta sessão, dependendo da necessidade, dependendo do avanço das negociações ao longo do ano. Lá por setembro ou outubro também pode-se avaliar isso, antes, portanto, de Lima. E essa sessão acontecerá, enfim, também em função de disponibilidade orçamentária das Nações Unidas.

Então, pode ser que nós tenhamos até quatro sessões negociadoras da plataforma de Durban. Isso é importante, porque claramente existe agora um trilho a seguir. E nós podemos dizer que Varsóvia logrou colocar nos trilhos essa negociação. Nós não tínhamos esse calendário claro. Nós não tínhamos uma reafirmação do compromisso dos países para a continuidade do processo de uma forma clara, e agora nós temos. Então, isso é algo que também nós devemos reconhecer como um êxito. Em si, não significa que nós tenhamos, como eu disse e como a Ministra e o Embaixador disseram, restabelecido a confiança no processo negociador. Nós percebemos que existe, na negociação, um grande dissenso com relação até mesmo ao formato do futuro acordo. Não se avançou ainda na identificação de quais os elementos centrais deste acordo. Nós percebemos que as diferenças são tão grandes que mesmo a qualidade jurídica do acordo, se ele será vinculante ou não, ainda está em aberto. Ou seja, temos um longo processo a seguir.

E esse processo seguirá de modo paritário, igual, nos dois trilhos, o trilho pré-2020 e o trilho pós-2020.

Aqui é preciso fazer uma diferenciação importante também. O período pré-2020 se caracteriza não por uma negociação em si, mas por uma facilitação de aproximação das partes para que aumentem a ambição com relação ao período pré-2020. Não vamos renegociar algo. O que existe até 2020 é o Protocolo de Quioto, segundo período de compromissos.

Com relação ao outro trilho, pós-2020, aí sim, estamos falando de uma negociação de texto jurídico internacional, que é o que está sendo conduzido.

Então, com relação ao período pré-2020, o que ficou estabelecido agora para o ano 2014? Primeiro, um estímulo renovado para que os países comuniquem metas e ações no âmbito da convenção. Metas e ações porque há uma distinção entre países com metas e países com ações. O Brasil já fez, nós já fizemos desde Copenhague com o anúncio das nossas Metas, das nossas NAMAs.

Houve também um estímulo para que os países do Anexo I aumentem a ambição no segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto. A isso já me referi. E devemos manter esse elemento sobre a mesa porque ele é que determinará e deixará particularmente visível o compromisso político dos países do Anexo I em, de fato, contribuir para reduzir o *gap* que precisamos reduzir daqui até a negociação do acordo. Por outro lado, ele é também um elemento de construção de confiança porque regras acordadas precisam ser cumpridas e precisam ser respeitadas, senão não faz sentido nós nos engajarmos numa negociação que vai criar novas regras, possivelmente mais estritas, se as regras anteriores não forem implementadas. Essa é a base do princípio da boa-fé nas negociações internacionais. Se não houver esse compromisso demonstrado por parte dos países que assumiram os compromissos – nesse aspecto me refiro não somente a compromissos de mitigação, mas também de financiamento, de transferência de tecnologia, de capacitação, de transparência de ações, de transparência de apoio, que são os pilares que estão caminhando juntos no processo de elaboração do novo acordo –, se não houver uma demonstração clara e efetiva de que os países estão de fato entregando...

(Soa a campanha.)

O SR. EVERTON LUCERO – ... a sua contribuição, nós estaremos aquém da necessária construção de confiança política para as novas regras.

Uma breve palavra, para concluir, a respeito do que esperamos para o processo pós-2020.

Nós teremos um debate em torno de equidade, que considero um elemento que vai nortear as discussões. Equidade no sentido de direito ou desenvolvimento, vinculado à questão do desenvolvimento sustentável, que deverá aproximar essa negociação da negociação de objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Nós teremos um processo de consultas nacionais, que esperamos que seja encampado pelo maior número possível de países. E, no Brasil, nós até nos favorecemos muito pelo fato...

(Soa a campanha.)

O SR. EVERTON LUCERO – ... de, como comprova este evento, e aqui concluo...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Vou conceder-lhe mais um minuto. A campanha é automática.

O SR. EVERTON LUCERO – Está bem. Obrigado.

Nós nos beneficiamos muito do fato de que a agenda climática não é uma agenda das relações exteriores e não é uma agenda apenas do Governo brasileiro. É uma agenda da sociedade; é uma agenda do Parlamento; é uma agenda do Judiciário; é uma agenda que envolve todos. Isso nos facilita muito e nos dá muita legitimidade e apoio para chegarmos a reuniões internacionais com propostas concretas, como fizemos em Varsóvia, e faremos em Lima e em Paris. E esse é um elemento importante do nosso trabalho como representantes do País nas negociações internacionais. Quanto mais a sociedade brasileira, o setor privado, o Parlamento, o Judiciário, o Ministério Público, todos os atores nacionais estiverem engajados nesse processo, tanto melhor. Isso demonstra que o Brasil quer soluções, está engajado e facilitará enormemente o nosso processo de consultas nacionais, que agora é legitimado por uma decisão da própria convenção a partir de uma proposta brasileira. Esse talvez seja o principal ganho que tivemos em Varsóvia e que irá refletir-se positivamente na continuidade das negociações na próxima COP e agora, ao longo de 2014, e em Lima.

Eu gostaria de concluir trazendo de volta uma das observações feitas pela Ministra Izabella, também em sua fala, que considero que foi particularmente importante para nortear esse nosso processo preparatório de 2014.

Ela perguntou como sair do mundo do problema para o mundo da solução. Acho que nós estamos justamente, no momento, numa encruzilhada que exige soluções inovadoras e que exige que nós possamos buscar sair de uma lógica da escassez e buscar uma lógica da abundância. Nós estamos num processo que exige considerações de ordem econômica, uma reconstrução de uma teoria econômica que embase uma economia de baixo carbono e que veja, no trabalho de mitigação, no trabalho de adaptação, no trabalho de serviços ambientais, uma oportunidade que gere riqueza e não uma limitação com base em compromissos ou um custo, um ônus para os países. Se nós conseguirmos dar esse giro na perspectiva, aí sim, estaremos com o caminho preparado para avançar com relação ao problema do clima, relacionado, como a Ministra falou, aos ativos da biodiversidade e à agenda de desenvolvimento sustentável.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição para continuarmos e detalharmos mais essas questões na medida em que houver interesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Muito obrigado.

Vamos agora passar ao segundo expositor desta Mesa, Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O tema é Mecanismos de Transferência de Tecnologia.

V. S^a dispõe de 15 minutos.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho, em nome de quem agradeço à Senadora Grazziotin e à Comissão Mista por nos acolher mais uma vez, que têm sempre facilitado o debate e a comunicação do MCTI com as duas Casas Legislativas. Agradeço ao Ministro Herman Benjamin, que tão gentilmente e pessoalmente fez o convite por telefone. Agradeço por esta oportunidade de falar aqui sobre um assunto tão importante, que é, no âmbito da Convenção de Clima, a questão da transferência de tecnologia.

A Comissão de Clima, já desde o seu texto original de 1992, traz a questão de transferência de tecnologia no seu capítulo de obrigações. Então, os países listados no Anexo II da Convenção têm listado, entre suas obrigações facilitar, financiar inclusive, não apenas a transferência de tecnologia necessária para enfrentarmos as questões das mudanças climáticas, como também a obrigação de facilitar as capacidades endógenas dos chamados países em desenvolvimento, para que eles tenham condições de desenvolver as tecnologias para responderem aos seus próprios desafios.

No entanto, sabemos, na prática, que esse é um tema sensível, difícil de lidar. A transferência de tecnologia, quando não há um jogo de ganha-ganha econômico por detrás da transferência de tecnologia, em regra, ela não acontece. E – não poderia ser diferente – foi muito difícil toda a negociação de transferência de tecnologia e foi muito demorada. Na verdade, não foi o único ponto difícil, como foi já mencionado pelo Ministro Everton, já foi falado anteriormente pela Mesa anterior. Inclusive a questão da ambição de mitigação que se logrou obter com o Protocolo de Quioto só foi possível com o Protocolo de Quioto. A própria letra da conven-

ção não foi suficiente para trazer um mecanismo que fizesse com que os países se obrigassem realmente a ter reduções de emissão. Enfim, foi um processo muito demorado, que começou em 2009 a sair da inércia, ter uma inércia de movimento agora e está desenvolvendo todo um mecanismo.

Antes disso, não houve, dentro da convenção, nada que trouxesse uma transferência de tecnologia? Não, houve sim. Saindo do maior guarda-chuva da convenção para o protocolo, o Protocolo de Quioto, além de estabelecer metas de redução de emissões para os países listados no Anexo I, também trouxe mecanismos de flexibilização do atingimento dessas metas por parte desses países, entre eles o chamado mecanismo de desenvolvimento limpo, que permitia que países em desenvolvimento também tivessem seus projetos de mitigação e que vendessem essa redução de emissão em forma de créditos, as chamadas reduções certificadas de emissão, aos países listados no Anexo I, os países chamados desenvolvidos, para que estes atingissem suas metas, inclusive com essas ações fora de seu território.

Dessa forma, também esse mecanismo de desenvolvimento limpo trouxe para o Brasil, só para trazer um exemplo brasileiro – inclusive o primeiro projeto registrado no Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi um projeto brasileiro –, justamente um projeto de aproveitamento de gás de aterro para geração de energia. Então, a gente sabe a situação. Enfrentamos isso hoje com a tentativa de implementação, da difícil implementação da Lei de Resíduos Sólidos, recentemente aprovada. A situação do lixo no Brasil é difícil, mas a possibilidade de se trazerem projetos de MDL fez com que pelo menos grandes aterros, em regra, queimassem, pelo menos, os seus gases de aterro e, no melhor dos casos, aproveitassem esse gás de aterro para geração de energia limpa. Seria o gás metano, que seria emitido de outra forma, como o gás de efeito estufa acaba sendo aproveitado como fonte energética.

São tecnologias que, anteriormente, inexistiam no País. A mesma coisa também com biodigestores em granjas de suínos, em granjas de aves. Tudo isso são benefícios trazidos por conta desse mecanismo da convenção e do protocolo, que é o mecanismo de desenvolvimento limpo e que, de certa forma, indiretamente, promoveu uma transferência de tecnologia, mas certamente não a transferência de tecnologia que se imaginou ao se escrever o art. 4.5 da Convenção, que fala dessa obrigação que mencionei anteriormente, de os países ricos facilitarem a transferência de tecnologia necessária para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Para isso, agora se criou inicialmente um Conselho Executivo de Tecnologia e um Centro de Tecnologia do Clima, que prevê também que ele coordene uma rede de transferência de tecnologia. Então, nós, no Brasil, ficamos um pouquinho afastados, de repente, do início dessa discussão talvez por conta – corrija-me se eu estiver errado, Ministro Everton – de enxergarmos que essa questão de tecnologia estava muito centrada também na questão, principalmente... O mecanismo de desenvolvimento limpo, por exemplo, só trata de mitigação. Há uma necessidade iminente de pequenas ilhas e dos países menos desenvolvidos em terem acesso a tecnologias de adaptação. Eles sabem que é inevitável que algumas alterações no meio ambiente ocorram devido às mudanças climáticas inevitáveis, e é necessário que eles estejam preparados para enfrentarem essas mudanças. E o início das negociações estava muito polarizado na questão dessa necessidade de tecnologia de adaptação e da obrigação dos países desenvolvidos em ajudar por serem os maiores emissores. E os países menos desenvolvidos, os menores emissores, mas os que sofrem maior consequência das mudanças climáticas, a exigência desse direito ao acesso a tecnologias de adaptação.

O Brasil agora está tomando as medidas necessárias para participar do mecanismo de transferência de tecnologia da convenção, que é justamente preparar uma entidade nacional designada que vai tratar junto ao centro de tecnologia recém-criado e que agora, desde Varsóvia, está plenamente operacional; foram aprovadas as modalidades e procedimentos tanto do próprio centro quanto de seu conselho executivo. Quer dizer, esse conselho executivo, que tem uma representação regional dos países menos desenvolvidos, dos países em desenvolvimento, de forma regional, e dos países listados entre os países desenvolvidos, criou um documento que inicia, pelo menos a primeira versão da modalidade de procedimentos de como o mecanismo deve funcionar, e agora começa um processo em que os países têm as suas entidades nacionais designadas, e essas entidades nacionais designadas devem apresentar ao centro as suas capacidades nacionais em termos de instituições que podem participar da rede.

Quer dizer, essa ideia de que é um país rico que tem de ceder tecnologia a um país em desenvolvimento não está mais tão linear. A ideia da rede trouxe uma dinâmica nova, que se entende agora muito mais eficaz para o tratamento da questão das mudanças climáticas, que é a ideia de uma inteligência internacional que traga as boas ideias, as boas soluções para questões similares, que se difundam mais rapidamente.

Então, o fato de termos pontos diferentes na rede permite que, em uma demanda sobre uma solução a um problema relacionado às mudanças climáticas que vá para o centro de tecnologia, a resposta seja buscada na rede – quem já enfrentou um problema semelhante, quem tem uma tecnologia necessária para resolvê-la. E essa tecnologia, então, pode ser disponibilizada ou se pode estudar, dentre as propostas apresentadas de

solução, qual a que se adéqua melhor àquela demanda, e essa rede pode trazer a melhor solução existente, dentro da rede pelo menos, para aquela demanda.

Dentro dessa ideia, é muito importante que o Brasil participe disso, tanto para atender as suas necessidades que nós ainda precisamos levantar. Inclusive, um dos documentos necessários para se trabalhar nesse mecanismo de transferência de tecnologia é justamente um *assessment*, um estudo sobre as necessidades tecnológicas do País, para que tenhamos uma radiografia de quais problemas vamos enfrentar devido às mudanças climáticas, quais tecnologias já temos e quais tecnologias faltam para que enfrentemos o problema.

Então, uma vez existindo uma entidade nacional designada para trabalhar essas questões, ela pode tanto indicar instituições a participarem da rede, como são as entidades nacionais designadas aquelas que têm a habilitação necessária para mandar os pleitos sobre tecnologias ou sobre problemas que necessitam de soluções tecnológicas ao centro de tecnologia e rede.

Só para trazer algumas ilustrações das questões que são debatidas, esse desenvolvimento do mecanismo de transferência de tecnologia, de repente saiu de um *lock-in* nas negociações, que estava muito polarizado também em questões de direito de propriedade intelectual, em que se dizia haver tecnologia, que seria necessário abrir mão do direito de propriedade intelectual para que se pudesse utilizar essa tecnologia. Aos poucos, essa discussão saiu um pouquinho de cena, a partir do momento em que se vislumbrava que um fundo com recursos vultosos, que é o Fundo Verde para o Clima, teria os recursos necessários para fazer a facilitação da transferência de tecnologia entre os países.

Certamente, existem posições diferentes de como isso deve acontecer. O interesse agora, de repente, de países ricos em que o mecanismo funcione, às vezes, até é comercial; se sou detentor de muitas patentes, tenho eventualmente um interesse nacional em que essa minha tecnologia seja difundida. E, se já existe um fundo que tem de patrocinar essa transferência de tecnologia, que esse dinheiro seja aplicado na compra do conhecimento gerado no meu país. Isso facilitou para que houvesse esse desenvolvimento. Porém, qualquer tentativa em que alguns países ainda entendam necessária a discussão a respeito de direito de propriedade intelectual continua sendo área de confronto dentro da convenção. E é uma discussão eventualmente necessária porque também o direito de propriedade intelectual não pode ser visto só pelo lado de que é um impedimento. Dentro da ideia de construção de capacidades nacionais, especialmente para os países mais pobres, para que haja um desenvolvimento endógeno de tecnologia, também é necessário um ambiente propício para o desenvolvimento tecnológico. E aí a questão que os economistas chamam de “a cenoura” também precisa existir.

Então, a questão de direito de propriedade intelectual precisa ser discutida e é, por enquanto, como uma das partes falou na Comissão, ainda é a palavra que não pode ser dita. Isso ainda é uma fronteira da negociação, mas que não deve impedir o mecanismo de já começar a funcionar. Acho que, quanto ao mecanismo, vai-se aprendendo enquanto ele começa a funcionar, e, quanto às questões mais sensíveis, de acordo com a necessidade de discuti-las, vai acabar sendo necessário discuti-las...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – ... dentro desse âmbito.

Sem mais delongas, acho que a grande novidade é que o sistema agora existe, o Brasil precisa recuperar o atraso e fazer logo esse estudo de necessidades tecnológicas do País. Estamos trabalhando nesse sentido. O Itamaraty indicará a entidade nacional designada muito em breve para operar no sistema, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está buscando a melhor solução também para constituição dessa entidade no Brasil.

Era isso o que eu queria trazer e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado.

Vamos passar agora à última expositora desta fase, a Sr^a Iracema Cavalcanti, Pesquisadora do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Autora-Líder do Capítulo 14 do Relatório do IPCC.

O tema será Projeções do IPCC para o Brasil.

V. S^a dispõe de até 15 minutos.

A SR^a IRACEMA CAVALCANTI – Obrigada.

Bom dia. Nesta apresentação, vou mostrar alguns aspectos dessa contribuição para esse capítulo do Relatório nº 5 do IPCC. A minha contribuição nesse capítulo foi relacionada a algumas características que são influenciadas pelas mudanças climáticas.

O primeiro aspecto foi relacionado com sistemas de monção, principalmente no caso da América do Sul, a monção na América do Sul. Na parte de fenômenos tropicais, a gente analisou a Zona de Convergência do Atlântico Sul, que é uma característica importante para o clima da América do Sul e para o Brasil, principalmente, e também algumas configurações de trens de ondas que também afetam a América do Sul, que é esse padrão Pacific South America.

Nesse capítulo também, a minha contribuição foi na parte regional da América Central e do Caribe e da América do Sul.

Vou falar rapidamente aqui sobre as projeções para temperatura e precipitação para o Brasil. No Relatório nº 5, foram colocados alguns cenários relacionados com características da forçante radiativa. Esse RCP 2.6 é uma forçante para a atmosfera e para mudanças baseada na redução muito grande da emissão de gases do efeito estufa, principalmente do gás carbônico.

O 4.5 é um cenário onde já existe uma quantidade de emissão maior e fica na média. O RCP 8.5 é o extremo; as emissões maiores são projetadas. Tudo isso foi considerado levando em conta o desenvolvimento econômico, o uso da terra, todas as evoluções e desenvolvimento dos países.

Aqui vou mostrar estes três cenários, como são as projeções de temperatura para esses três cenários. Aqui, seria o cenário mais otimista, como menor emissão, e aqui o cenário mais extremo, com maiores emissões. Essas variações são relativas ao período de 1986 a 2005. Sabemos que, nesse período, houve um aumento da temperatura em relação a um período passado, de 1961 a 1990, que foi o considerado para o Relatório nº 4. Aqui, já estamos considerando este como sendo o clima atual, que já está numa temperatura acima do que era no passado.

Aqui é a projeção para o período final do século XXI.

A gente pode ver que, no Brasil, principalmente, tendo a América do Sul como um todo, nesse cenário mais otimista há o aumento de um grau. No cenário 4.5, que é o intermediário, já seriam 2, e, no cenário mais extremo, já seriam 4 em toda essa região aqui. Isso para dezembro, janeiro e fevereiro. Se a gente for ver o período de inverno – junho, julho e agosto – já sobe essa temperatura para um e meio, dois, e chega até cinco no sul da Amazônia. Isso, considerando a média.

Há variação de precipitação, ou seja, de chuva. Aqui eu estou colocando anual e depois eu vou mostrar sazonal, só para dar uma ideia dos diferentes cenários e o que aconteceria. No 2.6, essas linhas que estão hachuradas significam que a variabilidade natural do clima é maior do que a variabilidade pelas emissões. Nesse cenário, se fosse controlada a emissão de gás do efeito estufa, nós não teríamos uma variação da precipitação, que poderia ser considerada diferente da variabilidade natural. Mas, aumentando a emissão, tanto do 4,5 até o 8,5, essas regiões que não estão hachuradas seriam as regiões que teriam o aumento maior do que a variabilidade natural. Então, vemos que já começa a haver uma diminuição da precipitação nas regiões norte e leste da Amazônia e um aumento de precipitação na parte sul do Brasil e Bacia do Prata, um pouquinho no Nordeste. Mas, no 8.5, já começa a haver maior redução da precipitação em toda essa área aqui, com um aumento dessa redução no norte da América do Sul e no leste da Amazônia e um aumento maior na Bacia do Prata também e sul do Brasil.

Outra coisa que vemos é que há um aumento da precipitação na parte oeste da Amazônia, nesses dois casos aqui. Isso é anual. Se separarmos, como o IPCC separou, outubro a março, são seis meses; e, depois, de abril a setembro. Então, de outubro a março, fazendo essa mesma variação, vemos também, neste cenário mais otimista de redução, só a variabilidade natural. À medida que vai aumentando, há uma variação maior, maiores reduções no norte e leste da Amazônia e maior quantidade de chuva nessa região aqui. De abril a setembro, também nesse cenário, não precisamos nos preocupar com relação à chuva, mas, nos outros cenários de aumento, há maior redução nessa região, principalmente no leste e nordeste da Amazônia, nos dois casos. Em todas as estações do ano, essa precipitação maior no sul do Brasil e Bacia do Prata aumenta nessas projeções futuras.

O que eu mostrei foram resultados dos modelos do CMIP 5, que são modelos globais da nova geração de modelos globais.

Aqui foram feitas também projeções, baseadas em modelos regionais, num cenário ainda do Relatório nº 4.

Aquelas projeções do CMIP 5 e do Relatório nº 5 são concordantes com que os modelos regionais também estavam projetando. Quer dizer, mais chuva no sul e redução de chuva, principalmente no leste e nordeste da Amazônia.

Só para mostrar a variação com as estações do ano, eu peguei a região da Amazônia. Aqui é aquele cenário mais otimista e, aqui, para o cenário mais extremo.

Podemos ver que aquilo que mostramos anteriormente era uma variabilidade daqueles seis meses ou anual, que, muitas vezes, pode mascarar o que realmente nas estações do ano. Então, podemos ver aqui, em dezembro, janeiro e fevereiro, só há uma região que seria mais afetada, em março, abril e maio, mas junho, julho e agosto e setembro, outubro e novembro, principalmente, com uma redução muito grande, sobretudo no nordeste e no leste do Amazonas.

Esse é um resultado muito importante, porque essa é a estação de início da monção da América do Sul, quando há o começo da estação chuvosa. Isso significa, por essas projeções, um aumento do período da es-

tação seca. Isso é muito importante para a Floresta Amazônica. Se aumentar o período seco na Amazônia, vai haver um impacto grande também sobre a vegetação.

Aqui, para mostrar, nessa série temporal, desde 1900 até 2100 – o observado e a projeção. São vários modelos. Por isso, vemos essa dispersão grande. Mas vamos ter uma média de todos esses modelos dizendo da diminuição da precipitação

E aqui a série de variação de temperatura, principalmente em junho, julho e agosto. Eu peguei América do Sul como um todo nos quatro cenários. Então, aqui seria o cenário mais otimista, de redução, e vemos que a temperatura está aumentando. Observa-se aqui o aumento, mas ela teria uma estabilização, se fossem reduzidas as emissões.

Nesses outros cenários – este aqui é o mais extremo –, olhem o aumento, chegando a até cinco graus na América do Sul como um todo, no inverno.

O que é importante também é ver os extremos, porque, na média, existe uma variação. Aqui eu estou colocando um futuro próximo; quer dizer, 2016 a 2035 é um futuro que está perto. Nas duas estações do ano, os extremos secos aumentariam.

Considerando a monção da América do Sul, temos um aumento de extremos, tanto da intensidade dos casos... – quer dizer, a chuva ficaria mais intensa. Esse R5d é o número de dias consecutivos com chuvas fortes, que também aumentaria bastante, e o número de dias consecutivos secos também aumentaria. Tanto os extremos chuvosos quanto os extremos secos aumentariam nessas projeções futuras.

Precisamos estudar por que essas variações aconteceriam. Estamos fazendo vários estudos. Nesse relatório, existem as discussões por que existem aumentos no sul ou diminuições na Amazônia. A zona de convergência do Atlântico Sul é um sistema que fica causando chuvas fortes nessa região aqui, principalmente na época de verão. Então, esse sistema tem um padrão de dipolo: quando chove muito aqui, chove menos ali.

Essa figura é para o clima atual, se podemos dizer, presente. Aqui, seria o futuro. O que está acontecendo nessa projeção futura é o aumento da intensidade nessa região e uma diminuição aqui.

(Soa a campanha.)

A SRª IRACEMA CAVALCANTI – Já estou acabando.

Esse é outro sistema que estamos analisando, que também tem influência na precipitação na América do Sul e é um padrão que depende muito da temperatura da superfície do mar, no Pacífico. Na projeção futura, esse padrão também modificaria um pouco, e isso impactaria na precipitação e na mudança na América do Sul.

Estas são as principais conclusões desse relatório com relação à América do Sul, onde temos uma alta confiança nos resultados dos modelos: há um aumento de temperatura em todo o continente, e os maiores valores no sul da Amazônia; há um aumento de extremos de precipitação, tanto chuvosos quanto secos, isso sobre todo o continente, e todos os modelos estão concordantes com isso; há um aumento de precipitação no sudeste da América do Sul, que inclui o sul do Brasil e a Bacia do Prata; há um aumento de precipitação no noroeste da América do Sul, que inclui o extremo oeste da Amazônia; e um aumento de precipitação no extremo sul do Chile e diminuição. Então, haveria uma diminuição no leste do Amazonas e no norte da América do Sul e uma diminuição na parte central do Chile.

Então, esse é um resultado em que nós temos grande confiança e está nos resultados do Relatório nº 5 do IPCC.

Maiores informações vocês podem encontrar no *site* do IPCC, que já tem várias partes desse relatório, incluindo o sumário executivo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado.

Como nós conseguimos recuperar o atraso – os expositores e a expositora foram muito sucintos –, nós temos ainda um tempo para, se alguém desejar, da plateia, fazer alguma pergunta. Vamos abrir para três perguntas. A partir de agora, está aberto. Aqueles que quiserem, por favor, só levantem a mão e se identifiquem porque está sendo gravado, filmado e transmitido ao vivo para o Brasil todo pela TV Senado. *(Pausa.)*

Bem, eu vejo que não há perguntas a serem feitas nesta segunda mesa. Então, vamos fazer um intervalo para o almoço. Às duas horas em ponto, a terceira mesa começará, com a palestra do nosso Ministro Antonio Herman Benjamin. Logo após, o Carlos Augusto Klink. Teremos depois um intervalo para o café e passaremos à última mesa, que contará com Ben Boer, Ian Hannam, Ernesto Erkerlin, Ken Markowitz, Nicholas Robinson, Richard Ottinger, Simon Stuart, Tomme Young.

Às 17 horas e 45 minutos, às 18 horas, faremos o encerramento.

Vamos dar o intervalo.

Está encerrada a presente mesa.

Muito obrigado a todos. Foram muito esclarecedores, muito importantes. Acho que as palestras aqui vão ajudar não somente a Comissão Mista de Mudanças Climáticas a enriquecer seu relatório, mas também dar caminhos para que o Executivo e o Judiciário, junto com o Legislativo, possam ajudar o Brasil nessa grave questão.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, suspensa às 11 horas e 6 minutos, reaberta às 11 horas e 33 minutos e suspensa às 12 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 35 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Voltamos aos nossos trabalhos.

Espero que todas as senhoras e os senhores tenham aproveitado muito. Já sei que fizeram um *tour*, uma visitação, aqui no Senado e na Câmara dos Deputados. Foram ao plenário do Senado e da Câmara. Espero que tenham apreciado. Esta é a Casa que abriga a representação do povo brasileiro. Então, é uma alegria tê-los aqui. E que tenham apreciado, também, o cardápio do restaurante. Não sei se foi dito, mas todos os que trabalham neste restaurante aqui são alunos do Sesc. Eles estão em fase de preparação para trabalhar com a gastronomia. O Sesc representa o Serviço Social do Comércio.

Não sei se o Ministro Herman ou o Deputado Sarney Filho comunicaram, mas, pela manhã, durante nosso seminário, nós estávamos com transmissão ao vivo pela TV Senado e agora à tarde, novamente, com transmissão ao vivo. Esse tipo de atividade realizada no Parlamento, além da transmissão ao vivo, o Senado e a Câmara procuram reproduzir, transmitir algumas vezes pela televisão, para que pessoas possam acessar o conteúdo dos debates.

Nesta parte da tarde, deveremos debater “mudanças climáticas no Brasil: agenda política, jurídica e empresarial”. Temos os dois palestrantes já à mesa. O Ministro Herman Benjamin falará sobre a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e o Dr. Carlos Augusto Klink, Secretário Nacional de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, tratará também sobre “iniciativas brasileiras nas mudanças de clima”.

Então, passo a palavra, primeiro, ao representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Carlos Klink.

O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK – Muito obrigado, Senadora. Mais uma vez, a Senadora é uma grande defensora do tema. Esta Comissão Mista é, provavelmente, uma das mais ativas neste Parlamento, e, mais uma vez, o Ministério não poderia ausentar-se desse tema. Temos muito para conversar.

Obrigado também ao Ministro Herman Benjamin, sempre com seu entusiasmo e suas provocações sempre bem-vindas, trazendo aqui temas sobre o Legislativo, o Executivo e Judiciário, conjuntamente, numa mesa, para debater tema tão importante para a Nação brasileira.

Eu fiz uma pequena apresentação, tentando fazer um resumo da nossa política nacional. Vou tentar falar com um pouquinho mais de espaço, para os colegas da tradução. A minha ideia é trazer o que significa a política nacional para o clima no Brasil, os avanços que temos tido e alguns dos desafios, que são muito importantes, que possamos debatê-los.

O próximo, por gentileza.

Isso está no corpo da nossa legislação. Mostra a ambição brasileira de redução nos vários setores que são muito relevantes para a nossa política nacional. Essencialmente a política nacional sobre mudança do clima estabelece tenhamos a possibilidade, através de várias ações nos setores mais importantes da economia nacional, de redução entre 36% a 39% das emissões de gases causadores do efeito estufa até o ano de 2020.

Bastante ambicioso. É um compromisso voluntário, mas bastante ambicioso, que nos tem permitido avanços importantes, mas também, evidentemente, coloca o Brasil como uma das ações mais importantes no debate e nas negociações internacionais sobre o tema.

Próximo, por favor.

Na área de mitigação das mudanças do clima, nós temos dois grandes conjuntos – se assim posso chamá-los – de ações para redução de emissões.

Esses são em Copenhague, no ano de 2009. O Brasil já apresentou seus números oficiais – esse é o apelido internacional que se dá a esses planos de ação –, e aí com seu número estimado de reduções até o ano 2020.

Temos planos na área de combate ao desmatamento tanto na savana brasileira, que chamamos de Cerrado, quanto na Amazônia.

Um plano para baixa emissão de carbono na agricultura brasileira, através da utilização de várias tecnologias tropicais desenvolvidas no Brasil para tal, ou seja, manter, sim, o processo produtivo ao mesmo tempo em que possamos atingir, alcançar mais eficiência da agricultura e também redução de emissões.

Plano na área de energia para manter não só na área de redução de emissões, mas manter, trazer cada vez mais trabalhos na área de eficiência energética e também a manutenção de várias tecnologias, manutenção ainda da nossa matriz bastante diversificada.

E um pequeno plano na área de produção de carvão vegetal. É importante salientar que a indústria brasileira de aço ainda utiliza uma boa parcela, para sua produção de aço e ferro, de carvão de origem vegetal, e a ideia do plano é evitar que se utilize produção de carvão vegetal através de derrubadas de novas florestas, mas, sim, através do uso de carvão de florestas plantadas.

O próximo, por gentileza.

Esse é para dar um pouco o panorama atual dos vários planos. O plano de combate ao desmatamento da Amazônia, que já é um plano mais antigo – ele foi incorporado à lei no ano de 2010, mas ele já existe desde 2004, como todos sabemos. O combate ao desmatamento é um tema bastante importante na área ambiental no Brasil e também na área de mudança do clima. Acabamos de inaugurar sua terceira fase, acabou de ser aprovada a terceira fase, nessa perseguição de continuação dessa tendência de redução de desmatamento no Brasil.

O plano de agricultura de baixa emissão de carbono tem foco nessas várias áreas – restauração de áreas degradadas, utilização de plantio direto (*no-till*), fixação biológica de nitrogênio, tecnologias já disponíveis no mercado e que precisamos fazer com que elas ganhem escala.

É um plano relativamente ambicioso na área da agricultura. Já temos, hoje, cerca de 17 mil contratados para esse plano. É um recurso adicional que o Governo Federal coloca, na área de investimento em agricultura, para aqueles agricultores que perseguem esses tipos de tecnologia. Hoje, já estamos com investimentos da ordem de US\$2 bilhões por ano, aproximadamente 17 mil contratos, já contratados, via bancos públicos, diretamente com os produtores rurais.

O plano de energia já é um plano muito antigo, na verdade. Os planejamentos energéticos no Brasil, por sua própria natureza, são planejamentos de longo prazo – 10 anos, 20 anos, 25 anos. Mas o foco é manter ainda de maneira forte trabalhos na área de hidroeletricidade, biocombustíveis renováveis e eficiência energética.

O plano de combate ao desmatamento nas savanas andou menos, reconhecidamente. É um plano bastante recente, do ano de 2010. Ele teve um avanço um pouco menor, está em revisão. Tivemos ações de progresso, de avanço, mas o que eu posso já afirmar é que estamos, nesse momento, no processo de revisão, trabalhando no tema, e podemos, provavelmente, a partir de 2014, ano que vem, assim como temos para a Amazônia, ter um sistema anual de monitoramento do desmatamento no Cerrado e quantificação da sua base de carbono.

E, como eu havia mencionado, florestas plantadas para a siderurgia, que também se encontra em revisão. Ele deu um grande salto agora. Acabamos de sair da sua *due diligence* nesse plano e devemos focar nas áreas principais de produção de carvão vegetal para o setor ferro e aço do Brasil. É um plano que busca as melhores práticas do setor e um engajamento muito forte com o setor privado, um engajamento com vários setores da sociedade brasileira, seja acadêmico, científico, Parlamento, Judiciário, sociedade civil. Mas, em muitos casos, particularmente, a ligação com o setor privado é uma necessidade, quase uma obrigação para o bom andamento e o sucesso desses planos.

O próximo, por gentileza.

Pode passar o próximo.

Aqui, apenas – talvez já tenha sido mencionado na parte da manhã – parte da história de combate à mudança do clima no Brasil tem uma ligação muito forte com a cobertura do uso do solo, conservação de florestas. Esse é o programa de conservação de áreas protegidas para a Amazônia brasileira, talvez há 15 anos ou pouco mais de idade. Mas o simples fato de criação de unidades de conservação em terras indígenas tem sido, sim, um adicional no combate ao desmatamento no Brasil. São áreas tremendas. Temos desafios enormes na área de consolidação, na área de manutenção dessas áreas, mas foi um salto muito grande. O mapa mostra onde estão localizadas essas áreas. É um programa que tem-se mostrado um programa de sucesso, e estamos, agora, prestes a inaugurar sua fase dois, que vai trabalhar muito mais, Senador, inclusive na área de consolidação, que é um desafio muito grande, e queremos enfrentá-lo, sim.

Próximo, por gentileza.

Aqui eu não pude atualizar essa figura, mas fiz questão de escrever.

Embora tenhamos tido a última estimativa que lançamos no mês passado, das últimas áreas de desmatamento anual na Amazônia, o Brasil tem uma grande vantagem: tem sistemas de monitoramento de florestas bastante sofisticados já há muito tempo, desde o ano de 1988, e mostra aí claramente, em 2004 – quando começa a primeira barra de cor verde –, que nós tínhamos, historicamente, valores muito grandes de desmatamento na Amazônia e, desde a criação do plano de combate ao desmatamento na Amazônia, tem havido um decréscimo bastante substancial da redução do desmatamento e, conseqüentemente, da emissão de carbono pela redução do desmatamento.

O valor de 2012 foi o último valor consolidado. Tivemos um aumento de cerca de 20% ou vinte e poucos por cento, que foi a estimativa lançada agora no mês passado, mas, ainda assim, estamos entre as menores taxas de desmatamento históricas deste País. E eu gostaria de deixar bastante claro que não só o Ministério do Meio

Ambiente, mas o Governo Federal está muito empenhado em manter essas taxas e alcançar as taxas que, de acordo com a Política Nacional de Mudanças do Clima, deverão atingir aí por volta de quatro mil quilômetros de taxa de desmatamento, combatendo principalmente o desmatamento ilegal.

O próximo, por gentileza.

Esses números são importantes, porque, primeiro, nota-se através... Nós, o Ministério do Meio Ambiente, temos feito muitas análises de efetividade de algumas políticas – política de combate ao desmatamento, por exemplo. O que se tem mostrado efetivo nesse combate? O monitoramento de florestas, sem sombra de dúvida, é a grande parte da explicação; trabalhar com a questão de crédito; trabalhar com a questão de planejamento das paisagens. E o que se nota nos últimos tempos? Evidentemente que há variações, mas estamos percebendo também, em vários casos, um descolamento entre o crescimento econômico e redução do desmatamento; ou seja, é possível, sim, haver a combinação das duas coisas, e estamos apostando ainda nisso.

Um programa importante: essa figura do lado direito, essa pizza, mostra que também estamos trabalhando fortemente para entender a dinâmica de cobertura e uso da terra, do que acontece nesses 18% da área da Amazônia que já foi desmatada. A Amazônia, 78%, 79% dela ainda está em pé do bioma Amazônia, nesse caso, e esse programa busca entender – o próximo, por gentileza – o que acontece com a área que foi desmatada. Estamos fazendo seguimentos praticamente anuais dessas áreas: o que era floresta e o que se tornou depois; por exemplo, o que é agricultura, se aquilo permanece como agricultura ou venha a ser uma pastagem; ou volta, ou a pastagem pode tornar-se agricultura; ou, eventualmente, como temos visto, uma parcela expressiva da área que foi desmatada no passado pode voltar a ser floresta.

Estamos terminando o TerraClass de 2012, agora, final do ano, e a nossa intenção é fazer esse acompanhamento. Esse acompanhamento é muito importante, porque a gente pode fazer o acompanhamento da destinação daquelas áreas que já foram desmatadas, anualmente. Por que isso é importante? Primeiro, pelo que essa figura mostra: uma parcela da floresta volta a se regenerar. Temos que trabalhar, entender qual é essa dinâmica, qual é essa dinâmica para carbono, para equações de carbono, mas também para podermos entender melhor. A maior parte do desmatamento ainda se destina à criação de pastagens, pastagens plantadas, e a maior parte dessas pastagens ainda é de baixa capacidade produtiva. E temos visto já, não só na Amazônia, mas em boa parcela de regiões do Brasil, a possibilidade tremenda – e o plano ABC vem auxiliar nesse sentido – de aumentarmos muito a nossa produção agropecuária sem necessidade de novos desmatamentos, simplesmente melhorando a nossa capacidade produtiva, competitiva, e assim sucessivamente.

O próximo, por gentileza.

O Ministério de Ciência e Tecnologia – isso aqui é só dando umas estimativas, esse estudo acabou de ser lançado, fazendo comparações... Esse não é o inventário nacional oficial. O inventário é um documento formal, leva vários anos de preparação. O próximo inventário vai ser apresentado à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, no ano que vem, mas há estimativas anuais de emissão de gás causadores do efeito estufa nos vários setores. Nota-se – esse documento foi apresentado em junho deste ano à Presidência da República –, claramente, que há um decréscimo das emissões totais no Brasil, vindo expressivamente do termo uso da terra em florestas, mas mostra também a tendência de possibilidade de aumento de outros setores, e que é importante estarmos atentos.

Somente essa redução, algumas estimativas brasileiras e estimativas do PNUMA-UNEP, por exemplo, apontam que essa redução brasileira dos últimos anos, se compararmos 2010 com 1995, é extremamente expressiva; é praticamente duas vezes maior do que todas as reduções alcançadas pela soma dos países do Anexo 1 combinados. Então, é uma redução bastante expressiva e, por isso, é um motor muito forte da política nacional e vai continuar nessa tendência.

Próximo, por gentileza.

Esses são os nossos NAMAs, o nosso compromisso voluntário da missão brasileira internacional, mas também há necessidade – a própria política nacional determina isso –, de esforços domésticos adicionais, e ano passado e este ano, 2012 e 2013, fizemos, como determina a lei de mudança do clima, um esforço bastante forte para também estabelecermos quatro novos planos setoriais.

Eu faço questão de apresentar essa figura, porque mostra essa integridade que existe dentro da política nacional de que ela vai até aos mais altos níveis de tomada de decisão no País. Há uma coordenação muito forte, muito importante entre a sociedade civil, representada aqui. Esse aqui foi o evento que aconteceu em junho deste ano, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o evento de lançamento dos novos planos setoriais com a Presidência da República, que é coordenado pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, que é um fórum da sociedade brasileira que auxilia a política nacional nos seus arranjos, no seu andamento, nas consultas públicas, nos desenvolvimentos técnicos, e assim sucessivamente.

Nós temos essa governança; a principal governança dentro do Executivo, o Governo Federal, está no nível de Casa Civil, ou *Chief of Staff*, que faz a coordenação entre todos; do mais alto nível, dentre os vários ministérios que participam da política, o Ministério do Meio Ambiente coordena o grupo executivo dessa política, que é, vamos dizer assim, o braço operacional dela.

O próximo, por gentileza.

Isso é para dar uma pequena ideia dos planos que foram aprovados agora em junho: um plano para a indústria, um plano para a mineração, um plano para transportes e mobilidade urbana e um plano para saúde, que é bastante importante, que já é um plano não de redução de emissões, não de mitigação de emissões, mas é um plano que já aponta na direção da construção do plano nacional de adaptação; é como a saúde pública do Brasil está olhando o tema mudança do clima e como os vários órgãos públicos federais estão trabalhando no sentido de acomodar a questão mudança do clima dentro da sua capacidade de resposta e preparação nos vários temas relativos à saúde pública ao tema mudança do clima; a preparação para serviços de saúde, estudos, doenças tropicais, e assim sucessivamente.

Os planos, além do compromisso de também contribuir com redução de emissões, mais importante talvez, particularmente os planos econômicos, é prepararmos os vários setores importantes da economia nacional para esse novo acordo internacional que está sendo negociado, esse novo regime, dentro da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, que se iniciará a partir de 2020, provavelmente, como esses vários setores da indústria brasileira vão estar mais eficientes, mais competitivos para estarem, então, preparados para este novo debate internacional. São temas bastante desafiadores para as políticas públicas e para a sociedade brasileira como um todo.

Eu só queria mostrar um pequeno exemplo do plano indústria.

Por favor, o próximo.

Ele é um plano que abrange sete setores importantes, tanto no tema emissão de gases e efeito estufa quanto no tema de potencial de mitigação, portanto, desses gases. Desde o ano passado, fizemos um acordo formal entre Governo Federal e Confederação Nacional da Indústria e, conjuntamente, construímos um plano de trabalho. Não é apenas um acordo de intenções. Construímos um plano de trabalho conjunto; foi incluído dentro do plano indústria, para trabalharmos vários programas que são muito caros para o tema mudança do clima e para a indústria nacional, para se tornar mais eficiente através... Aqui apenas um exemplo desses vários programas que já estão sendo levados a cabo desde a sua aprovação, em junho passado, agora.

Próximo, por gentileza.

Temos vários outros instrumentos dentro da política. Os instrumentos de monitoramento são muito importantes, mas também uma parte de financiamento. Eu diria até, Senadora, que, em certo sentido, o Brasil começa a mostrar um exemplo do que a gente gostaria de ver acontecer nas negociações internacionais: como você faz a combinação das políticas públicas, ações concretas e como que você financia essas ações.

Nós temos, no Brasil, um Fundo Clima, que é um dos instrumentos de apoio à política. Ele foi constituído a partir de 2010, 2011, com recursos da participação especial do petróleo – não são *royalties*, são participações, uma outra parcela que vem da exploração de petróleo. Ele foi construído e possui um comitê gestor, com uma participação ampla da sociedade brasileira; não é apenas de Governo: sociedade civil, setor privado, academia, e assim sucessivamente.

O nosso orçamento, este ano, tem dois braços: um braço reembolsável, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, que é para investimentos dentro dos temas que são importantes para os vários planos setoriais, aprovados pelo comitê gestor; e o Ministério do Meio Ambiente aplica em recursos não reembolsáveis, em *grants*, muito na área de adaptação. Desde 2011, os recursos não reembolsáveis, já fizemos investimentos de cerca de US\$35 milhões, arredondando aqui; e temos, hoje, cerca de R\$920 milhões, talvez R\$930 milhões, US\$400 milhões para investimentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O desembolso da parte reembolsável andou muito menos, com muito menos velocidade, por várias dificuldades. Posso até explicar parte das dificuldades, mas acho que cerca de... Assim que chegamos de Varsóvia, fizemos a última reunião do comitê gestor e já tivemos a aprovação de três projetos, na área reembolsável, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, justamente naqueles temas: carvão vegetal, por exemplo, e mobilidade urbana foram os primeiros projetos aprovados. Esperamos que, agora, a gente consiga dar maior celeridade para os desembolsos e investimentos nessa área.

Próximo, por gentileza.

Eu não poderia deixar de falar em desafios, desafios na política. Os nomes um pouco esdrúxulos, mas talvez tenha sido mencionado, na parte da manhã, tanto pela Ministra quanto pelo Embaixador Marcondes. Logramos um resultado bastante significativo na área de REDD, REDD Plus em Marco de Varsóvia, estamos...

Ontem, na última reunião do ano do comitê executivo da política, já trouxemos os resultados em REDD e já solicitamos a aprovação, então, do plano de trabalho para a construção desse tema dentro do Governo Federal.

Começamos a apresentar também em Varsóvia, nas negociações internacionais de modo geral, um tema que é muito importante: como se faz o monitoramento das ações dos países. Inclusive, dentro de um ou dois anos, vai começar a haver troca de informações e troca de capacitação, e há necessidade de também haver monitoramentos internacionais dos planos que acontecem no Planeta como um todo.

E desenvolvemos uma plataforma eletrônica, que se chama SMMARE, nome um pouco feio, mas justamente estamos desenvolvendo essa plataforma para logarmos mostrar que esses planos estão sendo monitorados e como eles estarão contribuindo com a redução das emissões.

E também o grupo executivo da política aprovou a criação de um grupo especial, um grupo de trabalho, que já começou a trabalhar neste ano de 2013; também foi aprovado, na reunião com a Presidência da República, em junho deste ano, a criação do Plano Nacional de Adaptação. Também está vindo muito forte essa demanda da sociedade – a gente sente isso. Os trabalhos já começaram, e, em 2014, a gente deve avançar muito para a aprovação final, após consultas públicas, em 2015.

Temas que nos preocupam – acho que é um debate que todos devemos ter. Eu gosto de frisar esse tema, porque é harmonização de políticas.

Nós temos, hoje, no País, 18 – e acabei de ouvir, agora, de manhã, que talvez uma nova política em âmbito subnacional estadual está vindo – políticas em âmbito estadual e algumas em âmbito municipal. E, às vezes, as políticas na área de mudança do clima não estão necessariamente conversando, convergindo; às vezes, elas são muito díspares inclusive. Isso tem trazido bastante inquietação para órgãos de Governo, mas particularmente para a sociedade, especialmente para o setor privado.

Temos discutido, inclusive, com o Ministério Público esse tema, abertamente, francamente, em várias partes do País; iniciamos, no final do ano passado, junto à nossa Casa Civil e o Ministério do Meio Ambiente, chamamos o que aqui demos o nome de núcleo federativo, para tratar abertamente com essas várias entidades, com todos os Estados da Federação. Chamamos todos os Estados e iniciamos um trabalho conjunto, Governo Federal e as secretarias responsáveis pelas políticas de mudanças no clima nos respectivos Estados. Tivemos uma boa capacidade de agregação dos Estados, e dois trabalhos já foram iniciados – e foi por solicitação dos Estados inclusive. Na área de inventários, há uma disparidade muito grande, tanto na capacidade quanto no entendimento, necessidade, protocolos, tecnologias, conhecimento, sobre o que é um inventário, como construir um inventário. E o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo assumiram para si essa responsabilidade, estão tocando esse trabalho.

Fizemos um trabalho muito forte, neste ano de 2013, na área de capacitação nesse tema, nas várias regiões do País, e também na área de registros de emissões – novamente aí trabalhando temas como monitoramento, relatoria, verificação, que está sendo levado pelo Ministério da Fazenda e pelo Governo do Rio de Janeiro.

Essa, Senador, seria uma maneira geral, uma pincelada muito ampla, mas acho que bastante clara, espero, para mostrar o seguinte: temos avançado muito, particularmente nos últimos dois, três anos, a política nacional de mudança do clima, não cabe dúvida; acho que é a política sentou raízes muito importantes dentro do Governo Federal, mas certamente dentro de outros Governos e, absolutamente, dentro de muitas entidades da sociedade civil, academia brasileira e setor privado. O setor privado está bastante engajado, às vezes com preocupação, mas muito engajado com o tema de mudança do clima. Há fóruns muito importantes tanto no plano indústria, por exemplo, como em outros planos, há outras entidades do setor privado bastante engajadas. A Confederação Nacional de Indústria já tem um comitê de clima que é muito ativo e congrega muito com as confederações estaduais sobre mudança do clima. O setor financeiro bastante engajado, e não apenas público, mas também o privado.

Ou seja, acho que temos conseguido criar uma capacidade e um ambiente bastante propício dentro da sociedade brasileira, onde o tema é debatido claramente, abertamente. Há avanços, mas há áreas onde precisamos avançar mais, e vamos precisar, sim, juntar mãos e forças do setor como um todo.

Eu poderia parar por aqui, para não me estender mais, e fico à disposição para perguntas e esclarecimentos. Muito obrigado novamente.

É sempre um grande prazer estar aqui com vocês. (*Palmas.*)

(*Falha na gravação.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...que, de uma forma muito resumida, colocou um pouco da política brasileira sobre mudanças climáticas, e será agora complementado com a exposição do nosso querido Ministro Herman Benjamin, a quem eu passo, imediatamente, a palavra.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço, Srª Senadora.

Eu vou tentar falar em dez minutos, para pelo menos ganharmos cinco, aliás, dez, porque o tempo regimental era de 20 minutos, e, com isso, buscar reduzir o nosso atraso.

Eu vou, evidentemente, concentrar-me nos aspectos legais e, nisso daqui, o Brasil se diferencia de vários outros países, especialmente países da América Latina, que não tenham regime legal de mudanças climáticas. E só isso bastaria para festejarmos, mas, evidentemente, não queremos festejar nenhuma lei que tenha apenas um efeito retórico, seja apenas teatro. Queremos que os países aprovelem leis que tenham começo, meio e fim, tenham uma lógica que reflita o conhecimento científico e as expectativas políticas de cada país e da comunidade internacional e também leis que sejam implementáveis, porque, do contrário, elas terão, no máximo, um apelo retórico. E, repito, é exatamente o que o Brasil não quer e do que não precisa e, por isso mesmo, festejo essa nossa lei, porque ela não segue em nada esse modelo de normas que tratam de mudanças climáticas de forma apenas perfunctória, sem trazer obrigações, sem trazer objetivos, sem trazer normas que possam ser implementadas; em outras palavras, normas que possam ser cobradas inclusive no Poder Judiciário. Esta lei é de 2009, e é interessante notar que dois dos principais protagonistas da sua elaboração e tramitação no Congresso Nacional são exatamente o Deputado Sarney Filho, que esteve aqui hoje pela manhã, autor do projeto original e a hoje Senadora, mas à época Deputada, Vanessa Grazziotin, que levou esses projetos como se fossem a causa da sua vida. Depois, descobrimos que ela tem outras causas, porque, no instante em que a lei foi aprovada, já S. Ex^a atuando em outras áreas.

Pois bem, eu queria aqui, nesses 10 minutos, apenas chamar a atenção para alguns aspectos interessantes dessa norma e que eu, como brasileiro, acho que o Brasil dá uma contribuição ao mundo na perspectiva de um modelo legislativo que pode ser aperfeiçoado, é verdade, mas pelo menos é um começo e um bom começo.

Eu começo pelo começo.

Esta é uma lei que segue, de certa maneira, a estrutura da lei fundante do Direito Ambiental brasileiro, que é a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. É a lei que cria, por assim dizer, ou dá as bases teóricas para o Direito Ambiental brasileiro. E não apenas no título, pois o título oficial é Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Então, não é apenas no “nacional” e no “política” que ela segue, de certa maneira, o modelo da lei de 1981. É no seu conteúdo estrutura também, porque uma lei que traz conceitos, e sabemos que os juízes às vezes não gostam de leis que tragam conceitos. Mas, nessas matérias pós-modernas, extremamente técnicas, em que o juiz acaba por ser um porta-voz de um conhecimento que não é dele, mas um conhecimento que vem da ciência, é importante que essas leis tragam conceitos, e há uma série de conceitos, desde o que seja adaptação, emissões, gases do efeito estufa, mitigação, mudança do clima, tudo isso está conceituado, e eu diria conceituado de uma forma tecnicamente adequada. Eu, como juiz, não veria problemas na aplicação desses dispositivos.

Mas a lei, por seu próprio título, já indica dois aspectos que eu queria ressaltar: de um lado que é uma lei que traduz uma política, mas, se esta política está legislada, a partir do momento em que ela passa a integrar o corpo de uma lei, ela passa a integrar a esfera da atuação judicial, enquanto é simples política, documentos do Poder Executivo, ou contribuições como relatórios do Congresso Nacional, nós, juízes, não temos muito o que dizer. Mas, no instante em que vem uma lei e traduz, legisla sobre essas políticas, elas deixam de ser políticas públicas do governo e passam a ser políticas públicas de Estado. E quando falamos políticas públicas de Estado, estamos dizendo que são políticas que interessam aos três Poderes e, evidentemente, interessam também, olhando numa perspectiva vertical, à União, aos Estados e aos Municípios.

O segundo aspecto que eu gostaria de mencionar, ainda do título, é que se trata de uma lei de política nacional, o que já passa a ideia ou a mensagem de que não podemos tratar de política climática na perspectiva exclusivamente local ou mesmo na perspectiva exclusivamente estadual. Eu diria até que nem na perspectiva exclusivamente nacional, mas o Congresso brasileiro legisla para o Brasil. Então, um aspecto que o Secretário Carlos Klink mencionou há pouco, de alguma divergência que começa a aparecer entre as políticas estaduais e a política nacional, isso na verdade é incompatível com o espírito na lei. E, na medida em que é uma lei nacional, as normas estaduais devem obediência a isso que é estabelecido nacionalmente, o que em inglês se chama *preemption*. As outras leis estão, portanto, presas e param quando entram em conflito com o modelo nacional.

Deixem-me destacar algum outro ponto que é mais relevante no texto legal.

Não é uma lei longa. Aliás, as leis ambientais brasileiras, as mais efetivas não são longas. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é uma lei bem curta. O nosso Código Civil, que talvez seja o modelo de ineficácia no País, tem 1.800 artigos. As nossas normas ambientais são curtas. E essa é curta.

Pois bem. Aqui eu queria realçar que talvez esta seja uma das leis brasileiras que mais diretamente incorporaram o princípio da precaução e o diz expressamente. Aquilo que outros países continuam discutindo, ou seja, se é princípio, se é um *approach*, o que seja a precaução, a lei diz expressamente o seguinte: a política nacional de mudança do clima e as ações dela decorrentes – atenção: não é só a política; são as ações também

– executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no plano internacional. Ou seja, a lei reconhece que o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas... Essas responsabilidades diferenciadas não são internas. Elas são apenas na perspectiva internacional, na linha do que a Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio, a Agenda 21 e as próprias normas internacionais que orientam esta questão das mudanças climáticas.

Outro ponto de técnica legislativa que eu queria realçar e que é muito importante para nós, juízes, é que a lei adota um vocabulário de deveres, e não de direitos. O vocabulário de direitos tem grande apelo desde a Revolução Francesa, mas nós, juízes, temos grandes dificuldades em aplicar o vocabulário de direitos. E, mais recentemente, coube exatamente ao Direito Ambiental resgatar a linguagem dos deveres, na perspectiva do estado social de direito, o *welfare state*, como é o caso do Brasil, estado esse estabelecido pela Constituição de 1988.

Então, vejam que essa, na sua aplicação, considera:

Art. 3º – Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações [aí já está o componente intergeracional, que vai gerar várias repercussões jurídicas, inclusive no que tange à prescrição, ao statute of limitation] para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Repito: todos têm o dever de atuar em benefício das presentes e futuras gerações para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Não sei se a tradução, a intérprete, conseguiu capturar o texto. Então, vejam, não é aquela linguagem tradicional que está nos textos constitucionais. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ou *everyone has a right to a clean and safe environment*.

Nós estamos aqui lidando com *duties*, com obrigações, e isso é muito mais fácil. Esse esquema de deveres é muito mais fácil para o juiz trabalhar. Alguém tem um dever, esse dever pode ser cobrado, e não temos de estar fazendo um teste de equilíbrio, *balancing test*, entre direitos que se entrelaçam e concorrem entre si.

Ressalto ainda – e não vou me ater a outros pontos extremamente interessantes – dois dispositivos, e eu termino com esses dois dispositivos.

O art. 11 responde diretamente à preocupação do Secretário Nacional, Carlos Klink, acerca dessa integração vertical e também horizontal entre as várias políticas com a política nacional sobre mudança do clima.

Art. 11 – Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais [no plural] deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima

Isso é extraordinário.

Sem querer, o Parlamento aprova. Eu diria sem querer, porque essa riqueza da lei nós começamos a explorar agora, até porque não seria muito produtivo ou muito inteligente buscar explorar todas as dimensões desses vários dispositivos durante a tramitação legislativa, porque, nesse caso, poderia ser muito mais longo do que realmente foi.

Mas vejam o que diz este dispositivo: ele dá à Política Nacional de Mudança do Clima uma posição de domínio sobre todas as outras políticas. E essa posição de domínio se dá seja na perspectiva vertical, seja na perspectiva horizontal. Isso vale dizer: seja na perspectiva de União, Estados e Municípios (vertical), seja na perspectiva horizontal (mudança de clima, política de clima, política agrícola, política industrial, política marítima, política de segurança nacional). Vejam, não excluíram sequer a política de segurança nacional, o que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 excluiu, ou, pelo menos, mitigou. Aqui, nem a política de segurança nacional foi excluída dessa função dominadora, sem qualquer temperamento da política nacional de mudança de clima.

O último dispositivo, o Secretário Klink vai sair aqui se achando o rei do Brasil. Não vai dizer que é o presidente do Brasil porque temos a Presidenta Dilma, mas vai se sentir, digamos, extremamente empoderado – essa ideia de *empowerment*, cuja tradução em Português não temos e falamos empoderamento, que é uma palavra horrível e não traduz bem. Pois bem, ele está sentindo que vai voltar para o seu ministério e, evidentemente, vai já começar mudando de gabinete, estrutura e mais gente para a sua secretaria. (*Risos*.)

Pois bem, o último ponto de que eu queria tratar é aquele cujas potencialidades só bem recentemente começamos a explorar, entre as quais potencialidades judiciais.

O art. 12, o penúltimo, afirma o seguinte – vou ler bem devagar para facilitar o trabalho da nossa querida intérprete:

Para alcançar os objetivos da Política Nacional de Mudança do Clima, o País adotará – e eu chamo aqui atenção para o verbo: *the country shall* – como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa com vistas a reduzir entre 36% e 38% suas emissões projetadas a até 2020.

Quando vi esse dispositivo, e a comissão fez um congresso aqui há uns quatro meses – o Secretário estava –, eu propus a seguinte interpretação desse dispositivo. A lei, no caso brasileiro, não usa palavras supérfluas ou dispositivos supérfluos. Não há dispositivo no ordenamento jurídico brasileiro, ou, pelo menos, não deve haver, de aplicação voluntária. Ou seja, eu cumpro se quiser. Não há. Isso é a negação do estado de direito, é, de certa maneira, a desmoralização da força obrigatória do texto legal. Pois bem, a interpretação que me pareceu correta, na época, é que esse voluntário utilizado aqui tal qual a responsabilidade comum, mas diferenciada e que a lei colocou uma vírgula e disse “este para fins externos”, aqui este “voluntário” é apenas para fins externos. Esta expressão “voluntários” é apenas para fins externos.

Em outras palavras, qualquer brasileiro, o Ministério Público, as organizações não governamentais, os próprios Estados, os Municípios, todos têm legitimização para agir, *standing to sue*, para ir buscar no Poder Judiciário o cumprimento dessa meta que está aqui estabelecida. E, para minha alegria, hoje, eu vi o negociador-chefe do Brasil, com seu brilhantismo habitual, o Embaixador José Antônio, vulgo Gaúcho, ou vice-versa, e a Ministra Izabella defendendo exatamente essa tese. Só com isso, avançamos muitíssimo com essa lei, e mostramos que, no Brasil, o Congresso pode legislar, deve legislar, mas, uma vez legislado, é tarefa do Poder Judiciário fazer aplicar as normas promulgadas que venham a proteger a nossa população, a sociedade, como diz a própria lei, nesse caso, e também as gerações futuras.

Eu agradeço muitíssimo e acho que fiquei dentro do meu horário.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – As mesas, agora, da tarde, estão economizando o que as da manhã não economizaram no tempo.

Nós temos, aqui, um pequeno problema, não sei se abrimos o debate agora ou se já fazemos a segunda Mesa.

Duas?

Ah, está bem, até porque o Secretário vai ter que se retirar. (*Fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu vou ficar aqui. Então, eu pediria que as perguntas que queiram fazer ao eminente Secretário sejam feitas agora, e as relacionadas à minha apresentação, se existirem, serão respondidas, porque continuarei na sala.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Temos as duas inscrições já.

O jovem – como é o seu nome?

O SR. IAGO HAIRON – Iago

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Iago, Dr. Lutti e...

O SR. ERNESTO ERKELIN HOEFLICH – Ernesto Erkelin,

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Ernesto. Então, vamos ficar com as três, agora, nessa fase. Está bom assim?

O *coffee break* já estaria servido. Entretanto, como todos acabamos de almoçar, vamos adiar um pouquinho.

Então, eu passo a palavra, pedindo, apenas, brevidade, ao Iago.

O SR. IAGO HAIRON – Bom, como eu já disse, meu nome é Iago. Eu sou da Bahia e fui um dos poucos jovens que estavam em Varsóvia e um dos poucos, também, da sociedade civil que estavam em Varsóvia. O tema dessa discussão, agora, seria Agenda Política, Jurídica e Empresarial.

Vocês falaram muito bem sobre alguns pontos, mas eu queria levantar um ponto que eu acho crucial, especificamente nessa Agenda Política e Jurídica, que seriam as consultas públicas. Essa seria uma forma de inserir a sociedade civil no debate sobre mudanças climáticas, além de condensar e fortificar o posicionamento do Governo brasileiro nas negociações. Essa é uma Agenda Política crucial.

Já numa Agenda Jurídica, se essas consultas não se legitimarem constitucionalmente, não passarão de meras promessas, e, como o Ministro Herman falou – vou usar da frase dele – não passarão de mero teatro, a exemplo do leilão do gás de xisto, em que as consultas foram abertas na mesma época em que o leilão foi feito para as empresas.

Então, a minha pergunta para os dois seria: como vocês avaliam a implementação dessas consultas; mais especificamente para o Herman, seria: qual é o posicionamento do Superior Tribunal Federal em relação a essas consultas?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Iago fez três perguntas. Eles já anotaram.

Nós vamos seguir, que todos façam as suas perguntas e, ao final, tanto o Dr. Klink quanto o Ministro Herman farão as respostas.

Dr. Lutti.

O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI – Secretário, chamou-me a atenção, naquela apresentação da aproximação com o setor industrial e o plano, o incentivo à reciclagem.

Essa é uma questão que estamos enfrentando na prática, dentro de outra política nacional, que é de resíduos sólidos. A reciclagem é uma das últimas na ordem de prioridades, que começa com a redução. Entra, então, ali, a ecoeficiência, que também está conceituada na lei, e o ecodesign. Qual seria, dentro dessa política, não um incentivo, mas uma exigência da indústria que passe a trabalhar com o ecodesign, melhoria do *design* e melhoria da eficiência de produção?

E outra questão, que afeta diretamente os grandes centros e é um assunto que me interessa muito e os senhores já sabem, é a questão das emissões veiculares. São Paulo está à beira do abismo, se já não está caindo, em razão das emissões veiculares, e não vemos, dentro da política do Proconve, um incentivo, uma sinalização para a eficiência dos veículos e, principalmente, incentivo aos veículos híbridos, elétricos e de etanol.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada, Dr. Lutti.

Agora, Ernesto.

O SR. ERNESTO ERKELIN HOEFELICH – (*Tradução livre.*) – Secretário, obrigado pela excelente apresentação. É realmente maravilhoso ver o exemplo que o Brasil está dando ao mundo em termos de redução de emissões.

Eu gostaria especificamente de perguntar se vocês fizeram uma análise custo-benefício em termos do custo da redução de emissões em diferentes programas e se há publicações disponíveis. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada pelos questionamentos.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Klink.

O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK – Iago, obrigado. Nós nos encontramos em Varsóvia, Iago? Acho que sim, não?

Todo o processo, os planos setoriais, por exemplo, recentes, todos têm que passar por consulta pública, pelo processo de consulta pública. O Brasil tem uma vantagem – vou dividir tua pergunta em dois temas do meu lado –, temos uma vantagem: desde o ano 2000, talvez, foi constituído o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, uma constituição pública, vinda da sociedade brasileira, que é como trazer a participação pública para a construção das políticas. E o Fórum participa, como falei, da governança, desde então, montando os fóruns regionais, setoriais e assim sucessivamente, trazendo essa obrigatoriedade, vamos dizer. Então, esse é um instrumento bastante importante. Além disso, como o próprio decreto da lei de mudança do clima, no Brasil, você tem que passar, sim, por processos. Todos passam por processos tanto de consultas públicas presenciais... Claro que, às vezes, há certas dificuldades. O País é muito grande, e às vezes é até mesmo caro fazer isso, mas todos os planos setoriais passaram por esse processo. E, hoje em dia, utilizamos mecanismos eletrônicos.

Inclusive, faço até um adendo: na semana que vem, estaremos no processo de atualização do Plano Clima – esqueci de mencionar – que é de 2008. Antes da lei, na verdade, o Plano Clima já existia. Ele está sendo atualizado porque avançamos muito na política. Inclusive estamos fechando agora o processo de consulta pública do Plano Clima, tanto virtualmente quanto presencialmente. A última reunião presencial foi dia 12, aqui, em Brasília, uma reunião o dia todo com o apoio do Fórum Brasileiro. E foi até uma proposta brasileira para Varsóvia. Discutimos isso ontem, por exemplo, no Grupo Executivo para Política Nacional, ou seja, como trazer a sociedade nesse momento muito importante, crucial, da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, mediante processos de consulta à sociedade brasileira. Isso está posto, foi aprovado em Varsóvia, e, no Grupo Executivo, estamos trabalhando a melhor maneira para isso acontecer, especialmente no próximo ano, em 2014.

Lutti, claro, há ainda uma distância, sim, da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Percebemos isso na conferência recente, do mês passado, de mudança do clima, na área de reciclagem. Aqui, o Plano Indústria é bem mais específico: reciclagem no nível planta, vamos dizer assim. É muito mais nesse sentido que estamos olhando.

Em relação aos trabalhos técnicos, não vou saber precisar, mas temos trabalhado muito, sim, inclusive essa nova – não necessariamente uma nova máquina – maneira de fazer os produtos. Essa eficiência não temos ainda, não. Há muitas áreas em que ainda não a temos, claramente. Alguns setores, sim, são bastante competitivos, mas essa é uma das ambições, se posso assim colocar, do Plano Indústria.

Há dificuldades, você sabe, na questão do Proconve, emissões veiculares, claramente. Às vezes, uma política vai para um lado, outra política vai para o outro. Sabemos dessa nossa dificuldade, mas esse é um tema de debate muito forte dentro do Comitê Gestor do Fundo Clima, por exemplo. Aprovamos, inclusive, linhas novas para investimento justamente nessa área. O primeiro projeto financiado pelo Fundo Clima, de maior porte da área de investimento, foi na área de mobilidade urbana, mais inteligente, no Rio de Janeiro, nesse caso, aproveitando os grandes eventos. Ou seja, não está dada ainda, mas acho que a direção está começando a achar que a direção está começando a ser construída nesse sentido.

Espero que eu tenha respondido à tua pergunta.

Ernesto, vou falar em Português.

Sim, para vários temas, Cost Benefit Analysis, mesmo na política de combate ao desmatamento, parte dos estudos que... E não é o Governo. Nós solicitamos à academia brasileira que faça alguns estudos. Eles estão publicados – eu posso passar depois – tanto na área de *land use*, combate ao desmatamento, mas também na parte de Plano Indústria, por exemplo, ou Plano de Mineração. Essa é parte da preocupação inclusive do setor privado. É fantástico fazer esse tipo de trabalho, de reduzir emissões.

Quanto isso vai custar para o tamanho do benefício? No Plano Indústria, temos muitos estudos. Eles estão em Português, mas estão disponíveis, sim, no *site* do Ministério de Indústria e Comércio e no *site* do Ministério do Meio Ambiente. Eu posso, depois, repassar a você algumas coisas.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Ministro Herman.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço ao lago pela pergunta sobre a participação pública no processo de exploração do *shale gas*, do gás de xisto.

Eu não gostaria de responder diretamente e especificamente sobre o gás de xisto, mas responder em geral qual a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria de direito à informação e de direito à participação, sobretudo no processo de licenciamento ambiental e de estudo do impacto ambiental – *environmental impact assessment*.

A nossa jurisprudência é claríssima: informação e participação pública devem ser anteriores ao processo de licenciamento, porque, do contrário, haveria um desvirtuamento da própria finalidade, e por que não dizer da utilidade da participação pública e da informação.

Portanto, essa nossa jurisprudência é bastante consolidada, sobretudo no que se refere a estudo de impacto ambiental. Aliás, a Constituição Federal foi muito sábia, porque ela é uma das poucas do mundo que preveem expressamente o estudo de impacto ambiental, o *environmental impact assessment*. Então, não é um instrumento infraconstitucional. É constitucional. E sabem como a Constituição chamou este *environmental impact assessment*? Poderia ser simplesmente “estudo de impacto ambiental”, mas, não. Lá, no art. 225, está: estudo prévio de impacto ambiental. Esse é o nome oficial do instrumento.

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Dadas as respostas aos questionamentos, nós vamos passar a palavra imediatamente, se todos concordarem – como todos estão muito calados –, para a quarta e última mesa. Depois, faremos o *coffee break*, ou, então, se quiserem, o debate e, ao final, o *coffee break*. Fica bem assim?

Então, quero convidar agora o Ministro. Ele coordenará a próxima mesa.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu coordenei a primeira mesa e estou coordenando a terceira, Ministro. O Deputado Zequinha Sarney coordenou a segunda mesa, e não sei se ele explicou. Ele teve que sair, porque, na realidade, ele está com problema sério de saúde. Vai imobilizar o pé e está com problema no braço também.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Talvez isso mereça um esclarecimento aos nossos colegas estrangeiros: como a eminente Senadora é Parlamentar do Partido Comunista do Brasil, a divisão de trabalho é algo absolutamente precioso à sua agenda.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente. Perfeito!

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Então, por isso é que não há nenhuma sobrecarga, não há nenhuma mais-valia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – De jeito nenhum. Aqui, nós dividimos tudo.

Obrigada.

É porque o Klink é tão parceiro da gente – ele está sempre aqui, no Senado – que a gente até trata como se fosse da Casa! (Palmas.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada a você. (Pausa.)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Bem, sem maiores delongas, convido os Profs. Richard Ottinger, Nicholas Robinson, Ben Boer.

Então, a minha proposta é fazer em estágio, e, neste primeiro momento, nós poderíamos ter a apresentação. Quem já está pronto e não vai utilizar PowerPoint? (Pausa.)

Bem, para aqueles que não conhecem o Prof. Richard Ottinger, eu gostaria de dizer uma palavra acerca do seu trabalho. Para mim, é um dos maiores juristas do mundo no âmbito do Direito da Energia, da Energia Sustentável – um desdobramento posterior na sua carreira – e também na questão das mudanças climáticas e o Direito. Se quiserem o Direito das Mudanças Climáticas. Mas, mais do que tudo, ele, que foi diretor, *dean*, da Faculdade de Direito da Pace University, antes foi deputado da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos e tem, portanto, uma legião de ex-alunos que ocupam os mais destacados cargos na administração de vários países.

Então, mais uma vez, nós damos as boas-vindas ao Prof. Ottinger, agradecendo bastante a sua presença.

O SR. RICHARD OTTINGER (*Tradução por profissional habilitado.*) – Agradeço por suas gentis palavras, Antônio, e eu devolvo suas palavras, retribuo-as, porque também admiro muito o senhor, as suas conquistas. Espero que possamos continuar com a nossa missão.

Eu fiquei encantado ao ouvir as palavras do Secretário Klink acerca de todos os benfeitos, as conquistas que o Brasil fez e faz para discutir a questão das mudanças climáticas. É esse tipo de iniciativa que é necessária para tornar o Brasil um líder. Eu realmente estava muito interessado nas suas observações de que a Lei de Mudança Climática no Brasil se sobrepõe a todas as outras leis. Eu concordo plenamente com essa linguagem voluntária do dispositivo, mas, Senadora, a senhora está em perigo, porque, se a senhora não atingir aqueles 36%, 38% de redução de emissões, o Antônio vai prendê-la.

Bem, todas as conquistas que foram descritas pelo Secretário Klink foram feitas todas de acordo com a lei, seja na questão da eficiência energética, energia renovável, como de incentivos, melhorias agrícolas. Tudo isso foi realizado por força de lei.

Então, se nós temos que lidar de maneira séria com a questão da mudança climática, com essas ameaças que estão aí para o Planeta todo, então, vai ser assim, por meio da lei.

Uma das questões que me preocupa quanto à apresentação do Itamaraty foi a questão discutida do passo atrás que muitos países deram em seus compromissos lá na COP. Houve essa falha, esse fracasso no sentido de fomentar mais ainda o financiamento dos países em desenvolvimento. Isso foi um grande obstáculo no sentido de atingir um acordo que pudesse ser em Lima ou, para frente, em Paris. Isso nós não podemos aceitar, pode ser que sim, mas acho que, na verdade, a maioria das discussões a respeito de mudança climática tem ficado sim nas mãos dos Estados Unidos e da Europa, dos países europeus como um todo. Busca-se, então, puni-los por meio de perdas, de regime de perdas e danos, como foi proposto em Varsóvia, mas isso não é realista.

As economias dos países desenvolvidos passam por uma grande dificuldade em comparação aos países em desenvolvimento. E eu acho que precisa também ser levado em consideração que o aumento da temperatura do mundo todo será advinda basicamente dos países em desenvolvimento, dos países que estão crescendo agora, que estão tendo um crescimento admirável, as economias do Brasil, da China, da Índia, especificamente.

Então, eu não acredito que seja vantagem, por exemplo, apontar os dedos, culpar os países, porque acho que as consequências são tão sérias que todos os países têm que fazer o que o Brasil está fazendo, que é exatamente fazer tudo o que estiver em suas mãos, em seu poder para reduzir e mitigar as ameaças da mudança climática e promover uma adaptação.

Eu já estive presente num fórum da UCN em negociações de mudança climática nas Nações Unidas, nessa estrutura específica da convenção da mudança climática e para discussões do Protocolo de Quioto, e realmente não nos incentiva, não nos motiva, como se fosse assim um recorde quebrado. O argumento que foi colocado é o mesmo que é colocado todas as vezes. O progresso é minúsculo. Há sim algum progresso, mas é muito pequeno.

Mas eu acho que nós realmente precisarmos ter uma nova abordagem do ponto de vista das negociações internacionais, e acho que muito do progresso que já foi feito para reduzir a pegada de carbono tem sido em nome dos governos locais, municipais, das cidades, dos governos e até dos próprios Estados. Mas fica muito claro para mim que o Direito Internacional é que vai ter que ser aplicado. Nós não queremos uma corrida para o fundo. Na verdade, o problema com o qual a mudança climática vem sendo lidada agora é a questão de estabelecer uma abordagem de cima para baixo, em que países sejam estimados em termos de compromisso por meio da redução da pegada de carbono. E não está chegando a lugar nenhum.

Então, eu acho que muito precisa ser feito no tocante a compromissos de baixo para cima, ou seja, um trabalho que inclusive já foi feito em Varsóvia, que iniciou, que está se iniciando, a ser considerado. E talvez numa base de dois trilhos para ter esses compromissos feitos de uma forma boa para a economia, porque é particularmente importante para os países em desenvolvimento e para países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, nós vamos temos que levar em conta os problemas das mudanças de clima e da eficiência da energia. As figuras que nós estamos mostrando são muito mais baixas do que o potencial da eficiência de energia.

Eu acho que seria sábio combinar tentativas de sustentabilidade – com muito sucesso – com mudanças climáticas. Há uma real força sendo feita no sentido de que possamos fazer o que fazemos que seja sustentável e que nós tragamos as perguntas e os problemas que são graves aos países ainda em desenvolvimento.

Com relação à questão da perda demográfica, em Estados como Califórnia, Nova York, nós temos gases estufa, nós temos mudanças climáticas, nós temos padrões para os automóveis. Espero que o Brasil tenha isso em pouco tempo.

Nós temos incentivos muito fortes para gerar energia renovável. E um dos aspectos da energia renovável que é muito promissor e reconhecido é o gás biológico. A quantidade de gás biológico é enorme e sua utilização não é cara. Então, é bem promissor. Mas enquanto países pobres se desenvolvem, espero que não cometam os mesmos erros que fizemos antes. O que quer seja feito em relação à mitigação da mudança climática e adaptação será feita através da lei e reforçada pela Corte. Isso será um fator chave. A adequação dessas leis será um fator chave para evitarmos as catástrofes e fazermos as previsões. E, se não pudermos, espero que possamos fazer isso através do Painel das Mudanças Climáticas.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço ao Prof. Ottinger. Ele trouxe um texto escrito que vou passar à Secretaria. Peço ao Professor que, depois, se puder, nos entregue a versão em formato eletrônico, a fim de que fique nos registros da Comissão. Agradeço muito.

O Prof. Ottinger traz à baila um tema muito caro ao Brasil, que é o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Esta é uma matéria que esteve no centro dos debates do regime jurídico das mudanças climáticas desde o início, e certamente continuará. Estamos todos otimistas, como hoje pela manhã pudemos ouvir, tanto do Embaixador Marcondes como do nosso Ministro Everton, que chegaremos a bom termo. E que as questões afeitas a inventário e contribuição histórica sirvam não para impedir um novo regime, mas muito mais para informar o desenho desse novo regime e, efetivamente, para que possamos atuar de uma maneira absolutamente informada.

A posição do Brasil hoje, Prof. Ottinger, é muito clara: nós reconhecemos as nossas responsabilidades, sabemos que o Brasil contribui, e não é pouco, com os gases que levam às mudanças climáticas, e temos procurado exercer o nosso dever de casa internamente, aprovando leis como essa, e externamente, adotando, no diálogo multilateral, uma posição firme, no sentido de que precisamos agir. Mas, para agir, precisamos de informação.

Então, agradeço muitíssimo por trazer essas observações, que foram extremamente úteis.

Antes de passar a palavra ao Prof. Nicholas Robinson, registro, para nossa alegria, a presença do Secretário Nacional de Biodiversidade, Senadora Vanessa Grazziotin, Dr. Roberto Cavalcanti, que já está sentado à mesa. E não obstante estar presidindo uma reunião neste momento – imagino que deixou um sócio lá –, ele se ausentou para vir até aqui exatamente para registrar, como fez a Ministra Izabella, pela manhã, a importância do casamento entre a agenda das mudanças climáticas e a agenda da proteção da biodiversidade. Vejam que extraordinário, pois acaba de sair o Secretário Nacional de Mudanças Climáticas e chega o Secretário Nacional da Biodiversidade, o casamento perfeito que estamos pregando aqui. E eu, como juiz, tenho poderes legais para fazer esse casamento. Está feito, e é um casamento que não pode ser desfeito. Não há divórcio, pelo menos no que tange a esse par que constituímos aqui.

Mas o Secretário Roberto Cavalcanti traz algo que, para mim, como brasileiro, não deixa de ser um marco e que registra também a seriedade com que estamos tratando a questão não só das mudanças climáticas, mas da biodiversidade. Ele tem em mãos – chamo a atenção do Simon Stuart, que vai apresentá-lo, a pedido meu – o *Livro Vermelho da Flora do Brasil*, algo que nós, juízes, estamos esperando há muito tempo. E estamos esperando para fazer bom uso nas nossas decisões. Porque a lista de espécies ameaçadas de extinção tem um poder não apenas simbólico, mas um poder quase normativo fundamental na proteção da biodiversidade brasileira.

Passo, então, sem mais delongas, a palavra ao nosso querido Secretário, agradecendo por ter deixado a reunião que preside para vir aqui apresentar esse livro, que eu, como brasileiro, como juiz e como Presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental, entendo da maior importância para a flora nacional e, por que não dizer, considerando o número de espécies da flora brasileira para a flora do nosso Planeta.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Boa tarde a todos e a todas, à Senadora. Muito obrigado pelo convite, Ministro, para estar presente a esta Casa, nesta Comissão, porque sempre é um prazer estar aqui, tanto pelo tema como pela composição.

Claro, Ministro, é um prazer estar aqui. Além de ser um convite irrecusável, o Ministro fez algo muito estratégico. Ele fez questão que a Ministra me telefonasse e convidasse. Aí, é impossível recusar.

Eu queria realmente apresentar o *Livro Vermelho da Flora do Brasil*. Ministro, este exemplar eu tenho que mostrar e levar de volta, porque é da Ministra, mas uma dúzia de exemplares estão chegando de avião do Rio de Janeiro. Toda a produção gráfica foi feita lá, pois é um produto gerado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O lançamento foi há três dias, na terça-feira à noite, lá. Então, se o senhor permitir, Ministro, vamos mandar

entregar na sua residência um conjunto de exemplares. Já temos a lista: a Senadora, representantes da IUCN, o Ministro e mais alguns.

Claro que eles vão ser distribuídos em larga escala, mas o lote inicial está chegando de avião daqui a pouco.

A minha incumbência é não só fazer sala, mas falar um pouco sobre a importância desta publicação. O Brasil tem a maior diversidade de plantas do mundo. E não é apenas para ter orgulho do Brasil. Embora essa diversidade seja brasileira, ela é compartilhada com os outros países da América do Sul. Eu sempre digo que o Brasil é G1 de biodiversidade do mundo, mas se formos ao Suriname, vamos encontrar as mesmas plantas, muitas das mesmas espécies. O que é único no Brasil é a combinação de biomas: a Amazônia mais a Mata Atlântica mais o Cerrado mais o Pantanal, a Caatinga, os campos sulinos, as áreas marinhas. Quando somamos isso, realmente, temos uma combinação única. Muito importante também é o arranjo geográfico. A altíssima diversidade é não só por haver vários biomas, mas por eles se combinarem entre si.

Aqui em Brasília – como passei a maior parte da minha carreira trabalhando com o Cerrado, eu o conheço bem –, se formos, por exemplo, em Águas Emendadas, veremos que naquela área existe um brejinho. Parte dele vai para a Bacia do Tocantins, para a Amazônia, parte desce para a Bacia do Paraguai, ultimamente do Prata, e existem algumas nascentes na região que descem para a vertente do São Francisco.

E não só as águas fazem isso, as espécies também. Eu sempre estudei aves. Se formos ao Jardim Zoológico, naquelas matas de galeria do Riacho Fundo encontraremos espécies de beija-flor típicas de Mata Atlântica. Se formos ao Rio Maranhão, que faz a divisa norte do DF, vamos encontrar espécies de papagaio típicas da Amazônia. Então, essa é a riqueza e a diversidade do Brasil.

O desafio de se fazer um grau de ameaça, uma lista de ameaça, é muito grande porque existe uma flora muito extensa e pouco conhecida. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por orientação e delegação do Ministério do Meio Ambiente, é a instituição que elabora a lista de espécies candidatas à lista oficial de plantas ameaçadas de extinção. Este *Livro Vermelho da Flora do Brasil* é o diagnóstico; a lista oficial com o documento é apresentada à Conabio e o Governo a edita – não é, Ministro? –, por decreto, e passa a ter valor legal. Com isso, combinamos as duas coisas: o diagnóstico científico, que explica onde estão as espécies e por que estão ameaçadas, e a lista oficial, que dá amparo legal às ações de ordenamento jurídico brasileiro. As duas atividades são complementares e essenciais, porque a lista de espécies ameaçadas não é uma lista do não me toques, é a lista do que precisamos fazer para retirar essas espécies do seu grau de ameaça.

Eu sempre digo, Ministro e Senadora, que a conservação é uma das atividades mais baratas que existem, porque as plantas e os animais se reproduzem de graça. A ameaça para as espécies é uma consequência de ações humanas. Não uma consequência naturalmente pensada, de alguém sair dizendo: “Vamos acabar com essas espécies”, mas é uma interação que existe com o uso humano, das sociedades humanas com o território. Por outro lado, a dependência humana da biosfera e das espécies de plantas também é fantástica. Não vou recitar o longo catálogo, basta dizer que a maior parte da alimentação humana, diariamente, é oriunda de plantas. Então, só por aí, verificamos: sem plantas, não há gente.

Como podemos, então, conservar essas espécies? O que é necessário?

Eu quero aqui fazer um reconhecimento especial ao Gustavo Martinelli e ao Miguel Avila Moraes, aos organizadores e coordenadores e à própria instituição Jardim Botânico do Rio, por terem juntado um grupo de mais de duzentos especialistas que apresentaram o diagnóstico.

A presença da IUCN, dos especialistas internacionais, é fundamental por quê? As políticas brasileiras têm que ser harmônicas com as políticas internacionais, principalmente com as dos nossos países vizinhos da América do Sul. Se não, começam a gerar desequilíbrios e arbitragens. Este é um método brasileiro, mas os critérios são os da IUCN. Estamos lançando uma instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente que faz a legislação nacional.

Os critérios de avaliação são gerados por cientistas brasileiros, com a cooperação internacional, evidentemente, mas são harmônicos com o que é aceito internacionalmente. Portanto, uma avaliação de risco feita no Brasil é comparável a uma avaliação de risco feita em Madagascar, nas Filipinas ou no Suriname, por exemplo. Esse é um aspecto essencial.

O que podemos fazer? Esta lista tem 51 mil espécies de plantas mais ou menos. Do Brasil, 4 mil constam deste livro e representam diversos graus de ameaça. Quando se fala em ameaça, quer dizer risco, não é que vão desaparecer. O que acontece? Quais são as ferramentas efetivas para a conservação? Primeiro, um bom sistema de Unidades de Conservação é fundamental. Porque se não conservamos as espécies nas Unidades de Conservação, teremos que...

Por exemplo, uma empresa quer construir um estacionamento e naquela área existe uma orquídea terrestre ameaçada. Para tudo, para tudo. Se existe um sistema de Unidades de Conservação que conserva as espécies em seu conjunto, muda-se a discussão em termos do absoluto, tudo ou nada, para dizer: “Quais são

as opções para essas espécies? Onde existem outras populações dessa orquídea, hipoteticamente? O que se pode fazer?”. Há uma série de opções: você pode transplantar várias outras; você pode construir o negócio, retirar depois e reintroduzir ao longo do tempo; ou você estabelece um mosaico de território. Todas essas opções são importantes. O diagnóstico é fundamental – não é, Ministro? – porque pode oferecer alternativas. Se realmente for uma área insubstituível, a resposta é: “Sinto muito, o estacionamento terá de ser construído em outro lugar”. Todas as opções têm que estar na mesa, não é? Não é dizer que vamos topar tudo ou não aceitar nada, mas a lista permite identificar com o que se está lidando, em que universo se está trabalhando.

Então, a sua insistência foi fundamental para eu vir aqui. É um assunto que, claro, assim como a nossa Ministra Izabella, o Klink e os outros secretários e toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente, não cansamos de abordar a fim de atender a essas solicitações, que são mais que solicitações, são convites irrecusáveis, porque temos uma visão de que é possível levar isso adiante.

Uma das propostas que estou martelando... Eu conheço o Ministro Herman Benjamin há mais de 20 anos e sempre digo que ele, embora ocupe um cargo muito, muito sênior, de Ministro do STJ, é o tipo de pessoa que, se for preciso carregar caixa, ele carrega caixa. Eu o conheci nos congressos de ecologia distribuindo livros e dizendo: “A parte legal tem que ser...”, etc. Então, eu acho que esta é uma característica, Ministro, que quem se dedica à questão ambiental tem em comum. E qual é? A visão é que o objetivo da lista não é consignar espécies ao grau de ameaça, é dar um prazo para tirar da lista as espécies do risco de ameaça. Além de qualificar e de quantificar o grau de ameaça dessas espécies, está claro no diagnóstico o que poderia ser feito para reverter esse quadro. Algumas coisas são simples. Há espécies que não estão em Unidades de Conservação. Se há vários arranjos e modelos teóricos, deve existir um sistema de conservação que não seja como uma coleção de selos, uma espécie em uma UC, mas se há populações que suportam um grau de redundância... Por exemplo, considera-se que o número mínimo seja de três a cinco Unidades de Conservação em que devemos encontrar as espécies mais criticamente ameaçadas, porque, se ocorrer uma catástrofe em uma UC, uma queimada, uma praga, qualquer coisa, não se perde cem por cento da população.

E, como eu disse, como as espécies se reproduzem de graça, o objetivo também é que as Unidades de Conservação sejam fontes irradiadoras de colonização de espécies na paisagem. Isso é fundamental. Não é consignar tudo aquilo ali dentro. Como vocês sabem perfeitamente, a nossa biosfera é extremamente dinâmica. Se garantimos, ancoramos a paisagem com Unidades de Conservação, teremos de ter fontes de propagação, fontes de dispersão, e vamos passar por um processo positivo. Isso, para quem também está fazendo intervenções na paisagem, é motivo de otimismo, porque pode dizer: “Bom, pelo menos nós poderemos planejar no quantitativo”. Porque se você pega um empreendimento qualquer e diz: “Existe uma espécie ameaçada”, aí a conversa fica muito difícil, porque as pessoas não entendem muito de risco de ameaça. Dizem: “O que eu faço agora? Isso vai inviabilizar”. Então, nós temos que antecipar.

Com esta publicação – já estou acabando, Ministro – também podemos identificar as áreas críticas, as áreas do Brasil em que há grandes concentrações de espécies e em que se deve prestar atenção.

A Amazônia, Senadora, tem uma grande vantagem, porque possui altíssima riqueza, altíssimo nível de endemismo, mas a cobertura original ainda é muito extensa. Ou seja, você consegue fazer um planejamento na Amazônia levando em conta todas essas dimensões. A Mata Atlântica está reduzida entre 8% e 20%. É um problema sério porque existem realmente muitas áreas únicas ali em que não dá para mexer. De acordo com o nosso princípio, a lei que trata da Mata Atlântica é muito rigorosa, mas eu digo para as pessoas que é rigorosa porque a área tem apenas de 8% a 12% de cobertura. Se houvesse uma recuperação florestal com 25% de cobertura na Mata Atlântica, a conversa seria outra. Uma série de atividades hoje restritas em razão dessa cobertura muito limitada passaria a ser viável e até encorajada. Ou seja, a solução, tanto para a presença humana, para a ocupação humana, como para a conservação, o ganha-ganha é o aumento de cobertura florestal na Mata Atlântica. Não existe praticamente indústria florestal nativa na Mata Atlântica por isso. O negócio ali está... Se você aumenta, você passa a ter n opções. Mais uma vez, o *Livro Vermelho da Flora do Brasil* aponta onde estão as sensibilidades e as dificuldades.

Eu queria mais uma vez agradecer o convite e reconhecer o trabalho extraordinário dos cientistas brasileiros do Jardim Botânico, Gustavo Martinelli e Miguel Avila, da Samira Crespo, que é Presidente do Jardim Botânico, e do Liszt Vieira – durante a sua presidência, também, muito desse trabalho foi feito –, assim como de pessoas que se esforçaram no sentido de apresentar uma contribuição para a política brasileira, não apenas em relação às estratégias de conservação, mas, mais importante, à estratégia de uso do território pelas sociedades humanas.

Agora, Ministro, eu vou ter de sair com este exemplar, mas daqui a poucas horas o senhor terá uma caixa em sua residência. Eu sei que a Senadora Vanessa é praticamente sua vizinha, então o senhor não vai ter

que ir longe para entregar o livro a ela. Quanto aos visitantes, hoje à noite já estará aqui. Se houver chance de entregar a eles o livro, tudo bem.

Saudações, Simon Stuart, nosso Presidente da Comissão de Sobrevivência das Espécies, uma das maiores comissões de especialistas do mundo, mais de 5 mil cientistas fazem parte. Esse pessoal não está olhando só o Brasil. Como eu trabalho proximamente à SSC, sou membro deles, não é só no Brasil que eles pegam no pé, mas em todo o mundo: em Madagascar, na China... Eu não me canso de dizer que foi uma besteira os chineses terem deixado o baiji, que é o golfinho do Yang-Tsé, desaparecer. E desapareceu, eu diria, por um descuido, porque nenhum chinês queria que desaparecesse. Mas não havia esse tipo de diagnóstico, como este *Livro Vermelho*. Ou, se havia, o pessoal não estava prestando a atenção devida, e escapou por entre os dedos. Aqui no Brasil, realmente não podemos deixar que isso aconteça. E eu sei que, com a sua presença, a da Senadora e de outros, o compromisso brasileiro é de não deixar as espécies desaparecerem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIM – Eu queria agradecer ao Secretário Roberto Cavalcanti e lembrar que uma das características da natureza é a sua plasticidade, a capacidade de adaptação. E isso nós aplicamos ao programa deste evento. Ou seja, não estava prevista a fala do eminente Secretário. E dentro deste casamento, que eu acho até que é voluntário, não é forçado, entre as duas agendas que estamos promovendo aqui, a sua presença é extremamente bem-vinda.

Eu queria também dizer que os juízes se ressentem muito da falta de informações técnicas de qualidade. Porque a melhor decisão judicial é aquela que está baseada em informação científica de qualidade e imparcial. E é precisamente esse tipo de informação que serve não só para orientar as nossas decisões, mas também para prevenir a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, porque essas informações já serão úteis no próprio processo de licenciamento ambiental, no *permitting system*, e com isso questões, litígios que chegassem ao Judiciário deixam de chegar.

Então, eu agradeço muitíssimo e valorizo muito esse trabalho de informação de qualidade, sei que o Secretário, como professor que é – ele vem da academia, tem uma reputação extraordinária no nosso País –, tem grande apego a esse trabalho que foi feito. Agora, não obstante todo o apego ao livro que ele está segurando, eu pediria – eu sei que ele está muito ocupado – que ele mostrasse, se pudesse, um pouco dele, que o deixasse correr por uns cinco minutos – o livro é grande e não corre o risco de desaparecer –, passando de um participante a outro. E eu prometo aos colegas que, logo à noite ou amanhã – a Senadora Vanessa é minha vizinha de edifício –, eu deixarei na casa dela e irei para o jantar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu, quando chegar na semana que vem, vou ter a surpresa de o livro já estar na minha casa me aguardando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço muito ao Secretário.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Ministro, muito obrigado. Eu vou deixar circular o livro, mas eu tenho que levar de volta para a Ministra esse exemplar.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Agradeço. Não se preocupe. Eu vejo vários aqui tentados a levar o livro consigo, mas, com certeza, saberão respeitar; é o livro da Ministra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – E já que nós estamos na Comissão de Mudanças Climáticas, eu sempre digo – o Secretário Klink e eu temos uma sinergia muito forte nas duas secretarias – que o clima local na superfície da terra é determinado pela biodiversidade. Não é à toa que dizem que moramos numa biosfera, porque os processos planetários que afetam diretamente a população humana são mediados pela atividade biológica. O teor de oxigênio na atmosfera terrestre, o clima local, ventos, a precipitação, a temperatura, tudo isso. Basta a gente fazer a comparação entre os desertos e as altas montanhas, onde não há vegetação, e as áreas como a nossa, para ver claramente. Então, não há separação entre a biodiversidade e esse processo climático.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – É impossível.

De toda sorte, nós fizemos o casamento jurídico necessário.

Muito obrigado, Secretário.

Eu tenho a honra de passar a palavra ao Prof. Nicholas Robinson, que é um dos ícones do Direito Ambiental brasileiro, tem inúmeros trabalhos, alguns deles traduzidos em português, livros, publicações, uma história inteira dedicada ao Direito Ambiental. É um dos fundadores do Direito Ambiental norte-americano – é claro que ele era apenas um adolescente naquela época.

Aqueles que tiverem curiosidade, há um exemplar de uma revista jurídica norte-americana – corrija-me, Nick – em que constam as transcrições de um debate no final dos anos 60. E o Prof. Robinson, como estudante, já fazia questões provocadoras; não só os *papers* da conferência estão nessa revista, mas também a transcrição

dos debates. E um dia, eu, fazendo uma pesquisa, me deparei com esse texto e disse: “Mas eu conheço essa figura aqui.” Ele já atuava como agente provocador no Direito como um todo e no Direito Ambiental.

Então, Nick, o Brasil é a sua casa, nós lhe somos muito gratos, como brasileiros, pelas inúmeras lições que você nos trouxe e, sobretudo, por frequentar com bastante assiduidade o Parlamento brasileiro e o Judiciário brasileiro. Venha sempre, e agradecemos muitíssimo pela sua intervenção de hoje.

O SR. NICHOLAS ROBINSON (*Tradução por profissional habilitado.*) – Obrigado. Boa tarde a todos.

Peço perdão por não poder falar português, uma língua linda, mas o meu português não é bom o suficiente, mas acho que os intérpretes vão fazer o possível.

A apresentação desses meus pensamentos, dessas minhas ideias é bem apropriada, porque, de fato, o Roberto Cavalcanti já apresentou esse Livro Vermelho das plantas em risco antes de eu falar. O Livro Vermelho apresenta plantas que estão em perigo, a não ser que possamos fazer algo para melhorar sua capacidade de se recuperar como espécie. Estou falando do princípio da resiliência. Se temos grandes biomas, como o Roberto disse, podemos deixar essas espécies se recuperarem e crescerem; mas se a gente diminuir essa área, elas perdem a resiliência. Então, elas vão ser extintas.

O Embaixador Marcondes falou hoje sobre um dos eventos da Conferência de Varsóvia, que tratou do maior tufão que atingiu a terra. Vou começar minha discussão da resiliência sobre essa tempestade e sobre um advogado chamado Tony Oposa. Ele é famoso na nossa área pela decisão que defendeu na Suprema Corte das Filipinas, garantindo que gerações futuras de recém-nascidos e jovens tivessem o direito de proteger as florestas das Filipinas. Esse caso basicamente garantiu... Toda concessão foi usada, não haveria mais florestas se isso não tivesse sido feito e nós teríamos perdido toda a floresta dessa ilha.

Esse tufão Haiyan atacou as Filipinas em 2013, em 27 de novembro, e atingiu uma área das Filipinas chamada Cebu, onde Tony Oposa havia criado uma escola para ensinar sobre proteção das águas, atmosfera da Terra, a Seas, a escola do mar, da terra e do ar. Ele criou essa escola com o tipo de construção nas Filipinas, com madeira, bem aquecida, não precisava de prédios muito fortes. Com esse tufão, os prédios foram destruídos. Então, vou recriar a escola para fazer com que tenha resiliência.

Em uma das construções, um prédio de dois andares, no primeiro andar foi apenas para deixar a água passar por ele, se fosse o caso, e, no segundo andar, um lugar para as pessoas viverem. Não é um prédio tão grande, mas há salas para dar aula. Em cima, tinha um jardim de telhado. Quando o tufão veio, as pessoas se alojaram no segundo andar e sobreviveram. Todos os prédios em volta foram destruídos, as pessoas morreram ou não tiveram mais habilidade de viver, se tivessem sobrevivido.

Ele construiu na escola um poço de água. Precisamos lembrar-nos de como tirar água do solo, eles tinham que tirar água com a mão. Mas quero que as pessoas se lembrem de onde vem a água que bebemos. Todos os outros poços eram modernos na cidade, eles tinham eletricidade. Quando o tufão veio, toda a eletricidade foi embora, as redes elétricas acabaram e todas as pessoas que sobreviveram tinham que ir ao seu poço para beber água e sobreviver, porque era um poço manual, o que fez com que as pessoas sobrevivessem.

A história dele é hoje publicada nos jornais das Filipinas, você pode jogar Tony Oposa no Google e achar os jornais e as fotos do prédio que resistiu. O que eles querem fazer é trabalhar com as pessoas dessa área da ilha e deixar que elas construam com novos padrões, que tenham novas leis, que façam estruturas resilientes, que sobrevivam aos tufões futuros. Como nós ouvimos essa manhã, na mudança climática, vamos ter um clima mais extremo no mundo todo.

Eu moro em uma cidade, em Nova York, em que tivemos o furacão Sandy, e ainda estamos tentando nos recuperar. Fui a New Orleans e documentei várias vezes como as pessoas ainda não se recuperaram do furacão Katrina ou Rita. Quando temos uma tempestade, como o Tufão Haiyan ou qualquer outro furacão, você não tem uma recuperação de 100%, é impossível voltar onde se estava. Em vez disso, devemos pensar em ir ao futuro, em fazer uma sociedade mais resiliente.

O conceito dos brasileiros é definido como algo que nós humanos temos. Nós somos resilientes como pessoas. Se eu ou você caímos no chão, não ficamos lá caídos. Que interessante! Nós levantamos e continuamos a andar. As plantas e os animais também são resilientes. Os ecologistas estão fazendo vários estudos interessantes de como as plantas se recuperam depois de condições destrutivas que interferiram com o seu hábitat ou com seu ecossistema.

Então, no Brasil, a gente define de certa forma, em termos de características científicas: é uma capacidade natural, no humano ou no sistema ecológico, de forma que você mantenha a integridade, o bem-estar do ser humano ou do ecossistema. Então, nós estamos tentando achar uma forma de adaptação às mudanças dessas destruições, desses transtornos que passamos, e estabilizar, ser estável, mas vai ser um novo tipo de bem-estar, talvez mais resiliente até. A resiliência ainda não foi feita como um princípio da lei, é só uma característica dos sistemas vivos, mas é hora de criar essa resiliência robusta.

Eu parabeno o Brasil por ter feito e aprovado essas leis que nós falamos, porque essas leis estão criando um Brasil mais resiliente, uma capacidade mais resiliente do Brasil para se dar bem e manter seu desenvolvimento econômico, sem o lado negativo de se tornar tão pequeno e enfraquecer essa capacidade de resiliência. A maioria das nações não fez isso; o Brasil é uma das nações que lideram esse aspecto.

Então, como promover os conceitos, as ambições que nós descrevemos essa manhã, depois das negociações? Uma coisa que precisamos fazer é, essencialmente, declarar que a resiliência é um princípio da lei. Se todas as nações têm a obrigação de promover resiliência, vamos tentar achar uma forma comum de se fazer mais resiliente. Essa resiliência é um conceito dentro de todos os outros princípios do Direito. Nós temos que nos precaver quando soubermos que virá alguma coisa que vai nos atacar, mas isso não provê uma ação afirmativa, uma obrigação afirmativa de tornar a resiliência uma característica robusta da nossa sociedade.

O princípio da resiliência, se pensarmos como um processo legal, pode ser descrito como governos e indivíduos devem tomar todas as medidas existentes para assegurar a capacidade de os sistemas naturais e sociais manterem sua integridade. Essa definição de resiliência é parte de um novo conjunto de princípios de Direito Internacional, nacional também, que temos que ter no âmbito de mudanças climáticas.

A mudança climática significa que o mundo não é o mesmo que era antes. Devemos mudar nossos princípios gerais para melhorar nossa capacidade de viver bem numa era de mudanças climáticas, assim como nas Filipinas. Agora eles estão tentando redefinir os prédios e usos das terras para lidar com essas tempestades. Essa deve ser a mensagem que todos devemos passar e vai haver mais resiliência.

Outro exemplo que todos os Parlamentos devem tomar é permitir que as pessoas criem programas locais de assistência de saúde. Não temos legislações que mostrem como as pessoas devem fazer esses seguros, para que, quando haja um desastre, eles tenham dinheiro para se recuperar. Eles precisam de financiamento para fazer isso. Três quartos do mundo não têm esses seguros de casualidades. Quando há um desastre, essas pessoas não têm capacidade de achar recursos econômicos para se recuperar, a não ser pelo governo central ou pelas agências internacionais. Não existe programa de um novo crescimento internacional, isso não é dado. Não existe programa nacional grande o suficiente para lidar com tantos tufões.

As Filipinas têm tantos tufões que eles ainda são incapazes de se recuperar após cada tufão, depois de vários anos em que isso se passou. Temos que criar programas de seguros não necessariamente comerciais, eles podem fazer isso através de cooperações, mas a forma legal deve estar lá. Isso é um exemplo de seguro de resiliência que nos ajude a nos recuperar.

Precisamos fazer a mesma coisa com energia. Podemos gerar eletricidade e usá-la sem precisar de centrais de energia ou linhas de transmissões. Temos que ter a capacidade, como o Tony fez com o poço, precisamos dos nossos serviços elétricos, nossa energia para quando precisarmos usar. A tecnologia para fazer isso existe hoje, a questão é a forma de usar e entregá-la a todas as regiões. Precisamos começar a desenvolver sistemas de *backup* e de redundância. Nós achamos que somos bem inteligentes, bem espertos, com sistemas bem eficientes, então, não queremos ter uma casa cheia, guardada de recursos se nós podemos ter tudo isso quando nós precisamos. Nós guardamos dinheiro com isso.

Houve três tufões nas Filipinas, que destruíram Vietnã, Tailândia e Camboja, uma área maior do que a Espanha ou o sul da França. Os recursos materiais de computador de Bangkok para o mundo parou porque a cidade de Bangkok estava 90% embaixo d'água. Todas as áreas de criação de equipamentos para computar em Nova York, em outros lugares pelo mundo foram fechadas porque eles não conseguiam pegar as partes de que precisavam.

Esse tipo de supereficiência é como se o Livro Vermelho das espécies estivesse em ameaça. Isso acontece quando todos os sistemas quebram, falham. Então, nós temos que começar a ter um novo conceito de redundância para dar sistemas de *backup*, nova forma de fornecer nossas comidas, equipamentos de farmácia, materiais de construção para as nossas áreas de construção em todo o mundo.

Bom, com tudo isso, nós estamos aprendemos que nós fazemos um *design* com a natureza. Nós precisamos estudar os sistemas naturais da terra e depois nos adaptar a eles no futuro, em vez de sofrer para fazer um *design* humano de prédios, ruas, estradas. A natureza está nos mudando, porque nós entramos em outra era, Antropoceno. Nós alteramos os sistemas naturais e nós não podemos voltar.

Bom, vários geologistas estudaram quando as eras geológicas mudaram. Agora a gente já saiu do Holoceno, que aconteceu há dez milhões de anos, todas as nossas leis, todos os nossos livros vermelhos de dados foram criados. Nós saímos do Holoceno e entramos no Antropoceno. Esse comitê identificou várias características de que nós não estamos mais na mesma época. Uma delas é que, quando nós fazíamos testes de armas nucleares, nós enviamos muito radioatividade à crosta humana. Então, se você para dentro do mundo, você vai achar muito radioatividade, bem como aqui em cima. Nós fizemos a mesma coisa no que diz respeito aos químicos orgânicos e sintéticos, que nunca existiram na natureza. Nós os criamos e os jogamos fora como des-

perdício. E esses itens desperdiçados agora estão na crosta humana. Então, se você descer para o fundo, você vai achá-los.

Bom, nós o deixemos no Holoceno, em que nós podemos encrostar a terra com esses químicos. Nós fazemos a mesma coisa com o derretimento da criosfera. Esse é um dos marcos que, como os geologistas sempre disseram, acabou com o período da vida e começou outro. A era do gelo acabou e uma nova era começa. Então, o nível dos mares eleva. Nós temos que sair da costa, mas nós também temos novos sedimentos. Uma camada de terra é outro indicador de quando nós saímos desse período geológico. No Antropoceno, os humanos têm que ser um pouco mais humildes. Nós temos que reconhecer que, se nós fomos fortes o suficiente para mudar a biosfera, mudar o Planeta sem planejar, nós o fizemos por erro. Nós agora temos que viver com essas consequências e que reconstruir nossas leis de adaptação e nos adaptar a essas novas condições que criamos. Eu acredito que o princípio mais fundamental que nós podemos usar é o princípio da resiliência. Esse princípio pode ser aplicado pelo Direito do Meio Ambiente, pela Constituição no Brasil; está em outros princípios do Direito Geral, mas essa resiliência robusta nós precisamos fazer como um princípio ativo do direito.

Muito obrigado por sua atenção. Eu sou muito grato ao Senador por este simpósio maravilhoso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Herman Benjamin) – Agradeço ao Prof. Nicholas Robinson.

O Direito brasileiro só agora começa a explorar o princípio da resiliência. Nós não temos ainda precedentes judiciais nesse sentido, mas temos dezenas de precedentes judiciais sobre o princípio da precaução, sobre o princípio poluidor-pagador – *the polluter pays* –, sobre o princípio usuário-pagador – *the user pays* –, todos esses princípios. Ou seja, a jurisprudência brasileira se orienta muito ou se assenta muito nos princípios. E essa é uma ferramenta extremamente importante para nós, juízes, porque o juiz muitas vezes se depara com um caso concreto para o qual não há necessariamente, ou não há perfeitamente um encaixe legislativo, uma norma precisa que resolva aquela questão. E é com apoio nos princípios que o juiz consegue integrar o sistema, fazer com que os mosaicos dessas várias normas – não só normas ambientais, normas que às vezes regulam outras matérias como agricultura, por exemplo, ou pesca – se integram por meio dos princípios que são – repito – extremamente importantes para a atuação do juiz.

Vamos interromper por dez minutos para um café, e, logo em seguida, nós voltamos com os outros palestrantes.

Lembro que esse segmento dos nossos trabalhos está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado. Portanto, a responsabilidade nossa é dobrada, porque não estamos falando apenas entre nós, mas dividindo esse conhecimento que está sendo exposto aqui pelos nossos convidados brasileiros e estrangeiros com este imenso Brasil.

Suspendo, então, os trabalhos por dez minutos.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, suspensa às 11 horas e 6 minutos, reaberta às 11 horas e 33 minutos, suspensa às 12 horas e 29 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 45 minutos e reaberta às 17 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Herman Benjamin) – Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, eu tenho o prazer de apresentar os nossos expositores.

Começo com o Sr. Simon Stuart, especialista em vários temas – se é que podemos dizer assim –, mas hoje sua maior especialidade é no campo das espécies ameaçadas de extinção. E todos nós sabemos que um dos grandes impactos das mudanças climáticas é exatamente aumentar o número de espécies ameaçadas de extinção. Ele preside a Comissão Mundial de Sobrevivência das Espécies, que tem o encargo de elaborar a Lista Vermelha das espécies ameaçadas de extinção – a *Red List* –, tanto da fauna, como da flora. Eu já disse isto no segmento anterior: esse trabalho da Lista Vermelha é fundamental para a implementação do Direito Ambiental em todo o mundo, para o *compliance and enforcement* do Direito Ambiental.

Portanto, é um prazer, Dr. Simon Stuart, recebê-lo, mais uma vez, em nosso País – aliás, no momento em que o Brasil lança o seu Livro Vermelho da flora, algo que fazia muita falta e tenho certeza vai preencher uma lacuna visível e sentida por todos.

O segundo especialista é irmão latino-americano, o Dr. Ernesto Erkelin, Presidente da Comissão Mundial de Áreas Protegidas; ocupou o mais alto cargo na República mexicana no que tange à gestão de áreas protegidas; é conhecido no mundo inteiro e é um especialista em papagaios – *parrots*. Eu acho que não cometo aqui nenhuma impropriedade se eu confessar que o meu interesse na área ambiental, no plano pessoal, é também papagaios. E nós estamos juntos agora com um plano para a ararinha azul, para nos juntamos aos esforços do Governo brasileiro, da sociedade brasileira na perspectiva de trazer de volta a nossa ararinha azul, que desapareceu da vida silvestre – *in the wild* – no sertão da Bahia. Então, além da admiração profunda por

sua capacidade intelectual e profissional, nós temos em comum esse carinho por um pequeno fragmento do grande universo da biodiversidade.

Após o Prof. Ernesto Erkelin, vamos ouvir o Prof. Ben Boer, que é bastante conhecido no Brasil, tem textos publicados nas revistas jurídicas brasileiras, é professor da Universidade de Sidney, como também professor da Universidade de Wuhan, na China.

Da mesma forma que o Prof. Nicholas Robinson é um pioneiro do Direito Ambiental nos Estados Unidos, o Prof. Ben Boer é pioneiro do Direito Ambiental na Austrália. E eu nunca canso de admirar não só a sua capacidade de trabalho, mas a forma, a dedicação pessoal, o compromisso pessoal que ele traz para o campo do Direito Ambiental. Não é alguém que apenas leciona Direito Ambiental porque é obrigado, ou porque tem um emprego, ou eventualmente porque tem alguma simpatia; é alguém que vê no Direito Ambiental um instrumento de transformação e por que não dizer de auxílio nesta perspectiva de um Planeta mais robusto que nós queremos deixar para as gerações futuras.

O último especialista é também australiano – e não pensem que há aqui um complô da Austrália, é mera coincidência. Mas temos dois especialistas do mesmo país. O Dr. Ian Hannam é, a meu juízo, o maior especialista no mundo em regulação jurídica de solos. E nós sabemos que regulação jurídica de solos, Ministro Everton, é um tema fundamental para países como o Brasil, que tem boa parte da sua riqueza e das suas exportações oriundas exatamente da fertilidade do nosso solo. E esse é um dos temas que une – ou, melhor dizendo –, que apaixona não só os que trabalham com o meio ambiente, mas sobretudo os que trabalham com a terra, os produtores rurais, porque são eles que mais valorizam e entendem a importância de se proteger o solo.

E esse trabalho que o Dr. Ian Hannam vem coordenando no mundo todo, no sentido de eventualmente levar – e isso ele vai explicar para nós – a um protocolo, a Convenção da Desertificação, ou a outros modelos que já estão sendo discutidos – aliás, já com texto praticamente pronto –, é um trabalho extraordinário, que queria muito ressaltar aqui.

Então, sem mais delongas, eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Simon Stuart.

O SR. SIMON STUART – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Vocês podem me ouvir?

Muito bem! Eu acho que agora nós podemos mostrar nossa apresentação no PowerPoint.

Agradeço muito ao meu colega Antonio Benjamin por ter me convidado para dar uma palestra e para falar sobre a Comissão de Sobrevivência das Espécies, da IUCN (the *International Union for Conservation of Nature*), União Internacional para Conservação da Natureza. Eu vim com a nossa equipe da IUCN. Também está aqui Wendy Foden, especialista em mudanças climáticas e em espécies.

O que nós estamos analisando hoje é uma das informações mais recentes que nós recebemos a respeito de como a mudança climática impacta ou pode impactar as espécies. É uma área bastante difícil. Eu fiz uma apresentação de PowerPoint porque eu sou um cientista; e os advogados, como vocês sabem, não usam PowerPoint, mas os cientistas usam.

Próximo eslaide.

Quando nós pensamos a respeito das espécies e a mudança climática, a maioria das pessoas diz que isso afeta, por exemplo, o urso polar. O urso polar se tornou, por exemplo, o assunto da questão das espécies ameaçadas. Mas, depois da Conferência de Copenhague, da Convenção de Mudanças Climáticas – que ano? 2009, se eu não engano –, nós decidimos que precisávamos dar mais foco a outras espécies afetadas pelas mudanças climáticas além do urso polar. Isso foi algo que nós fizemos à parte, para tentar incentivar os negociadores a olharem um pouco mais amplamente.

Vocês não precisam olhar o detalhe deste eslaide. O que nós fizemos foi tentar entrar em cada grupo de especialistas dentro da nossa Comissão de Sobrevivência das Espécies, da IUCN. São 130! E fizemos um questionário completo e aprendemos bastante acerca de novas espécies que eram afetadas pela mudança climática.

Vamos analisar os dez principais, para os quais tivemos grande publicidade em Copenhague. A reunião de Copenhague se deu também muito em termos de sucesso negativo – digamos assim –; foi chamada *Borkenhagen*, que também trouxe notícias amargas a respeito do fracasso das negociações. A publicidade de dez espécies afetadas pelas mudanças climáticas trouxe muita atenção.

Vamos olhar o próximo eslaide.

Esta é a lista das espécies.

Próximo.

Corais. É claro que o foco é especificamente sobre os corais Staghorn. Os corais provavelmente são as espécies as quais as mudanças climáticas mais afetam e mais devastam. Fato muito mais bem documentado em termos de comparação com outras espécies é o branqueamento dos corais em face do aumento da temperatura dos oceanos e espécies que estão relacionadas aos corais, como, por exemplo, o peixe-palhaço, famoso no filme Procurando Nemo, de Walt Disney. Essa espécie também está sendo afetada.

Há muitas outras espécies – claro que não no Brasil – que são dependentes do gelo. A foca de collar, também uma espécie ameaçada, não é mais tão abundante; tem que reproduzir sob o gelo. Portanto, ela precisa de gelo para reproduzir, e não há nenhuma outra maneira pela qual essa foca possa fazê-lo. Então, o derretimento das calotas no Ártico nos traz realmente um problema acerca dessa espécie.

O mesmo acontece com alguns dos pinguins. O pinguim imperador, especificamente, também depende da calota polar. Alguns dos mamíferos marinhos, como, por exemplo, as baleias, também são afetadas. Modificam-se, assim, os padrões de seu comportamento. Agora, humanos entram cada vez mais no Ártico para atividades econômicas, o que não acontecia antigamente.

A baleia franca ou baleia beluga e a raposa do Ártico, uma das espécies mais espalhadas – digamos assim – em altas altitudes, também vêm diminuindo. Também as mudanças climáticas têm um efeito inesperado, consequências inesperadas sobre o gênero de alguns répteis, porque dependem da temperatura, por causa da incubação dos ovos. Então, se as temperaturas mudam muito, o equilíbrio entre homens e mulheres também, entre machos e fêmeas também pode ser modificado. E isso acontece especificamente com relação à tartaruga, especificamente essa tartaruga marinha. Você pode ver que isso também acontece com ela.

Também temos outras espécies, como vegetais que também têm dificuldades; por exemplo, a árvore Quiver, na África do Sul, cujo *habitat* vem mudando rapidamente, e essa árvore não consegue mais fazer a polinização como antes fazia.

Também aí temos toda uma série de espécies afetadas pelas mudanças nas temperaturas, que atingem, por exemplo, as rotas de migração, como é o caso do salmão. E aí também outro inesperado aumento de temperaturas por causa do dióxido de carbono na atmosfera afeta o conteúdo de nutrição das plantas. Então, portanto, o urso coala da Austrália é uma espécie ameaçada, pelo menor teor nutricional nas folhas dos eucaliptos. Então, esses aí são exemplos de dez das dez espécies que nós decidimos trazer com mais força. Essas espécies estão aí todas documentadas como tendo sido negativamente impactadas pela mudança climática.

Mas vamos analisar um pouco mais profundamente. Quais são os processos que fazem com que o número de espécies decline por causa das mudanças climáticas? Bom, primeiramente nós podemos ter mudanças, por exemplo, na dinâmica entre as espécies. Essa aqui é a rã do Ocidente, é uma das rãs que mais vemos aí na América do Norte. Então, uma sequência de eventos de seca causados pela mudança climática leva a uma redução da profundidade dos lagos que faz aumentar também a penetração dos raios ultravioleta, que penetram a água onde as larvas dessas rãs antes seriam depositadas, e isso também aumenta muito a vulnerabilidade à infecção por fungos, o que por fim leva a um declínio da população. Então, o equilíbrio entre o fungo e a rã é desequilibrado pela mudança climática. Isso é uma coisa que não se esperaria que acontecesse.

Também eu mencionei a questão dos corais. Isso talvez seja o que mais amedronta e foi mais bem documentado em termos de mudança climática em centenas de espécies. E o que vem acontecendo com a mudança climática é que os corais são o que nós chamamos de espécies mutantes que fazem mutualismos; eles são especificamente espécies que trabalham em simbiose com outras e conseguem viver aí nos esqueletos dos recifes. Então, com o aumento das temperaturas, a relação entre a quantidade de corais e de algas fica desequilibrada. E essas condições extremas podem levar ao que falamos que é um branqueamento dos recifes de coral, ou seja, a sua morte. E isso também é um grande problema que nós temos visto.

Com relação ao dióxido, que aumenta as temperaturas e os níveis de CO₂ na temperatura, que são cada vez mais aumentados, nós podemos ver uma modificação na vegetação. Por exemplo, isso aqui é na Reserva de (*Ininteligível*.) e depois em KwaZulu-Natal, na África do Sul. Você pode ver aqui a foto à esquerda, 1954, quando havia ainda bastante arbusto, e ali, depois, em 2001, pode ver, por causa do aumento do CO₂.

As temperaturas também afetam outras espécies. Isso aqui é muito difícil ver, mas aqui à esquerda temos uma foto, de uma dessas plantas adaptáveis ao solo árido e se elas aumentam muito a temperatura entre 3 a 6 graus Celsius durante os meses de inverno, elas morrem. Vocês veem que elas estão mortas aí na direita. A temperatura, a tolerância delas à alta temperatura é muito pequenininha.

Também mencionei anteriormente as tartarugas e outros répteis cujo equilíbrio do gênero é muito afetado por causa da questão do aumento da temperatura. Também junto com a mudança climática vem a questão da acidificação. Não é a mesma coisa que mudança climática, mas é causada pela mesma coisa, que é o aumento do CO₂. Então, aqui estou considerando também a acidificação dos oceanos cada vez mais aumentam por causa das quantidades de animais que vivem nos oceanos que têm carbonato de cálcio, ou seja, seus esqueletos ou suas cascas e crostas feitas de calcário. Portanto, estamos chegando ao momento em que algumas dessas espécies no oceano não mais serão capazes de sobreviver, porque o oceano está ficando muito ácido, especialmente os corais que fazem seus recifes, são aqueles que estão mais ameaçados por causa da acidificação dos oceanos. E aí temos a perda de *habitat*. Eu tinha que mostrar a foto de urso polar que está perdendo o seu *habitat*. O urso polar também depende das calotas polares.

E aqui temos um outro exemplo também: uma árvore Quiver. Você pode ver problemas aqui nos fragmentos. Aqui, por exemplo, na parte sul da África do Sul, você vê essa linha vermelha e dentro da linha vermelha está toda a população de árvore Quiver. Nos próximos 50 anos, prevê-se que essas mudanças climáticas vão fazer com que a árvore se mova em direção ao sul, ou seja, significa que na parte norte não vai ser mais possível que essa árvore se reproduza, ela vai se extinguir. E o sul, aí sim, vai se tornar adequado. Então, potencialmente a espécie poderia migrar para o sul. Mas existe um problema, porque a espécie não se move rapidamente, ela é lenta e com isso não consegue ocupar essa nova área rapidamente assim. Isso acontece com muitas espécies que são afetadas pela mudança climática.

Agora há previsões que são feitas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas de mudanças causadas pela mudança climática, de modificações causadas por mudanças climáticas. E você vê aqui uma modelagem do que nós chamamos de modelagem baseada em mudança climática. Ou seja, como essas espécies conseguem se modificar; e essa é a base para avaliar as taxas de mudança, no futuro, devido à mudança climática. Há uma série de lados negativos também quanto a isso, alguns problemas teóricos que causam margens de erro muito grandes acerca das estimativas. Então nós decidimos, na IUCN, que temos de obter outras maneiras de analisar o impacto da mudança climática sobre as espécies.

E esse foi um projeto financiado pela Fundação McCarter criando um atlas do zoológico de Indianápolis e os impactos futuros. Não estamos dizendo que essa modelagem não deve ser feita, mas nós estamos dizendo que quando há muitas incertezas precisamos de vários métodos, porque de qualquer maneira assim nós vamos poder reduzir essas incertezas sobre o que acontece no futuro. E também, com relação a esse projeto, nós temos aqui as melhores mentes do mundo reunidas tentando descobrir como desenvolver um modelo para lidar com essa questão dos traços biológicos que as espécies têm e como esses traços, essas características serão mais ou menos capazes de se adaptar à mudança climática.

E também nós temos um modelo teórico por detrás de tudo o que nós fizemos, e esse pequeno diagrama aqui mostra esse modelo, mostra o outro lado. Eu vou explicar melhor, porque prometi que era para ser compreensível. Então, o primeiro aspecto é a questão da sensibilidade. Estamos analisando três fatores nesse modelo. As espécies são sensíveis à mudança climática, portanto, têm pouca tolerância. Então, as espécies com baixa tolerância à mudança climática são mais vulneráveis do que as espécies que têm mais tolerância. Então existe a sensibilidade.

O próximo item é a má adaptabilidade. Essa má adaptabilidade significa o seguinte: espécies que não têm capacidade de se adaptar às mudanças porque não se movem rapidamente – como aquela árvore Quiver que eu mostrei –, ou então não conseguem evoluir e progredir rapidamente. Também existe a questão da exposição. Então, isso é quando as espécies estão numa localidade ruim, ou seja, um local afetado por uma alta, uma rápida mudança de temperatura ou algum tipo de aumento rápido de maré ou de oceano ou de aumento de chuvas.

Também aí, com isso temos a questão da sensibilidade, da adaptabilidade e da exposição. Quando juntamos as três e as sobrepomos, encontramos espécies que estão num alto risco e nos três itens. Aí soa o alarme! Essa é a nova metodologia da IUCN.

Com base nisso, nós fizemos um estudo para todos esses grupos de espécies, pássaros, anfíbios, corais e os proteáceos da África do Sul. E aí com isso nós conseguimos desenvolver mais de 20 mil espécies codificadas dentro de mais de 90 traços – melhor dizendo, foram 25 traços – descemos aí até 25. Então é esse tipo de análise. Todos esses traços biológicos estão aí listados. Vocês não precisam ler o eslaide, mas nós fizemos isso 18 mil vezes. Você pode imaginar quanto de trabalho nós fizemos, por isso as pessoas preferem a modelagem porque é mais fácil de fazer. E aí você também vê que cada espécie nós conseguimos codificar. Aqui temos um sapo da África do Sul, codificamos e com isso tivemos ideia se ele estava em risco ou não.

E por fim temos os resultados. Nós publicamos, em junho deste ano, um trabalho pronto, depois de seis anos de trabalho, e Wendy Foden foi a autora principal. No caso de alguma perda ambiental nós determinamos pontuações com mais um a menos um. E aqui nós conseguimos definir os níveis de espécies que têm ali um alto risco à mudança climática que seja muito mais alto do que o nível atual de ameaça. Então, esse realmente foi um estudo que nos trouxe resultados impactantes.

Aqui eu gostaria de mostrar os estudos rápidos de pássaros e anfíbios: Para pássaros, basicamente a questão principal que quero que vocês analisem é que atualmente são cerca de 12% ou 13% de espécies ameaçadas no momento – ameaçadas de extinção devido a outras ameaças –, mas 25% dos pássaros são mais suscetíveis a mudança climática, mas não estão atualmente listados na lista do Reed. E o nível dos anfíbios chega a 17%. O que isso nos mostra? A mudança climática realmente nos mostra que estamos deixando passar avaliação, estamos subestimando os níveis de ameaça. Então, se nós vamos para cada um desses grupos taxonômicos, descobriremos as mesmas coisas.

Então, por exemplo, ao analisarmos esse mapa de anfíbios ameaçados, aqui em vermelho vocês podem ver os anfíbios ameaçados ou suscetíveis à mudança climática, mas em amarelo escuro, verão as espécies que não estão ameaçadas, mas são suscetíveis à mudança climática.

Vejam o Brasil. Vejam o Cerrado brasileiro! A mesma foto você pode ver ali, em *habitats* equivalentes na África também. Então, esse é o tipo de coisa que nós estamos descobrindo com nosso trabalho.

Como resultado de alguns desses trabalhos, nós fizemos muitos trabalhos pelos cientistas para descobrir que precisamos aplicar muito mais pressão. Por exemplo, desde 2009, eu fui um dos muitos cientistas, numa reunião que desenvolvemos, na Royal Society, de Londres, que estava com uma afirmação acerca da crise dos recifes de corais causada pela mudança climática. Então, existe uma grande questão para essas espécies: Quanto mais de mudança climática precisa acontecer para que nós paremos de fato?

Eu sei que já houve uma série de discursos muito impactantes. Hoje de manhã, inclusive, eu ouvi muito a respeito de como as coisas estão acontecendo, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática.

Vamos analisar aqui rapidamente. Então, do que os corais precisam para sobreviver? Eles precisam de 40 mil. Então, a gente passa disso. Na verdade foram negociados 450 em Copenhague. A gente chegou um acordo quanto a isso. Se vocês lembram, o Presidente Obama chegou com uma decisão para salvar o dia, em Copenhague, e ele pessoalmente chegou a 50 milhões. Muito mais do que precisamos para os corais.

Bom, para onde estamos indo? Nós temos alguns problemas sérios. Eu queria poder contar algumas histórias otimistas, mas realmente, resumindo, o que está acontecendo com as espécies afeta a vida dos seres humanos. Eu não tenho tempo para entrar nisso agora, mas nós completamos um estudo em que olhamos os corais de uma área muito pobre da África e vimos como as mudanças climáticas vão afetando as espécies das quais os humanos dependem. Então, isso é como a mudança climática pode afetar os pobres dos mais pobres e ter efeito nas espécies.

Para chegar a tudo isso, nós criamos esse grupo de especialistas em mudança climática. Nós temos dez no time. Você pode achar tudo isso no *website* e há muitos dados interessantes aqui. Isso é bem um resumo de como começamos o nosso trabalho e o que estamos fazendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Agradecemos muito a participação do nosso expositor Simon Stuart.

O Ministro deu uma breve saída, portanto, ele fica me devendo esse período que vou trabalhar por ele. Mas ele me disse que vai pagar de forma justa.

Então, passo a palavra agora ao próximo expositor, Dr. Ernesto Erkelin Hoeflich.

O SR. ERNESTO ERKELIN HOEFLICH (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom, eu sou advogado, mas eu não vou usar o PowerPoint. Eu sou uma exceção à lei.

Com muito prazer estou no Brasil de novo. Eu sempre tive grandes oportunidades de aprender e compartilhar aqui, e essa vez não foi uma exceção.

Ontem e anteontem, nós nos encontramos com os nossos colegas do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade. Nós estamos planejando algo bem grande que vai vir ano que vem, que é o Congresso Internacional dos Parques, que nós esperamos que traga algumas oportunidades adicionais, para tentar combater algumas coisas que o Simon acabou de apresentar e outras coisas que foram discutidas anteriormente.

Bom, eu também ia fazer uma apresentação em PowerPoint. Mas o que está acontecendo no Brasil, na verdade, é extremamente importante. Eu acho que é um exemplo para o mundo. Eu prefiro, na verdade, conversar sobre algumas das oportunidades dos próximos anos para desenvolver uma mudança climática pós 2015, uma alternativa que beneficie tanto o clima como a biodiversidade.

Áreas protegidas fazem parte de 20% da Terra atualmente. Elas são as maiores. A utilização da terra pelo ser humano, desde sempre, é de áreas maiores de agricultura, de áreas de pasto. É maior a área de utilização da terra pelo ser humano. Áreas protegidas, pessoas acham que elas vêm... Bom, os parques dos Estados Unidos são muito importantes. Eu acho que é um modelo muito importante.

Na verdade, as áreas protegidas existem há muitos séculos e em muitas culturas. Nós temos dois milhões de áreas protegidas no mundo, em 200 países, e duas mil áreas protegidas. Então, elas são uma grande oportunidade; mas também são uma grande responsabilidade. Nós precisamos ver como podemos desenvolver mecanismos para essas áreas protegidas e o clima, para suportar os objetivos da conservação.

Bom, então, há coisas que precisamos fazer e vou passar por elas bem rápido e talvez outras pessoas vão apresentar soluções para elas. Mas falamos sobre comissões de lei para isso. É um *framework* regulatório e de lei que prevê adaptação não no clima, mas na administração dessas áreas protegidas.

Muitas áreas protegidas, como vocês já têm visto nas apresentações dessa manhã e desta tarde, vão precisar mudar, porque o clima vai criar padrões diferentes de circulação global que vão afetar o como e onde chove e a quantidade dessa chuva e aumentar os efeitos da severidade desses fenômenos. Então, formato, área e quantidade vão mudar.

Antigamente, e hoje não é mais antigamente, dez anos atrás era antigamente... Nós estamos falando das mudanças climáticas no futuro e o futuro é hoje. Nós vivemos na era antropocena, como foi dito antes, e nós precisamos mudar o local de muitas áreas protegidas no futuro. Então, hoje nós lutamos grandes lutas para estabelecer essas áreas e desenhar essas linhas no mapa, e é uma grande batalha.

Quando nós vamos mudar pelo menos um pedacinho de uma área é outra gigante batalha com uma indústria, com as suas leis de conservação, e não vai ser nada comparado com uma mudança que nós precisamos fazer em dez ou quinze anos à frente. Então, nós precisamos de uma legislação regulatória que dê habilidade de mover essas áreas de proteção para onde nós precisamos.

E essas áreas são necessárias, mas não são suficientes para conservar a biodiversidade. Precisamos de um sistema bem conectado de áreas protegidas, mas isso não é o suficiente também em relação a mudanças climáticas. Precisamos de permeabilidade nessas áreas de proteção e ter uma nova visão dessa paisagem, novos arquipélagos, onde essas áreas protegidas estão incluídas nesse planejamento do uso da terra e na permeabilidade onde essa terra é construída. E como essa biodiversidade vai se adaptar. Isso vai permitir que essas áreas alcancem melhor eficiência na conservação de outras espécies.

Vamos perder muitas espécies. Essa é uma realidade triste. Temos a resiliência que foi comentada e o sistema das áreas de proteção em adaptação a esse sistema regulatório, talvez o efeito ruim seja menor.

Outro grande problema será a promoção dessas áreas de proteção com uma infraestrutura verde, limpa. Nós sabemos dos terríveis efeitos dos furacões nas Filipinas. Eu cheguei um dia depois do furacão e havia milhares de pessoas mortas. Foi um momento de luto e um momento de silêncio para todas as pessoas que foram afetadas, mas nunca mais vai ser o mesmo.

Precisamos investir em infraestrutura. Há exemplos para evidências de áreas de proteção ou áreas não conservadas, não necessariamente designadas como de proteção na costa, que já foi bem explicado.

Na última apresentação a que continuo me referindo, que foi muito boa, nós precisamos de mais áreas de proteção para prover serviços e redução da poluição.

Falamos do baixo custo, por isso que perguntei para o secretário sobre a análise de custo e benefício das estratégias que o Brasil está usando para combater as mudanças climáticas ou reduzir emissões.

No México, por exemplo, nós estimamos que do investimento de cada dólar ou real em áreas de proteção nós pegamos R\$52,00 em retorno, isso entra em custo e benefício.

Mais duas áreas de oportunidade que vejo, e foram bem explicadas pela Ministra esta manhã, eu estava bem surpreso, ainda mais pela paixão dela, mas também claro pela visão de futuro dela, é a integração das companhias ao atingir esses objetivos das mudanças climáticas e da biodiversidade juntamente.

A biodiversidade foi alterada muito pelas mudanças climáticas e está sendo financiada por muitos países e pela conservação da biodiversidade. A maioria delas tem ido para mitigação e adaptação das mudanças climáticas. E essa adaptação é uma doença crônica e a perda dessa biodiversidade também é uma doença. E também estamos perdendo todo o nosso dinheiro para um tipo de doença e não estamos focando no outro.

Então, precisamos juntar esses dois objetivos e ver que eles precisam estar adequadamente analisados. E precisamos das pessoas do clima do nosso lado. Porque as pessoas estão com medo das mudanças climáticas.

Infelizmente muitos de nós humanos, por medo ou por uma perda no sentido econômico, não temos medo da perda de qualquer uma dessas espécies lindas que foram apresentadas anteriormente pelo Simon; e não temos o medo do dinheiro que vamos perder, mas temos medo de que o clima tire a nossa segurança, o nosso dinheiro. Então, nós precisamos ter certeza de que essa estratégia de clima beneficiará a conservação da biodiversidade, porque essa é uma boa decisão a ser feita.

Uma das formas pelas quais podemos integrar a conservação da biodiversidade ao clima é um grande problema para o futuro, que vai ser afetado pelo clima: a água. A integração dos fundos da água está muito mais comum ao redor do mundo, há estratégias para, simultaneamente, olharmos a biodiversidade e a água. Precisaremos sempre da água, e a biodiversidade sempre será importante para a nossa vida.

Um dia, talvez, não precisaremos nos preocupar com o carbono, porque espero que tenhamos uma economia descarbonizada, e talvez não seja importante no futuro, mas, agora, é uma importante fonte, um importante fundo. Então, nós precisamos usá-la para acoplar na nossa estratégia e mostrar que isso ajudará a conservar a biodiversidade no futuro.

Eu espero que nós possamos trabalhar juntos nessas áreas, não importa se é nacional ou internacional, uma área indígena ou um parque urbano. Todas as áreas de proteção têm o seu papel, e vamos fazer com que elas continuem no futuro e que o clima e a biodiversidade se ajudem simultaneamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigado também a V. Sª, Dr. Ernesto.

Passamos a palavra agora... Não sei quem prefere falar primeiro: Dr. Ian ou Ben? (*Pausa.*)

Então, falará o Dr. Ben Boer, Professor da Universidade de Sidney.

O SR. BEN BOER (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom, muito obrigado e boa tarde. É maravilhoso estar aqui neste evento. Eu agradeço ao Parlamento brasileiro. Eu deveria dizer que eu estou muito contente em ver como o Parlamento brasileiro leva a sério as mudanças climáticas. Eu acho que é um exemplo muito importante para o resto do mundo.

Nós temos conversado sobre a diversidade das apresentações. Alguns cientistas naturais usam Power-Point toda hora; a maioria dos advogados, não. Mas eu represento um dos advogados que usa.

Bom, nós ouvimos sobre espécies em perigo pelo Simon Stuart e outras pessoas que começaram falando sobre a lista vermelha. E nós falamos como os próprios animais são afetados pelas mudanças climáticas. Mas a minha conversa é sobre a espécie humana, que também está em perigo. A espécie humana também deveria estar nessa lista vermelha. Eu vou olhar esses problemas, especialmente, do ponto de vista dos direitos humanos e das mudanças climáticas. E vou focar especialmente em alguns exemplos específicos em que esses problemas são particularmente importantes.

Uma das coisas é se as mudanças climáticas estariam relacionadas aos seres humanos ou a um regime das mudanças climáticas. Nós podemos ver que o efeito das mudanças climáticas nos fundamentos dos direitos humanos não é uma parte muito grande dos debates até agora, mas sempre esteve implícito. Certamente, milhões de pessoas vão ser descartadas ao longo dos anos, e eu vou mostrar que esse processo de troca já começou.

Então, nós já começamos a ter grandes impactos de mudanças climáticas nos direitos humanos. E a pergunta é: como nós podemos lidar com isso da melhor forma? Em 2011, as conferências reconheceram que as mudanças climáticas talvez sejam o maior desafio dos direitos humanos de todos os tempos – afetou e vai continuar a afetar um número enorme de direitos humanos. Isso inclui particularmente o direito à vida, de autodeterminação, direitos econômicos e sociais, e também é o caso de todas as obrigações dos direitos humanos e as obrigações dos Estados dentro da convenção, reforçados pelas obrigações para prevenir as violações dos direitos humanos.

Então a pergunta é se todas as partes conectadas pelas mudanças climáticas também deveriam respeitar completamente os direitos humanos. E é isso que foi concluído em 2011.

Bom, esse eslaide em particular mostra especificamente como muitos aspectos do clima afetam as pessoas e principalmente quais direitos estão conectados. Como nós falamos, por exemplo, da elevação dos níveis do mar, afogamento de pessoas, falta de água limpa, por exemplo. Mas na outra coluna nós vemos os direitos que estão conectados, por exemplo, autodeterminação, direito à vida, direito à saúde, direito à água e assim por diante.

Quando nós olhamos o aumento da temperatura, nós vemos a mesma coisa. O aumento de temperatura aumenta as doenças, muda a pesca tradicional e, de novo, afeta os direitos à vida, à saúde, os meios de subsistência e assim por diante.

Nós ouvimos esta tarde também sobre eventos extremos no clima, a temperatura, e claro, em particular os resultados de chuvas de alta intensidade, especialmente na maré alta. Isso resulta numa deslocação de população e contaminação da água e assim por diante. Mas nós também vemos que os direitos humanos estão conectados novamente – direito à vida, direito à saúde, direito à água, meios de subsistência e assim por diante.

Bom, o próximo eslaide é só um resumo desses direitos específicos que estão diretamente afetados pelas mudanças climáticas. Alguns eu vou falar mais tarde, o direito à nacionalidade, por exemplo. Se é uma ilha, uma nacionalidade está completamente submersa, por exemplo.

Bom, o mundo está encarando uma crise enorme. Nós ouvimos isso hoje à tarde e hoje de manhã, pelo Ministro, e a relação entre a biodiversidade e as mudanças climáticas. Eu iria adicionar uma a mais, que é o que o meu colega Dr. Hannam vai falar também, que é a área de desertificação. Nós podemos pensar nas mudanças climáticas, na desertificação e na biodiversidade como multifacetadas, uma crise multifacetada, porque essa integração da terra e da desertificação também está conectada às mudanças climáticas. Isso é porque eu iria discutir que nós precisamos olhar, tanto quanto a biodiversidade convencional, as mudanças e a biodiversidade no mesmo pacote, ao olhar também a desertificação. Em outras palavras, essas consequências, a perda

de biodiversidade, a degradação da terra e a desertificação contribuem para a redução de inúmeros direitos humanos fundamentais.

Quando nós olhamos para o preâmbulo das mudanças climáticas, nós vemos que os direitos humanos sempre estiveram implícitos, mas nunca confrontamos isso diretamente e claramente nos debates de mudança climática até bem recentemente, até os últimos dois ou três anos. Mas nós vemos que alguns órgãos dos direitos humanos, o Conselho dos Direitos Humanos, por exemplo, é um dos que colocaram à frente algumas resoluções.

Bom, aqui uma. Nós vemos aqui que as mudanças climáticas colocam uma ameaça direta e imediata para as pessoas no mundo, e também afirma que os direitos humanos, as obrigações dos direitos humanos têm um potencial de perder a sua força. Eles estão colocando uma perspectiva dos direitos humanos dentro dessa crise das mudanças climáticas: como nós precisamos fazer isso de forma legal e com qual perspectiva, e se você usa só as mudanças climáticas, só a biodiversidade, só os direitos humanos ou todos juntos.

Nós vimos, ano passado, em 2012, a Rio+20, o documento do futuro que nós queremos, que também reconheceu uma variedade de problemas nos direitos humanos. Sem entrar em detalhes, vocês podem ver. É um documento não especificamente sobre a questão dos direitos humanos e a mudança climática, mas fala isso em faixas separadas. Eu diria que eles falharam nesse aspecto. Eles deveriam olhar isso bem mais especificamente e juntamente.

Algumas das coisas que a Rio+20 e o seu documento falam é sobre migrantes. E há várias formas de migrantes. Eu quero falar sobre migração forçada primeiramente e depois perguntar sobre o parágrafo que fala sobre essa migração forçada, migração de região e assim por diante, se isso deveria entrar na mudança climática diretamente. Eu vou dizer que isso pode e deve. Quando você olha para refugiados da mudança climática e migrantes, você pensa nessa questão de migração em um sentido bem amplo. Se você pensa na degradação do ambiente também e na mudança climática, os dois estão ligados, claro. Mas hoje em dia, alguns escritores acadêmicos falam sobre refúgios e migrantes sobreviventes, isso tudo entra de maneira diferente nesse conceito.

Você vê que há três tipos de refúgios ambientais que foram identificados: temporariamente, devido a eventos severos, como avalanche ou terremoto, ou eventos climáticos, ou outros que causam degradação ambiental, ou talvez porque há degradação da terra, desertificação e seca. E quando nós pensamos sobre a degradação do ambiente e seca, nós começamos a pensar nas mudanças climáticas e na interação entre os dois.

Então, deixe-me falar um pouco sobre a região do Pacífico, porque essa é a região que é mais impactada em termos dos países independentes do Pacífico. Eu queria falar particularmente sobre os direitos humanos, os aspectos relacionados aos direitos humanos. Nós podemos ver que os direitos humanos no Pacífico... Mesmo em 1992, as ilhas do Pacífico já produziram um formulário sobre as mudanças climáticas e seu impacto nos direitos humanos, e eles ainda falam sobre isso, mas pouco é feito.

Quando falamos sobre ilhas vulneráveis, não nos referimos apenas ao Pacífico, mas a qualquer ilha ou área costal. Mas ilhas pequenas têm particularmente características que as fazem especialmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas em nível do mar ou eventos extremos, por exemplo, particularmente quando nós olhamos em países como...

Por favor, o próximo.

Nós vemos uma pequena ilha chamada Ilhas Carteret, que tem um futuro bem incerto. Nós temos um vídeo no YouTube, um vídeo que indica quais são os impactos. Se você olhar especificamente, nas duas ilhas no topo à direita, isso já foi uma ilha só, mas já foi repartida em duas pelos efeitos de eventos de clima extremos, que levaram a areia embora. E o que acontece nessas ilhas é que por elas não serem muito altas, uma vez que a areia vai embora, o mar toma conta e não se pode mais produzir vegetais ou se morar lá.

Bom, então as Ilhas Carteret ficam na área do Pacífico e recentemente elas têm sido afetadas pelas tempestades tropicais, e as pessoas tiveram que se mudar. Então dois milhões de pessoas tiveram que se mudar.

O que significa em termos de pequenas ilhas e o impacto nas pequenas ilhas? Os recursos de água afetam a segurança alimentar, obviamente, porque eles não podem mais plantar vegetais, e o solo já ficou salgado. Os recursos de pesca, que também estão associados com essas Ilhas Carteret, e os lugares onde as pessoas costumavam pescar não existem mais, então isso é um grande problema. E quando você tem uma redução desses recursos de pesca, claro, você tem uma diminuição na segurança alimentar.

Outro problema é a saúde humana, que é outro problema dos direitos humanos.

Outro aspecto que foi olhado por alguns advogados internacionais é que se uma ilha, se as pessoas não podem mais morar numa ilha específica, se ela afundou, por exemplo, porque estava muito baixa, constitui uma nação inteira. O que acontece é que a nacionalidade das pessoas, quem são os donos da área, quem ainda tem uma zona econômica específica. É uma grande pergunta. Por outro lado, se você olhar o que aconteceu em alguns países, como nas Ilhas Cook, que são dependentes da Nova Zelândia, alguns anos atrás eles já co-

meçaram a construir grandes paredões para impedir que a água invada. Mas isso é um futuro curto para essa ilha, que é um pequeno país na área do Pacífico. Mas esse é o futuro para Bangladesh? E esse é o futuro para as Maldivas? E assim por diante. São milhares e milhares de ilhas nessa situação, e isso fica pior à medida que os anos passam.

Próximo. Próximo.

Só volta um, para que eu possa mostrar para vocês.

Bom, essa pergunta, é esse o futuro que nós encaramos quando nós temos três, quatro ou cinco paredões para tentar parar as ondas?

Uma das coisas que eu também estive engajado nos últimos anos é olhar em ecossistemas baseados na adaptação e na mudança climática. Você pode ver, algo que está acontecendo ali, há pouco que se pode fazer do ponto de vista legal. O que você tem que ser capaz de fazer é criar milhares de mangues ao redor da ilha. Isso aparece regularmente na praia, para que você plante esses mangues, e essas ilhas têm que planejar um descarte interno, tanto quanto externo.

Quando você começa a pensar em áreas grandes, você pensa em pessoas se mudando para a área mais alta da ilha e saindo da costa. Mas nas ilhas Carteret, elas têm que se mudar totalmente, porque não existe uma área mais alta.

Esse exemplo particular é Tuvalu, que é um pequeno país no meio do Pacífico, no qual você tem os mesmos tipos de problema, assim como nas Ilhas Carteret. Uma população de 12 mil, e as pessoas têm tentado entrar em acordo com a Austrália e com a Nova Zelândia para mudar a população inteira para esses dois países. A Austrália, que já teve uma reputação muito variável em mudanças climáticas, se recusou até agora a fazer essa imigração. E a Nova Zelândia tem uma política mais liberal em relação ao que nós falamos de migração climática.

Mas o problema das mudanças climáticas em Tuvalu é que como você pode ver, um país que é apenas uma coisa... que seu ponto mais alto é muito abaixo demonstra todos os problemas que têm a ver com as mudanças climáticas e os direitos humanos que você vê em outros países.

Quando você tem tempestades dessa forma, uma ilha em algum lugar que é do tamanho dessa sala, você tem enchentes todos os meses, e a vegetação dessa ilha, especificamente os vegetais que as pessoas estão cultivando, não podem mais ser cultivados.

O próximo eslaide tem a ver com a inundação, água fresca, água potável, as áreas de água potável que são penetradas por água do mar e, sem entrar em detalhes técnicos, você pode ver que se você tem uma tempestade de dois ou três metros, você vai ter essa água potável, que é mais leve que a água do mar, ser impactada pela água do mar, isso leva a que quando as pessoas a pegarem, essa água não estará mais potável.

Eu não vou entrar nesse caso específico. Há 11 anos, o povo de Tuvalu tentou processar os Estados Unidos e a Austrália na Corte Internacional. Isso é um problema muito importante, e vamos ver essa litigação das mudanças climáticas acontecendo no futuro, especificamente no contexto dos direitos humanos.

Em outras palavras, não são apenas danos sofridos pelo país, mas, no futuro, eu iria sugerir que o regime dos direitos humanos vá a outro nível. Então, a pergunta é: como isso acontecerá do ponto de vista legal?

Passamos dois ou três eslaides novamente.

Obrigado.

Eu vou terminar em um minuto.

Um dos outros problemas aqui é se essa convenção dos refúgios de 1951 pode se referir às mudanças climáticas. Infelizmente, por causa das definições que você vê aqui no quadro em termos de nacionalidade, de grupos específicos, não se aplicam aos refúgios de mudança climática. Isso se aplica a um outro tipo de refúgio que convencionalmente é aplicado todos os dias para pessoas que, por exemplo, vêm da Indonésia ou da Malásia para a Austrália ou Nova Zelândia. Mas a pergunta é se essa definição se aplica aos refúgios de mudanças climáticas. E é difícil que elas se apliquem.

Dando a complexidade dos problemas relacionados às mudanças climáticas e a necessidade de aplicar um instrumento internamente e externamente, como esses problemas podem ser tratados através de um acordo de mudança climática? Podemos esperar o sucesso do Protocolo de Quioto, por exemplo, ao fazer previsões das mudanças climáticas e direitos humanos? Ou precisamos de um instrumento internacional que vai focar esses problemas?

Nos últimos meses, os princípios da península em descarte climático são a base para um novo instrumento, porque, na verdade, nós também falamos da publicação do Banco Mundial sobre mudanças climáticas e direitos humanos.

A pergunta maior, para mim, é: quando estamos pensando em degradação da terra, mudanças climáticas e direitos humanos, se nós precisamos de um instrumento totalmente novo que garantirá um ambiente limpo e saudável. É exatamente isso que John Knox, o relator dos Direitos Humanos, disse nesse relatório, que

é um *expert* independente nos direitos humanos e no meio ambiente. Isso está disponível *on-line* e eu sugiro irmos, de fato, nesse nível, também para garantir que esse novo instrumento vá ser criado, que vá direto aos aspectos dos direitos humanos e do meio ambiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Dr. Ben Boer pela contribuição.

Parece que estamos chegando ao fim do nosso seminário.

Convido, então, para fazer a sua exposição, o Dr. Ian Hannam.

O SR. IAN HANNAM – Senhoras e senhores, eu gostaria de falar rapidamente nesta tarde a respeito das questões legais associadas com a questão do carbono e da mudança climática, mas, antes, eu gostaria de fazer algumas observações no contexto do que alguns dos palestrantes aqui já fizeram.

O solo é também uma espécie ameaçada, que perde a sua resiliência no mundo inteiro por causa da falta de proteção e pelo sobreuso pelos humanos. Então, o solo, como qualquer outra espécie, é descrito taxonomicamente e decodificado de acordo com os seus níveis de degradação e vem perdendo a sua resiliência.

Portanto, é um fator extremamente importante para reconhecer a habilidade de o solo poder continuar a atingir a demanda crescente por alimentos, que é geralmente expressa no conceito de segurança alimentar, mas não se pode ter segurança alimentar sem segurança do solo.

Então, é necessário que tenhamos algum entendimento das questões físicas e humanas associadas com o sequestro de carbono do solo, onde já vou entrar, que indica também as questões dos elementos legais e institucionais que fazem parte da questão do carbono no solo.

Assim como também com relação à gestão da mudança climática, o direito internacional desenvolve os padrões e diretrizes para o gerenciamento do carbono no solo, mas também os sistemas que fornecem os mecanismos de procedimento e substantivos para gerenciamento do carbono no solo.

E por que o carbono no solo é tão importante? Em primeiro lugar, nosso ecossistema terrestre armazena três vezes mais carbono do que há na atmosfera. O carbono no solo é uma forma de degradação da terra e resulta em perda de produtividade. Então, diferentes ecossistemas armazenam diferentes quantidades de carbono, dependendo da composição, dos tipos de solo e também das condições climáticas locais.

As maiores quantidades de carbono estão armazenadas nos trópicos basicamente como biomassa e em altas altitudes, em que os ecossistemas têm os estoques de carbono na *permafrost*, ou seja, na neve eterna.

Também o que esse mapa global mostra é que, de acordo com a escala em termos de tonelada por hectare de carbono no solo, ele não está bem distribuído homogeneamente no mundo. Em algumas partes do mundo existem grandes quantidades de carbono no solo. Elas são partes menores ali, mas uma dessas áreas está no Brasil, predominantemente na Bacia Amazônica, mais parte do norte da África, América do Norte, e também o continente europeu.

E aí também é importante reconhecer essa desigualdade de distribuição que está aí expressa e para isso fazemos uma melhor maneira de gerir. Então, o sequestro de carbono no solo representa qualquer aumento de teor de carbono em solo orgânico causado por uma mudança na gestão do solo. Um aumento do carbono no solo também mitiga a mudança climática, mas somente se a prática desse manejo causar uma transferência líquida do carbono a partir da atmosfera de volta para o solo.

Então, o sequestro do carbono em solos em que haja plantações e áreas de pastagem é que há um maior potencial da agricultura para a mitigação da mudança climática.

Do ponto de vista internacional, há uma série de questões internacionais e tratados ambientais regionais e estratégias que têm um papel específico sobre o carbono no solo com todo o efeito para a mitigação da mudança climática.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática reconhece o papel dos ecossistemas terrestres como um repositório para os gases do efeito estufa, claro, entre eles o CO₂. Duas fontes principais de gases de efeito estufa vêm mudando a cobertura do uso do solo e também as atividades agrícolas. No art. 4.2, fica implícito que os países podem adotar políticas e uma legislação para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, e isso também se entende para o CO₂ e o carbono.

As partes da Convenção-Quadro têm obrigação de responder, então, à mudança climática, ao gerir, portanto, o carbono no solo, o que inclui a preparação de programas de adaptação e mitigação nacionais de mudança climática para determinar a redução das emissões dos gases e para proteger também os sumidouros de carbono.

O art. 2º do Protocolo do Quioto promove o desenvolvimento sustentável e chama as partes para que implementem as políticas e medidas de proteção e melhorar os reservatórios assim como os sumidouros de gases do efeito estufa. Então, o acordo de Lima/Paris 2014 e Paris 2015 faz uma referência especial para que o

novo acordo firmado em 2020 traga, sim, a questão do carbono no solo, para sua gestão e mitigação da mudança climática. Uma das coisas mais importantes que mais recentemente ocorreu na estrutura da Convenção Climática das Nações Unidas foi exatamente o conceito da ação de mitigação nacionalmente apropriada, ou seja, que iniciou-se em 2007, depois da COP de Bali. E por meio desse processo, dos países que se desenvolveram os seus NAMAs especialmente os países em desenvolvimento, podemos abrir aí para que esses países possam acessar os seus fundos internacionais.

Então, o processo de NAMAs é uma boa diretriz de como gerir o carbono no solo.

Muitos aspectos da Convenção da Biodiversidade também são muito importantes quando falamos em carbono no solo, porque a degradação do solo reduz a biodiversidade.

O art. 6º da Convenção descreve as obrigações dos países para prepararem estratégias e medidas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Então, é importante que essas estratégias possam fazer referência aos elos entre as técnicas de conservar a biodiversidade e como elas vão melhorar os níveis de carbono no solo, mitigando os efeitos da mudança climática.

Duas iniciativas importantíssimas dentro da estrutura da CDB são a Iniciativa Internacional de Conservação de 2006 e o Uso da Biodiversidade do carbono no Solo, e muito importante é o princípio estratégico que inclui ou faz uma provisão para uma integração, uma solução global, integrada, além do desenvolvimento de tecnologias e sua disseminação.

O Plano Estratégico de Biodiversidade foi adotado na COP-10 como um marco para a ação para os envolvidos na CBD e também ele vem junto as 20 Metas de Biodiversidade de Aichi, em que também a biodiversidade, a saúde do solo sejam transversais entre várias metas, inclusive a questão da Meta 7, para agricultura sustentável, Meta 14, para recuperação de serviços ecossistêmicos, assim como a melhoria da resiliência ecossistêmica e a melhoria dos níveis de armazenamento de carbono no solo. E agora, voltando para a Convenção no combate à desertificação, o art. 2º da Convenção está fundamentado no conceito do sequestro de carbono, porque ele promove a redução da degradação do solo, a reabilitação de terras destruídas e também a recuperação de terras desertificadas. Então, o planejamento e os mecanismos decisórios da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas no combate à desertificação têm, em seus requisitos, nos art. 16 e art. 17, de capacitação e participação comunitária, no art. 19, são veículos importantes para o gerenciamento de carbono no solo. E é claro que também os programas de ação nacional podem incluir estratégias para o gerenciamento do carbono no solo.

Na área do direito ambiental internacional, são as leis e os instrumentos legais individuais que fornecem os mecanismos efetivos de gerenciamento de carbono no solo. O direito ambiental tem a ver com o uso da terra agrícola e seu papel fundamental nesse contexto, mas outras áreas do direito também são importantes: a Lei da Biodiversidade, a Lei de Vegetação, de planejamento de solo e as leis relacionadas com a administração do solo.

Em 1998, no Estado de *New South Wales*, na Austrália, aprovamos a lei dos direitos de carbono, que foi uma lei promulgada para determinar os direitos de sequestros de carbono especialmente relativos à questão das árvores. Essa lei permitiu que houvesse um mercado para compra de carbono por meio de contratos efetivos. É um processo muito importante, porque o objetivo principal é incentivar o investimento em sumidouros de carbono. Essa área da lei abre o caminho para um mercado de armazenamento de carbono e a criação de esquemas de crédito de carbono.

Uma iniciativa mais recente, na Austrália, é a Iniciativa CFI, que é a questão do cultivo do carbono, criada em 2011. Essa iniciativa do cultivo do carbono é um incentivo, é um esquema de incentivos para os agricultores criarem um mercado de compensação de carbono, e muito importante, porque quando eles entram num acordo, assinam um acordo com os donos das terras, eles impõem uma tarefa sobre os agricultores para que eles garantam que a quantidade de toneladas de carbono sequestrado dentro desse repositório de carbono não seja menos do que o nível de sequestro de carbono referência, que é então estabelecido por uma série de cientistas em cada região. Então, essa Iniciativa CFI se apoia sobre a questão do monitoramento e do relatório nesses processos, para garantir que realmente ocorra esse abatimento.

Eu gostaria de, agora, rapidamente, falar um pouco acerca da República Popular da China e o sequestro de carbono.

A conversão de terras de campos para pastagem, na China, ocupa um papel fundamental na área ocidental da China, o que levou a uma queda anual de 3% de carbono no solo orgânico da China e uma perda de 30% a 35% de todos os campos com carbono no solo, na China. Então, com o reconhecimento desse nível de deterioração, uma das coisas que têm sido analisadas na China é exatamente o papel da legislação inicial para o manejo do carbono no solo orgânico, por meio de várias atividades agrícolas, além dos procedimentos legais para gerir o carbono no solo e, especialmente, a lei agrícola, nossa lei dos campos e a lei de desertificação. Todos foram analisados e são vistos como um arcabouço para gestão do carbono no solo.

O carbono orgânico no solo é definido como uma atividade no contexto chinês e fica definido como um princípio, uma regra, uma conduta, uma maneira de atingir algum objetivo legal com relação à gestão do carbono no solo no ambiente de pastagem.

Então, essas três leis incluem uma série de atividade de gestão de solo num formato que dá às organizações chinesas o poder e as funções de gerir o carbono no solo. E sob essas três leis, os tipos de atividades inseridas incluem, por exemplo, pastagem sustentável, que é de interesse principal da lei; a conversão de terras de pastagem em pasto cultivado ou área de cultivo ou área específica de plantio, e também a conversão de áreas de plantação em pastagem cultivada; o uso de fertilizantes orgânicos, para melhorar a ecologia dos campos, e também o controle, por exemplo, dos incêndios florestais no sentido de resolver a matéria orgânica na perda de todo esse carbono a partir de corpos de solo.

Então, esse marco dessas três leis na China são significativos para a gestão do carbono no solo, o que vai contribuir para o mercado nacional de carbono, que está sendo gradualmente criado no China. Nesse momento, existe a lei de 2008 de troca ambiental de Pequim, também a troca de energia ambiental de Xangai, junto com o esquema de comércio de Guangdong. Mas agora, com o desenvolvimento desses esquemas independentes, esquemas de comércio de carbono, é muito importante para a China poder ter uma boa coordenação, um processo. Em cada uma das províncias e regiões existe algum tipo de esquema de carbono que está sendo introduzido. E isso levou à criação da iniciativa de gestão de carbono no solo, em que os agricultores chineses conseguem ganhar créditos ao armazenar o carbono, fazendo uso nessas atividades, com o uso do solo, e conseguem prescrever essas atividades dentro da própria estrutura dessas três leis que eu mencionei.

Os créditos de carbono podem ser vendidos para indivíduos e para negócios, para que eles possam compensar as suas emissões. As compensações de carbono podem fazer parte de um mercado de carbono mais amplo da China, e a participação no esquema é voluntária.

Então, para concluir, é justo dizer que existe uma série de instrumentos legais ambientais nacionais e internacionais que constituem um arcabouço abrangente para gerir esses processos de carbono no solo. Esses processos que dão apoio às convenções de mudança climática, da biodiversidade, à convenção de combate à desertificação, fornecem uma diretriz útil para a gestão do carbono no solo. Isso acontece também muito com relação aos planos nacionais, a estratégia de dez anos para a gestão da UNCCD, também o processo de formação de planos de mitigação nacional e suas atividades, assim como também a iniciativa para a biodiversidade. Um exemplo rápido da China fornece apenas uma abordagem para a gestão do carbono no solo, em que haja um foco sobre o número mínimo de leis específicas.

Outros países na região... Por exemplo, a Mongólia levou cerca de dois anos para desenvolver um NAMA especificamente para gestão do carbono no solo nos campos, e uma parte focal desse NAMA é exatamente a identificação de um arcabouço legal que possa apoiar a implementação do NAMA, em que sete áreas na legislação foram identificadas como tendo ali o seu papel na gestão do processo de NAMA.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada ao Dr. Ian.

Concluídas as apresentações, abro imediatamente para saber se alguém gostaria de fazer algum questionamento aos nossos expositores.

São 18h30, estamos bem além do horário previsto para o encerramento.

Não havendo quem queira se manifestar, Ministro, convido-o para fazer parte da Mesa para que a gente possa promover o encerramento.

Antes de passar a palavra ao Ministro Herman Benjamin, quero agradecer-lhe pela oportunidade que dá a esta Comissão de realizar parceria neste seminário que para nós é tão importante.

Após a conclusão da 19ª Conferência das Partes, talvez tenha sido esse o primeiro evento de balanço. E isso é muito importante. Contamos aqui com a presença da Ministra Izabella, do Embaixador Marcondes. Participou de todo o evento, o Ministro Everton, que é um dos negociadores muito importantes. E pudemos, não só nós pela parte do Brasil, colocar as nossas opiniões, a nossa conduta, expor um pouco do que vem sendo a política de mudanças climáticas posta em curso em nosso País, como pudemos ouvir também não só outras experiências como opiniões muito importantes. Pudemos até ter algumas discordâncias em alguns pontos, em algumas questões, mas para isso mesmo temos uma Convenção Internacional, para que possamos definir parâmetros e, através da busca do cumprimento desses parâmetros, podermos garantir um Planeta saudável para as futuras gerações.

Tenho convicção absoluta de que os cientistas do mundo inteiro – porque essa conferência baseia-se em estudos científicos, claros – demonstram os prejuízos que, se não tomarmos uma providência desde já, poderão ser causados à humanidade num futuro muito próximo. Então nós temos uma grande responsabilidade em preservar, em conservar a natureza, para conservar a própria vida, a fauna, a flora, a vida humana.

Creio que talvez esse tenha sido um dos eventos, do ponto de vista do conteúdo, mais fantástico, tanto pelas participações da manhã como pelas participações de agora.

Nós fizemos questão, desde o início, de relatar qual é a postura do Congresso brasileiro em relação às mudanças climáticas do Brasil. E, de fato, quando criamos uma Comissão, quando temos a responsabilidade de anualmente produzirmos um relatório que analisa como vem sendo a aplicação da política brasileira de mudanças climáticas, sem dúvida nenhuma, damos uma demonstração do peso político que o Brasil, que os Parlamentares brasileiros dão a essa questão.

Diferentemente – e aqui não vai nenhuma crítica, é uma observação muito materna e fraterna –, o Congresso brasileiro não tem sido um empecilho às posições importantes que o Brasil adota. Pelo contrário, alguns países, sim, alegam exatamente o fato de que os congressos não aprovam, não permitem que países importantes assinem protocolos. Aqui no Brasil, as coisas funcionam diferentemente. Não que não tenhamos muita resistência aqui. Temos, sim.

Nossa luta agora é para que o Brasil ratifique a Convenção da Biodiversidade. Estamos próximos de instalar uma comissão que vai analisar essa convenção para que possamos, todos nós – o Brasil, que é o mega-detentor da biodiversidade –, ratificá-la também. Para não deixar qualquer dúvida – e acho que não há –, a Ministra colocou muito claramente, o Embaixador e o Ministro Everton também, das bandeiras e das propostas que apresentamos durante da COP19, que continuaremos a apresentar nas próximas. Longe de nós, não temos nenhum objetivo de punir quem quer que seja pelas práticas conferidas historicamente. Entretanto, achamos importante que, do ponto de vista científico, possa haver a verificação da participação histórica para que políticas sejam aplicadas.

O que nós defendemos é uma política única, compromissos que tenham o mesmo peso para todas as nações do Planeta. É claro que os compromissos são naturalmente diferenciados, de acordo com as diferenças que existem nos países. Nós não podemos comparar o Brasil, que é um país em processo de desenvolvimento, com outras nações já desenvolvidas. Assim como não podemos comparar o Brasil com países menos desenvolvidos que o nosso.

Então, defendemos responsabilidades diferenciadas, de acordo com a diferenciação de cada nação, de cada povo, de cada nível de desenvolvimento, porque a igualdade se baseia exatamente aí. Não podemos tratar desiguais de forma igual, porque assim, sim, estaríamos promovendo uma grande discriminação.

Então, eu quero agradecer a presença de todos e, sobretudo, ao Ministro Herman Benjamin. Muito obrigada.

É uma sexta-feira. Sexta-feira, o Parlamento brasileiro não costuma funcionar. Eu, que me lembre, sou Parlamentar já há 15 anos, o tempo em que estou aqui em Brasília, acho que é a primeira vez – não, é exagero! –, pouquíssimas vezes fiquei até essa hora numa sexta-feira. Aliás, corro daqui imediatamente para pegar o voo para voltar à minha cidade.

Então, muitíssimo obrigada a todos. E eu passo a palavra agora, para que também faça as suas observações finais, ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço à eminente Senadora.

Queria apenas lembrar que nós estamos bem atrasados. A flexibilidade que o Prof. Ben lembrava, e encontrou uma expressão graciosa para definir essa adaptabilidade que os nossos eventos de direito ambiental e, sobretudo esses no Parlamento, têm.

Permita-me, no entanto, eminente Senadora, fazer um registro pessoal da facilidade de organizar eventos desta natureza com pessoas de bem e do bem, pessoas que têm um compromisso com o País, que têm um compromisso com o Planeta. E, com V. Ex^a e o Ministro Sarney Filho, este compromisso salta aos olhos.

Eu acompanho a carreira da eminente Senadora desde a época em que ela era Deputada lá no seu Estado e tinha um carinho muito especial – e o mantém – com a agenda da água. Não só a água na perspectiva de um recurso natural, mas a água que chega ao cidadão – água potável, o direito à água potável. E essa foi uma das grandes lutas da Senadora Vanessa Grazziotin.

Ressalto, finalmente, que, neste evento, que eu saiba, foi o primeiro balanço jurídico-científico, junto, feito após Varsóvia. E o intuito foi exatamente este: que nós pudéssemos trazer ao Parlamento brasileiro essa possibilidade, como aqui nós dizemos em português, com a “batata quente”. Nós, ainda, sob o impacto positivo, negativo ou “mais ou menos”, do que ocorreu em Varsóvia, nós podemos avançar com a nossa própria agenda.

É claro que o Brasil tem muito a avançar, mas seria injusto, até conosco mesmos, com o Parlamento, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, a sociedade civil brasileira, que é, afinal de contas, quem nos dá os parâmetros de atuação. Seria injusto com todos esses esforços nós não reconhecermos o muito que foi feito.

Queremos fazer mais, e creio que a posição do Brasil, tão bem representado pelo nosso atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Figueiredo, pelo novo grupo de diplomatas que toma frente desses grandes debates, é de que o Brasil não tem medo de tomar posições corajosas.

O Brasil sabe que proteger clima, proteger o Planeta tem custos. E nós, brasileiros, estamos dispostos a pagar esses custos. O que nós não queremos – e acho que essa é uma posição da sociedade brasileira – é que isso seja feito de uma forma ineficiente ou que seja feito de uma forma injusta, porque Justiça é um valor que permeia todos os debates, e não poderia ser diferente no debate sobre o clima.

Por isso, Senadora, mais uma vez, eu agradeço V. Ex^a. É um prazer enorme trabalhar com V. Ex^a. E tenho certeza de que nós continuaremos a trabalhar, como já o fazemos há muitos anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muitíssimo obrigada a todos e a todas, pela presença. Eu quero aqui fazer um agradecimento especial às pessoas que nos ajudaram a organizar este evento, a comissão organizadora, que vai desde entidade não governamental até representantes do Senado, da Câmara e do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”: Eladio Lecey, Diva Alves Carvalho, José Francisco Carvalho, Mariete Pinheiro da Costa e Nicholas Bryner, a quem pedimos uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada.

Obrigada a todos e a todas pela audiência.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, suspensão às 11 horas e 6 minutos, reaberta às 11 horas e 33 minutos, suspensão às 12 horas e 29 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos, suspensão às 16 horas e 45 minutos e reaberta às 17 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 37 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e três minutos do dia onze de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Sérgio Souza e Randolfe Rodrigues, dos Deputados Fernando Ferro, Sarney Filho, Colbert Martins e Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidente Vanessa Grazziotin declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da pauta, destinada a apresentação, discussão e votação do Relatório Final da Comissão: Relator: Deputado Sarney Filho. Resultado: Aprovado o Relatório. Usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Deputados Fernando Ferro e Alfredo Sirkis. A senhora Presidente solicita a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião as dezesseis horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, esta Ata, que assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidência da CMMC.

(Texto com revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente. A Presidência comunica que recebeu o Aviso nº 1517-Seses-TCU-Plenário, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Tribunal daquela Corte, nos autos do Processo nº 034.496/2012-2, na sessão ordinária de 20/11/2013, acompanhado do relatório e da proposta de deliberação que os fundamentam. O mencionado acórdão está à disposição dos Srs. Parlamentares para conhecimento na Secretaria da Comissão.

Eu pergunto se esse seria aquele que trata das áreas de preservação. É isso? Porque, se houver interesse, é de acordo com o assunto. (*Pausa.*) Exatamente. Eu já trabalhei este relatório e eu já o li. O relatório trata de uma investigação, de um estudo feito pelo Tribunal de Contas da União, acerca das unidades de conservação do bioma Amazônia. É um relatório muito importante, que aponta as deficiências e, salvo engano, em torno de 4% somente de todas as áreas de preservação do bioma Amazônia já estão plenamente desenvolvidas e implantadas – 4% somente. As demais, não.

Eu não sei se... É, enfim. Essa é uma questão importante, mas o relatório está à disposição de todos os membros que quiserem. Podem solicitar, que a Comissão providencie uma cópia para encaminhar aos Srs. Parlamentares.

Esta reunião destina-se tão somente à apresentação, discussão e, se possível, votação do relatório final desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Portanto, neste momento, eu passo de imediato... A não ser que queiram fazer qualquer consideração os Parlamentares presentes, Deputado Ferro e Deputado Sirkis. Se não, eu passarei a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para que possa ler o relatório por ele elaborado, um relatório de mais de 200 páginas.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Srª Presidente. Eu gostaria de dizer que esse relatório que eu sistematizei, na realidade, teve a colaboração do Habib Fraxe, da Elídia – o Habib é Consultor do Senado, a Ilídia é Consultora da Câmara –, do Rafael Santiago, Analista Legislativo da Câmara; e da nossa querida amiga Roseli, Consultora da Câmara.

Então, eu queria deixar esses agradecimentos.

Justamente por não ser o autor – sou apenas o sistematizador, com pequenas colaborações –, posso elogiar este relatório. O relatório está muito bom, Senadora Vanessa. É um relatório grande, e nele constam as audiências públicas que nós promovemos e as audiências regionais. Um leigo que se dispõe a lê-lo seguramente vai ficar muito atualizado sobre a questão climática não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Então, acho importantíssimo que a Comissão, com seus membros, com seus assessores e com seu corpo técnico, que quero parabenizar, aos quais quero agradecer por essas nossas viagens, tenha feito um trabalho dessa envergadura em um ano.

Tenho a certeza de que a proatividade de V. Exª, Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, foi o que facilitou e possibilitou a elaboração de um relatório tão substancial, com tantas informações!

Evidentemente, também contamos com o apoio do nosso 1º Vice-Presidente, o Deputado Fernando Ferro, que participou ativamente das audiências públicas, principalmente das audiências regionais.

Eu já tinha distribuído anteriormente este relatório, que está resumido somente nas partes da introdução e das recomendações. Eu gostaria só de citar o que é dito na introdução.

Em 2013, a Comissão realizou audiências públicas em Brasília e nas Assembleias Legislativas dos Estados do Amazonas, de Pernambuco, de Paraná e de Santa Catarina. Os temas debatidos nessas reuniões foram o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, o cumprimento das metas brasileiras de redução de emissões, os projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas e o papel das escolas e dos programas educacionais; a valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas; o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e outros instrumentos econômicos; a adaptação às mudanças climáticas e a prevenção de desastres, a preparação do Brasil para a IV Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres, as cidades resilientes, a implantação do Estatuto de Proteção e Defesa Civil; o Marco Legal sobre o Sistema Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+); o projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave do Brasil; a sustentabilidade ambiental e o setor agrícola; a agricultura de baixo carbono e a extensão rural; as mudanças climáticas, os ecossistemas marinhos e costeiros e a situação dos manguezais; os mecanismos financeiros e tributários para uma economia de baixo carbono; os desastres naturais; o aproveitamento de água pluvial, suas aplicações e estratégias voltadas para a gestão do consumo e da conservação de água; a preparação para a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 19).

Em outubro, realizamos o evento “Clima em Debate: Conferência de Legisladores sobre Mudanças Climáticas”, com o objetivo de discutir a harmonização das leis estaduais com a legislação nacional sobre o tema.

Em novembro de 2013, a Comissão, representada por sua Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin, esteve na 19ª Conferência das Partes.

Por fim, no dia 6 de dezembro de 2013, a Comissão promoveu em Brasília o Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de discutir os resultados da COP 19 e a agenda pós-Varsóvia. O evento contou com o apoio do Instituto O Direito por um Planeta Verde, da Caixa Econômica Federal. Participaram do evento a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; e o Ministro Antonio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

É lógico que toda a programação está incluída. Este é só um resumo, uma introdução. Há palestras de inúmeros técnicos, professores e doutores dessa área de todo o mundo, que aqui vieram para essa reunião.

Considerações finais. As considerações finais são bem pequenas. Dá para ler todas, inclusive para dar tempo de a nossa Senadora voltar, porque ela foi votar. Estava havendo votação.

Segundo o cronograma estabelecido na Plataforma de Durban, deve ser definido um acordo global e com metas obrigatórias de redução de emissões para todos os países, o qual deverá estar concluído até 2015, para entrar em vigor a partir de 2020.

Na COP 19 esperava-se definir os principais temas e diretrizes que devem pautar o novo acordo. Entretanto, considera-se que a COP 19 foi uma das mais difíceis em termos de negociação e resultados. A conferência ocorreu sob o peso da capital, ocorrida nas Filipinas, pela passagem do tufão Haiyan. O ambiente de negociação foi constrangido por vários fatores, entre os quais o anúncio da redução de metas por parte do Japão e de reversão da legislação sobre o clima por parte da Austrália. A conferência finalizou seus trabalhos com perspectiva pouco animadora no plano das negociações sobre as bases do novo acordo, que substituirá o Protocolo de Kyoto.

Avalia-se que houve uma quebra de confiança no êxito das negociações multilaterais que precisa ser recuperada. A COP19 foi marcada pelo debate em torno do princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, segundo o qual os países industrializados que têm responsabilidades históricas de emissão desde a Revolução Industrial arcariam com os maiores esforços de redução das emissões.

O Brasil apresentou a proposta de que o IPCC desenvolva um mecanismo de quantificação do quanto cada país já emitiu ao longo do tempo. A estimativa de quantificação do quanto cada país já emitiu ao longo do tempo serviria de base para o cálculo da meta de cada parte em um novo acordo. Essa proposta foi rebatida pelos negociadores internacionais, em especial Canadá, Austrália e Estados Unidos. O Brasil também apresentou uma proposta de realização de consultas nacionais para a definição do nível de ambição e de capacidade dos países nos esforços de redução de emissões. Essa proposta foi aprovada.

O Plano de Ação aprovado em Varsóvia estabelece um cronograma de ações até 2015, mas dele foi retirada a menção a metas obrigatórias. Além disso, o compromisso com a redução de emissões foi substituído pelo termo “contribuição”.

Não houve avanços em relação ao Fundo Verde do Clima, que deveria destinar US\$100 bilhões/ano para 2013 e 2020, para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em países em desenvolvimento. O fundo ainda não conta com mecanismos que regulamentem a origem e a destinação dos recursos e a prestação de contas por parte dos beneficiados. Os recursos aportados durante a COP somam apenas US\$8,3 bilhões. Foi aprovado o compromisso de financiamento da adaptação com a destinação de US\$100 milhões, o que está muito aquém do custo que essas ações terão. Foi aprovada a criação de um regime de compensação por perdas e danos, causados pelas mudanças climáticas em países pobres. Esperava-se que esse mecanismo fosse independente da estrutura da convenção para garantir reações rápidas, mas essa autonomia não foi alcançada.

Entretanto, pode-se afirmar que a COP 19 teve importante avanço em tema de grande relevância para o Brasil, que foi a aprovação do mecanismo de pagamento por esforço de redução de emissões decorrentes do desmatamento e degradação florestal, o REED. O pagamento depende da comprovação de resultados e está vinculado ao Fundo Verde do Clima. Estados Unidos, Alemanha, Noruega e Reino Unido se comprometem com aporte de US\$280 milhões. Segundo a ONU, cerca de 20% das emissões globais de gases de efeito estufa são causadas pelo desmatamento.

O Brasil anunciou que já cumpriu 62% da meta assumida no Plano Nacional, embora tenha havido aumento do desmatamento na Amazônia Legal e em todos os biomas no último período analisado, devido à recente flexibilização da legislação de conservação das florestas da nossa biodiversidade como um todo. Entretanto, no Plano Nacional, um componente importante para a redução de emissões e que está sendo pouco debatido no Brasil é o controle do desmatamento nos demais biomas, que não a Amazônia. Embora o PPCerrado tenha sido instituído, pouco se fala sobre a importância do controle do uso do solo nesse bioma para a mitigação de emissões. O País precisa dar maior atenção à degradação dos biomas fora da Amazônia Legal.

Além disso, é preciso valorizar os ecossistemas naturais, não somente por seu papel na mitigação, mas também para a adaptação. Isso é especialmente importante no Brasil, tendo em vista que os desastres que assolam nossa população são fruto da associação de eventos meteorológicos extremos – cada vez mais frequentes e intensos, devido às mudanças climáticas – com o mau uso do solo e da degradação das Áreas de Preservação Permanente previstas na Lei Florestal.

Destaque especial deve ser dado à degradação dos manguezais, no Brasil e em todo o mundo. Os manguezais são verdadeiros berçários naturais e requerem proteção urgente, por sua importância biológica e como estratégia de proteção das áreas costeiras e das populações humanas que aí vivem.

Nós tivemos a oportunidade de participar, lá em Recife, desse seminário, desse encontro, que foi muito importante.

As medidas de adaptação devem basear-se na manutenção dos ecossistemas naturais. A biodiversidade, os serviços ecossistêmicos são essenciais para que se tenha maior resiliência. Ecossistemas saudáveis são um escudo natural para proteger o ser humano dos impactos, principalmente as populações mais vulneráveis.

Nessa perspectiva, e na esteira da aprovação do mecanismo de REDD na COP 19, espera-se que ganhe impulso a aprovação de uma lei nacional sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). É preciso valorizar a vegetação nativa para a redução das emissões, bem como promover o uso sustentável do capital natural, atribuindo maior valor à floresta em pé, com melhor inserção de produtos florestais não madeireiros na economia.

O PSA não deverá ser apenas um pagamento direto, com recursos públicos. Deverão estar previstas também as relações entre privados. É necessária uma lei nacional para regular as relações, garantir uniformidade de princípios.

A Lei nº 12.651/2012, em seu art. 41, autoriza o Poder Executivo a instituir ações de PSA, as quais podem ser implantadas por decreto. Mas isso não elimina a necessidade de uma lei específica que normatize o assunto, ainda mais porque diversos Estados vêm instituindo normas sobre REDD e PSA, que deverão se harmonizar com as diretrizes nacionais.

Também necessitam de harmonização as políticas estaduais de mudanças do clima com o PNMC. Trata-se de instância fundamental de diálogo entre a União e os Estados, tendo em vista a padronização das metodologias para o inventário (uso dos mesmos indicadores) e para o relatório de emissões.

Percebe-se claramente que, se no plano internacional, as negociações estão travadas, a mudança nos padrões locais de emissão pode ser um caminho. Conforme sugestão da Deputada Estadual Aspásia Camargo, as cidades podem assumir um protagonismo maior, realizando inventários de suas emissões, instituindo sistemas de gestão urbana mais amigáveis, envolvendo as políticas de transporte, de resíduos sólidos, de energia, etc.

Além disso, os governos locais têm papel fundamental nas ações de adaptação. A Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, atribui aos Municípios grande parte das ações de prevenção a desastres naturais. Na Plataforma de Hyogo, de Redução de Risco de Desastres, aprovada no Japão em 2005, um dos cinco princípios é a promoção de cidades resilientes.

A adaptação a mudanças climáticas e a redução do risco de desastres remetem a duas faces de uma mesma moeda e, por isso, devem sempre ser vistas conjuntamente. A maior aplicação de medidas de redução do risco de desastres contribuirá para o uso mais sensato dos recursos financeiros, humanos e naturais e, finalmente, para o aumento da eficiência e sustentabilidade das ações de adaptação a mudanças climáticas.

A matriz energética brasileira está mudando. Ela era, caracteristicamente, de países tropicais em desenvolvimento, com altos índices de alteração da vegetação e desmatamentos, e começa a mostrar, cada vez mais, sinais de matriz de emissões de país desenvolvido, com aumento do peso em energia.

Nesse sentido, merece destaque o Projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chave do Brasil, que conta com o apoio do PNUMA, a parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). O projeto visa avaliar as estratégias de redução de emissões de gases de efeito estufa e estimar gastos de iniciativas de mitigação até 2050. A ideia é olhar todos os setores da economia, tentando-se mostrar qual seria a trajetória menos custosa para a economia brasileira.

O Brasil reduziu suas emissões por desmatamento, mas não pode descansar, porque os desafios ainda são muito grandes. Cortar emissões nos setores de energia, agropecuária e transportes é mais complexo, porque envolve o processo de crescimento econômico e o consumo.

Temos o duplo problema da emissão de GEE e de redução da pobreza e da desigualdade. Temos uma camada da população que está ascendendo economicamente, que aspira aos mesmos níveis de consumo da classe média. O corte de emissões no Brasil não pode ocorrer à custa da limitação da qualidade de vida dessa população. Controlar o consumo permanece sendo um desafio, mas uma opção seria fortalecer os serviços urbanos, como o transporte coletivo, no lugar de fomentar a aquisição de automóveis particulares.

Enfim, o Brasil tem um desafio muito grande. Nós somos o primeiro da lista de países megadiversos, possuímos seis biomas, toda a dimensão oceânica, a maior Floresta Tropical remanescente do mundo, bem como a Mata Atlântica e o Cerrado, a Caatinga, os Pampas e o Pantanal, e 12% da disponibilidade mundial de água doce superficial. Temos amplo potencial para crescer economicamente, melhorar nossa infraestrutura, combater a pobreza e alçar toda a Nação a condições dignas de vida, tudo isso com sustentabilidade. Podemos mudar o modelo de desenvolvimento do Brasil, crescer em bases sustentáveis.

O Brasil tem que estar muito bem preparado para colocar suas propostas e compromissos, contribuindo de forma eficaz para o desafio global da mudança do clima. No entanto, sob a ótica das estratégias de desenvolvimento do País, devemos promover o potencial dos diversos setores da economia, de um crescimento de baixo carbono, que conserve a biodiversidade e os recursos hídricos, um crescimento que seja de fato sustentável sobre os três pilares – ecológico, social e econômico.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de aprovação urgente do Projeto de Lei nº 792/2007 e seus apensos, que instituem a Política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), bem como do Projeto de Lei nº 195/2011, que disciplina o REDD+. Ambos tramitam na Câmara dos Deputados e estão em avançado estágio de discussão.

Por fim, propomos que esta Comissão institua o Prêmio Cidades Resilientes, a ser conferido anualmente a projetos municipais de mitigação ou adaptação às mudanças climáticas.

Eram essas, Srª Presidente, nobres colegas, as principais observações e recomendações do relatório final da nossa Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Infelizmente, por conta do Regimento, nós não vamos poder dar continuidade a este trabalho. Mas vamos tentar, de todas as formas, aqui na Comissão, ajudar para que este trabalho possa ser continuado, sempre tendo em vista o Estado e não os governos; o Estado, a Nação, o seu povo, os direitos difusos da sociedade, que devem ser sempre preservados em detrimento dos direitos individuais, que são legítimos, mas devem se submeter aos direitos difusos da sociedade.

Então, é dentro dessa perspectiva, Srª Presidente, que eu concluo a leitura do relatório final, fazendo antes um reconhecimento também da atuação do Deputado Alfredo Sirkis, da nossa Comissão, Deputado atuante e, talvez, uma das pessoas do Brasil e do mundo que mais entende sobre mudanças climáticas, que, através também dos seus discursos, das suas publicações, das observações das COPs, pois ele tem assistido a quase todas, também nos ofereceu subsídios para que pudéssemos incorporar alguns deles no nosso relatório.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O relatório – cujas considerações finais e introdução o Relator acaba de ler –, não sei se foi registrado, mas foi distribuído na íntegra, antecipadamente, para os Deputados e Deputadas, para os Senadores e Senadoras.

E eu também quero cumprimentar não só o Deputado Sarney Filho, pelo relatório, mas também a equipe, que já vem acompanhando, há algum tempo, esta Comissão. Cada um de nós passa; a cada ano, nós temos um Presidente ou uma Presidenta diferente, e um Relator diferente; mas a equipe de consultores, tanto do Senado quanto da Câmara, que acompanham esta Comissão tem sido permanente. A Comissão é permanente, e o corpo técnico e a consultoria também são permanentes. Então, eles que dão este caráter à Comissão e possibilitam a continuidade, porque, se nós formos analisar, Deputado Sarney, os relatórios anteriores, há uma evolução na análise de todas as questões postas no relatório.

Então, feita a apresentação, eu passo a palavra ao Deputado Vice-Presidente Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT - PE) – Presidenta Vanessa, meu caro Relator Sarney, Sirkis e demais participantes desta reunião, eu gostaria realmente de, primeiro, reconhecer o trabalho. Creio que podemos dar sequência a esta fase do relatório interagindo com todos aqueles que nos ajudaram na formulação, na questão do conteúdo, das sugestões que vieram.

Então, deixaria como sugestão, Srª Presidente, que nós encaminhássemos esse relatório para todas as assembleias legislativas do País, uma publicação para ser encaminhada para as assembleias legislativas, para todos os palestrantes que participaram conosco dessa formulação, e, evidentemente, disponibilizar...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Desculpe-me interromper, sei que é ruim, principalmente na condição de Presidente e de coordenadora, mas eu acabei de assinar uma solicitação ao Presidente da Casa – esta é a praxe do Senado –, para a impressão de 3 mil exemplares. Então, nós aguardaremos a relação dos membros, para, além disso que V. Exª está colocando, que a Secretaria já havia listado, a indicação dos Srs. Deputados e Senadores para outras entidades, órgãos que acham que devam receber também.

O SR. FERNANDO FERRO (PT - PE) – Então, nessa linha, acho que esse documento pode contribuir, ele tem uma dinâmica de debates e faz parte de uma transição de acúmulo de informações sobre esse tema. Quero crer que isso vai ser importante para centros de pesquisa, para universidades e outros segmentos que queiram utilizar o relatório e fazer uma leitura crítica dele e também contribuir com o acúmulo de informações sobre o tema e sobre o trabalho da Comissão.

Dito isso, quero parabenizar o Deputado Sarney Filho pelo relatório e a todos que contribuíram para essa construção, entre os quais os servidores que, com sua competência, têm nos ajudado tanto no desenrolar das audiências, nas articulações que tivemos com os palestrantes, como pela síntese aqui trazida neste relatório.

Então, Srª Presidente, encaminho meu voto favorável ao relatório do Deputado Sarney Filho.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Deputado Sirkis com a palavra.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Inicialmente, queria congratular-me com o Relator pela qualidade do relatório, que é bastante abrangente e toca uma série de temas que são da maior pertinência.

Penso que o ideal seria se pudesse ainda ele ser complementado com os trabalhos que foram realizados pela iniciativa Rio Clima, tanto do ano passado quanto deste ano, que, afinal, também está sob o escopo

desta Comissão, da mesma forma que da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e contém recomendações extremamente importantes que foram em parte distribuídas na conferência Rio+20, a do ano passado, e as deste ano, que foram apresentadas na Conferência COP 19, em Varsóvia. Tive a oportunidade de fazer a apresentação dessas recomendações. Não sei até que ponto seria possível ainda incorporá-las. Eu tinha, como o tempo era muito curto, inicialmente privilegiado as versões em inglês, mas acredito que já estejam disponíveis as versões em português.

Em relação a este ano, o Rio Clima inicialmente tratou de assuntos relativos à economia de baixo carbono e fez seis recomendações importantes, algumas delas, inclusive, desenvolvendo recomendações que haviam sido feitas no ano anterior. Por outro lado, suscitou também uma primeira iniciativa de natureza prática, que pode também ser creditada, ou cocreditada a esta Comissão, que é a iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco de ter declarado a ilha de Fernando de Noronha como o primeiro território carbono-neutro do Brasil, ou seja, um projeto que visa a transformar essa ilha numa ilha carbono-neutra em alguns anos.

Isso foi anunciado em Fernando de Noronha. Agora, o Governo de Pernambuco está começando a trabalhar com afincos nesse sentido. Penso que isso também é produto da dinâmica que é gerada por esta Comissão, pela Comissão de Relações Exteriores e pelo trabalho feito também na esfera não governamental. Trata-se de um trabalho conjunto, e penso que as conclusões e ações dessa iniciativa deveriam ser incorporadas a esse relatório.

Em relação à parte das conclusões finais, eu gostaria de fazer algumas considerações. Penso que deveria haver menção, além da menção que já foi feita, ao equívoco que foram os subsídios à indústria automobilística...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Deve ser feita uma observação análoga em relação ao equívoco que vem sendo o subsídio à gasolina, inclusive com efeitos nefastos sobre o Pará, com a Petrobras. Mas, fundamentalmente, uma das recomendações da Rio Clima, tanto do ano passado quanto deste, é a supressão de subsídios a combustíveis fósseis, supressão evidentemente cercada de cuidados, sobretudo em relação ao óleo diesel, cercada de mecanismos compensatórios.

É totalmente incompatível nós imaginarmos que possa haver uma redução substancial de emissões de gases de efeito estufa quando nós temos neste momento, em escala planetária, cerca de US\$1 trilhão de subsídios a combustíveis fósseis por ano. Então, esse é um problema muito sério e que se articula com a questão das tributações. A tributação e os subsídios andam de mãos dadas – uma é uma espécie de imposto positivo. E tanto os subsídios precisam ser eliminados como os sistemas nacionais de tributação precisam ser reformados no sentido não de se aumentar a carga tributária, que em alguns países como o Brasil já é excessiva, mas no sentido de substituir tributos que são regressivos do ponto de vista ambiental e climático por uma tributação vinculada à redução de intensidade de carbono.

Uma outra observação que eu gostaria de fazer diz respeito à atuação brasileira na Conferência COP 19, na qual estivemos, a Senadora Vanessa, o Deputado Fernando Ferro, o Senador Capiberibe, sua esposa Janete. Diversos Parlamentares assistiram à conferência. Cada um terá sua visão, e eu tive um processo praticamente incessante de discussão com a nossa delegação.

Penso que a posição brasileira evoluiu uma fábula desde os anos anteriores à conferência de Bali, sobretudo depois da conferência de Copenhague, durante e depois da conferência de Copenhague. O Brasil joga um papel globalmente positivo, não só em relação ao que tem feito como dever de casa como em relação ao papel indispensável que presta durante a COP, com a liderança que tem no grupo do G77+China. Então, realmente, eu acho que a nossa atuação, como País, é positiva. Porém, existem certos aperfeiçoamentos que precisam ser feitos em relação a se atuar de forma mais realista e mais eficaz.

O Brasil fez seis submissões ao sistema das Nações Unidas. A submissão, dentro daquele jargão peculiar da ONU, é um posicionamento que um país apresenta para ser proposto para o conjunto de 193 países, e eventualmente virá um critério nesse processo. O Brasil fez seis. Todas elas pertinentes. No entanto, na nossa tática de negociação, privilegiaram-se basicamente duas. Uma que foi bastante consensual, não há problema nenhum a respeito, que é a ideia das consultas nacionais a respeito da questão climática. Foi muito bem-aceita. Acho que foi um grande ponto que a nossa Diplomacia marcou. A segunda é mais complicada, porque ela parte de uma consideração que é justa, mas a forma de encaminhar, na minha opinião, e a importância central que se deu a ela, eu acho que comporta um equívoco de avaliação da correlação de forças e das circunstâncias que envolvem esse processo de negociação.

Em tese, a ponderação brasileira de que o IPCC deveria desenvolver uma metodologia para poder contabilizar a chamada responsabilidade histórica, processo de emissões, parece-me justa. Colocada no contexto, não me parece que essa deveria ter sido a prioridade do Brasil nesse processo. E, por outro lado, embora justa, ela tem que ser considerada sob o prisma do que é viável numa correlação de forças dada e numa situação

dada num organismo como o UNFCCC, a Conferência do Clima, que depende de um consenso de 193 países. E a realidade nua e crua desse processo é que, de fato, ou se consegue chegar a um consenso, ou nada feito.

Então, nesse sentido, penso que a coisa foi encaminhada num sentido meio de confronto com alguns outros países, como é o caso dos Estados Unidos, da Europa e de alguns países recalcitrantes também, caso do Canadá, Japão, que vêm abandonado seus compromissos assumidos no Protocolo de Quioto.

Eu acho que essa não era a melhor tática e eu aconselhei, inclusive, o Embaixador Marcondes, o chefe da nossa delegação, a promover um pouco algumas mudanças de ênfase. Eu o aconselhei, em primeiro lugar, de não chamar de responsabilidade histórica; chamar de emissões acumuladas. Em segundo lugar, a sinalizar claramente para os países preocupados com essa questão que isso não seria usado como critério para estabelecer metas de mitigação. Porque aí nós voltamos a uma situação ligada a Quioto, que já estava, na minha opinião, superada pela visão do Brasil.

Penso que não é realista supor que, estabelecendo metas de emissão com base em responsabilidades históricas, nós vamos lograr o nível de redução de que precisamos, até porque hoje o nível de emissões da China, por exemplo, é superior ao dos Estados Unidos. E o número de emissões dos países em desenvolvimento, portanto, com menos “responsabilidades históricas” – entre aspas – é maior do que aquele dos países desenvolvidos.

Tenho dito que o critério da responsabilidade histórica chamado de forma diferente pode ser utilizado eventualmente; poderia se obter, num processo de negociação habilidoso, que ele fosse utilizado, por exemplo, na repartição de responsabilidades em relação aos fundos, em relação ao processo de financiamento e em relação a, por exemplo, criar um grande fundo garantidor, se nós fôssemos partir para uma nova ordem financeira internacional. Mas o nexos que alguns dos nossos negociadores verbalizaram claramente, inclusive numa conferência de imprensa, entre responsabilidades históricas e mitigação me parece ineficaz e não conseguirá produzir resultados práticos a não ser aquele de marcar posição. Até por justiça. Porém, marcaremos uma posição justa, mas não avançaremos no processo.

Finalmente, eu gostaria de colocar qual deveria ter sido a grande ênfase da posição brasileira – e falei isso para o Embaixador Marcondes. Deveria ter sido numa outra das seis submissões que o Brasil fez.

O Brasil fez uma submissão da maior importância, que teria tido chances muito grandes de prosperar e de abrir caminho, que é a chamada, em inglês, *early action*, que vem a ser o quê? O pagamento, os mecanismos de remuneração, de recompensa por ações realizadas antes de 2020 de forma voluntária e que redundem em redução de emissões.

Por que isso é tão importante para o Brasil? Em primeiro lugar, porque o Brasil tem feito isso. Então, seria um dos países que teriam que ser recompensados por isso. Em segundo lugar, porque estimula a ideia de ações voluntárias; ações nacionais voluntárias seriam remuneradas de alguma maneira. E isso se articula com uma proposta, com uma das recomendações do Rio Clima, que é justamente a criação de uma unidade de valor de uma espécie de “moeda” – entre aspas – do clima que poderia servir para remunerar essas ações de redução antes de 2020. E essa moeda poderia ser usada na aquisição de produtos, serviços e tecnologia que conduzissem a uma redução subsequente das emissões, o que entabularia a criação do chamado ciclo virtuoso.

Então, se o Brasil tivesse colocado as suas fichas em cima dessa submissão, que é uma das seis que o Brasil fez, em vez de ter ficado dando murro em ponta de faca com tanta intensidade em relação à questão das chamadas responsabilidades históricas, eu acho que nós teríamos, eventualmente, logrado mais sucesso do que logramos.

Quero finalizar dizendo que foi uma conferência fraca, que praticamente empurrou com a barriga para Lima todo o trabalho de preparação daquilo que será a conferência de Paris, em 2015, e Lima, em 2014, e com o risco grande de nós termos em 2015, em Paris, a repetição do drama que tivemos em Copenhague, em 2009.

Então, de fato, ou a gente começa a raciocinar dentro de um paradigma ligeiramente diferente e percebe que a eficácia, muitas vezes, é mais importante do que marcar uma posição justa, ou, de fato, nós estamos correndo para um impasse muito provável.

Essas são as observações que eu gostaria de fazer, pedindo perdão por elas terem sido tão longas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas é assim mesmo, e, com as observações que faz V. Exª, todos nós somos instados a fazer nossas observações também.

Eu passo a palavra ao Deputado Ferro, que já havia pedido.

O SR. FERNANDO FERRO (PT - PE) – Primeiro, queria tratar de uma questão sobre a possibilidade de fazer uma incorporação no relatório.

Deputado Sarney, será que não caberia incluir no relatório uma proposta de decreto legislativo para que esta Comissão de Mudanças Climáticas pudesse apresentar emendas para o Orçamento? Assim a Comissão estaria como as outras comissões, podendo oferecer emendas.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Se nós aprovarmos aqui, podemos incorporar ao relatório.

O SR. FERNANDO FERRO (PT - PE) – Certo.

Em relação ao debate, quero aqui registrar a presença do Marcelo, nosso companheiro lá de andanças em Varsóvia.

Quero agradecer de público, Marcelo, o trabalho que vocês fizeram e dizer que a nossa delegação sente-se honrada e acima de tudo orgulhosa da ação dos nossos ministérios atuando naquela conferência – não só o Ministério das Relações Exteriores, mas o Ministério de Meio Ambiente, o Ministério de Ciência e Tecnologia –, que deram contribuições importantes para nós, além do apoio para nossa participação.

Então, quero expressar esta nossa gratidão por esse trabalho.

Em relação às considerações levantadas pelo Deputado Sirkis, realmente, Deputado, o ambiente do debate da COP 19 dá a impressão de uma série de posições pré-fixadas. Você vai para um cenário onde o debate já está mais ou menos dado. Posições de Estado, posições de governo, de intransigência, principalmente o grupos dos países europeus, mais Estados Unidos, Canadá e Austrália, uma posição de força, pelo que são.

Então, eu acho que, pelo fato de o Brasil ter provocado esse debate, ele cumpre, primeiro, um imperativo de ordem ética e moral com os históricos predadores da natureza. E eu acho que é um debate que se faz na mesma ótica com que são cobrados os erros cometidos pelas guerras – a recuperação e o resgate das vítimas das guerras, cobranças que se fazem historicamente, e inclusive se cobra o pagamento material disso. Eu acho que também nessa área há uma similaridade. Talvez eu não possa compreender a forma como isso deva ser feito, mas eu creio que o Brasil colocou, com a sua posição, uma afirmação e um protagonismo próprio para um país com as nossas dimensões, com as nossas características e com nosso papel nesse debate. O Brasil é um dos *players* principais nesse debate, nessa discussão. Assumiu liderança de ponta, articulou o grupo com a China, com a Índia e com a África do Sul com o grupo de países menores. Articulou realmente um campo de confronto político sobre essa matéria.

Eu senti, eu sinto que o tema tem que ser considerado, tem que ser incorporado numa lógica de disputa de posições. Há pouco tempo, esse pessoal sequer aceitava o relatório do IPCC. Havia uma desqualificação intelectual e política do relatório. Isso começou a mudar, porque há um enfrentamento de posições nessa relação. Então, eu acho que, ao marcar uma posição nesse campo, estamos construindo as bases para formação de uma força e de uma intervenção coletiva em escala mundial, contra os países que hegemonizam esse discurso conservador na área ambiental.

Portanto, é uma posição de ponta. Pode até estar radicalizando, mas acho que é uma posição correta política e historicamente. É um resgate de responsabilidade, de cobrança de responsabilidade. Acho que deve fazer parte de uma disputa política de posições, de guerra de posições, que se toma nesse cenário. Nesse aspecto, quero concordar que isso cumpriu um papel, de fato, de afirmar o Brasil como um dos países que saem, inclusive, de um evento como esse, com uma posição pública muito mais dignificada. A saída daquelas organizações não-governamentais, de protesto em função da morosidade ou da ineficiência e dos resultados da conferência, é também um fator a mostrar que, se não houvesse, pelo menos, essa tensão do Brasil, provavelmente algumas conquistas pequenas não sairiam.

Então, no jogo da disputa entre o programa máximo e o programa mínimo, acho que temos de saber trabalhar. E compreendo que o Brasil jogou correto nessa linha. Realmente, aposto nesse papel e o reconheço no debate acontecido em Varsóvia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero, aqui, assinar embaixo das palavras ditas pelo Deputado Fernando Ferro em relação a...

E cumprimentar também o Secretário Marcelo, do Itamaraty, aqui presente e que deu um grande apoio à comitiva parlamentar. Principalmente ao Sirkis, porque ficamos quatro dias, e o Deputado Sirkis ficou toda a conferência, assim como o Marcelo.

Mas, Deputado Sirkis, é delicado. Conseguir qualquer tipo de acordo nesse ambiente é extremamente complicado, porque o que está envolvido e o determinante não são as questões climáticas. Nós sabemos disso. São as questões econômicas.

Os Estados Unidos dizem que não há como assinar protocolo, como ratificar, porque o congresso americano os impede de fazer isso. Aqui no Brasil, é o contrário: o Congresso brasileiro, apesar de posições divergentes que tem, tem sido um grande instrumento para apoiar o Governo no sentido do avanço nas negociações.

Eu creio que é isto: uma negociação à mesa. Para se conseguir algo, não se pode chegar e dizer: “Olha, eu só quero isso, e isso está bom.” Porque, de fato, ocorre isso, ocorreu e continuará ocorrendo. Essas responsabilidades, todas elas, têm de ser medidas. Para que e o quê, vamos ver mais adiante, mas têm de ser conhecidas, medidas, mensuradas. Não tenho dúvida alguma quanto a isso.

Enfim, essa é uma polêmica que continuará. Acho que a grande vitória é que não houve um fracasso total, porque considero que o acordo de REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) foi um passo importante. Nós sabemos há quanto tempo a conferência negociava o REDD-plus, e o Brasil é um ganhador em relação a isso. Nós temos alguns projetos também tramitando no Congresso brasileiro, e muitas das observações é de que não havia uma regra internacional. Agora, há uma regra internacional.

Então, quero dizer que esta é uma opinião minha. Não é como a sua, como a dele.

E temos de nos preparar muito bem para Lima. Acho que Lima... Quero destacar também a posição do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente, que estão encarando a próxima COP, COP 20, em Lima, no Peru, como se nossa fosse, porque é aqui no nosso continente, num país vizinho. É uma COP que acontece num país amazônico.

Então, inclusive o Embaixador Marcondes, o gaúcho, como eu falo, que esteve conosco aqui na avaliação, viajou para lá, onde estava tratando exatamente disso. Portanto, acho que, no ano que vem, a próxima Mesa diretiva desta Comissão terá de desenvolver desde o início atividades com países vizinhos e com o Peru, principalmente, para que, avançando em Lima, a gente possa, em Paris, quando um novo acordo, mais amplo, deverá ser feito, já ter uma série de negociações costuradas.

Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Quero só fazer uma rápida observação e, inicialmente, também me juntar ao agradecimento, de coração, à equipe do Itamaraty, que tão bem nos apoiou em todos os aspectos da nossa permanência em Varsóvia. E muito particularmente eu agradeço ao Marcelo, de coração.

Em relação à observação do Deputado Fernando Ferro, eu penso que a gente tem que saber exatamente qual é o objetivo a cada momento. Eu acho que é válido o enfrentamento, a polêmica, e penso que, evidentemente, existem momentos e foros em que é necessário que nós critiquemos a posição dos Estados Unidos, embora ali seja muito mais uma situação provocada pela oposição do que pela situação, porque, de fato, pela natureza constitucional dos Estados Unidos, a ratificação de um tratado internacional passa por uma maioria qualificada do Senado que simplesmente é muito difícil algum partido obter. Então, ainda que a maior parte do Senado – não é o caso da Câmara – estivesse disposta a assinar um tratado internacional do clima, uma importante minoria, que é o bloco republicano, pode impedir isso de acontecer.

Penso que a administração democrata também terá razões para ser criticada, embora caiba notar que os Estados Unidos, nos últimos três anos, diminuíram as suas emissões de forma significativa.

De qualquer maneira, eu acho que uma coisa é o momento da luta política, outra coisa é o momento da negociação, quando se tenta conseguir uma coisa tão difícil quanto o consenso de 193 países. Então, é tão simples quanto isto. Se não for possível uma fórmula que seja aceita pelos 193 países, os Estados Unidos são um deles, o Canadá é outro, a Arábia Saudita é outro, por outro lado, a China, a Índia, enfim... Para isso tudo tem que haver uma fórmula com que todos concordem.

É por isso que eu não tenho ilusões de que o acordo de 2015 resolverá o problema. Eu espero que o acordo de 2015 vá o mais longe que se consiga chegar no acordo entre 193 países e que o restante do caminho seja conseguido por uma negociação em outro formato, em outro nível, entre os países grandes emissores, e por uma nova ordem financeira internacional do baixo carbono.

Em relação, finalmente, à questão das emissões cumulativas, Deputado, não é tão fácil assim. Eu não faria a comparação entre as emissões e as guerras, por uma razão muito simples. Embora tenha se começado a detectar o fenômeno do efeito estufa ainda no século XIX, só a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90 é que houve realmente uma clareza inequívoca, do ponto de vista científico, dos mecanismos precisos que levam ao chamado efeito estufa. Então, a responsabilização dos países que produziram a Revolução Industrial e, junto com ela, um progresso evidente para toda a humanidade, inclusive reconhecido pelo Karl Marx, o progresso evidente que foi a Revolução Industrial, eu acho que não há como comparar esse desenvolvimento com as guerras – a Primeira Guerra Mundial, a guerra imperialista; a Segunda Guerra Mundial, uma guerra de agressão do nazifascismo contra uma série de países da Europa –, não acho que essa comparação seja pertinente.

Pode-se dizer que, desde o início da Revolução Industrial até o início dos anos 90, os países que foram responsáveis por essas emissões de gases de efeito estufa não tinham uma clara noção do que de fato estava acontecendo. Então, eu acho que a tentativa de uma responsabilização de natureza culposa não leva a canto nenhum. Ela só, digamos, agrava um conflito político na hora da negociação, o que, evidentemente, é contraditório com uma negociação bem sucedida. Isso não significa que, objetivamente, não existam essas responsabilidades históricas e que elas não devam ser levadas em consideração. Apenas devemos remover o aspecto estigmatizante em relação a esse debate, senão a gente não vai chegar a canto nenhum. Por outro lado, eu acho que é ineficaz tentar relacionar essas responsabilidades com tarefas de redução de emissões.

Onde eu acho que cabem as responsabilidades históricas, com outro nome, é na questão de saber quem paga a conta, do ponto de vista internacional. E, colocadas nesse nível e removido o aspecto estigmatizante, eu penso que pode haver uma discussão construtiva com países que, eventualmente, tenham essa responsabilidade histórica, inclusive considerando que, muito breve, a própria China passará a ter uma responsabilidade histórica considerável. A China, em termos de emissão *per capita*, já está se aproximando dos países do chamado mundo desenvolvido.

Então, eu acho que deve se remover o estigma de cima dessa discussão, a ideia de que isso é uma responsabilidade, a ideia de que isso é que nem foram as guerras. Eu acho que ela não é uma ideia que facilite na forma que me parece a mais eficaz de encaminhar esse assunto.

Então, como eu falei, acho que devia ser desenvolvida uma metodologia para apurar o que deveria ser chamado de emissões cumulativas, que essas deveriam ser feitas não só por país, como também por empresa e por segmento da economia mundial e deveria ser claramente sinalizado que isso seria, eventualmente, usado para efeito da discussão de quem paga a conta, e não para efeito da discussão de se deve cortar mais ou menos emissão. Esse é o ponto que faço.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pagar a conta como?

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Pagar com o Fundo Verde do Clima, por exemplo, com o financiamento do Fundo Verde do Clima. Ou essa ideia que temos defendido, por exemplo, de tentar criar uma nova ordem financeira internacional, que funcionaria da seguinte maneira: a gente teria uma unidade de valor, uma espécie de moeda ligada à redução do clima. Essa moeda remuneraria ações voluntárias de redução...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É como um mercado.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – É, um mercado, mas muito mais eficaz do que o atual mercado do carbono.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Certo.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Porque o atual mercado do carbono tem um pecado capital, que não acho que o invalide, mas que é complicado, que é o seguinte: na verdade, você está reduzindo as suas emissões para comprar títulos para vender para aqueles que não conseguiram reduzir as suas emissões. Estão comprando de você o direito de não reduzir as suas emissões. Eu acho que isso foi bom no período pós-Quito. Houve uma certa eficácia, mas, na verdade, estamos propondo uma coisa que vai além disso, em termos de eficácia e de amplitude, que é a ideia de uma moeda do clima que passa a remunerar, concretamente, uma série de ações que podem ser diferentes. E aí essa moeda estabelece a equivalência entre elas, e, desde agora, já se está reduzindo as emissões antes do...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Deputado Sirkis já ia concluir, e eu o provoquei. Eu estou aqui pressionada, porque os senhores têm votação.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Só para terminar, existem... E, ontem, eu até revi a cifra, porque eu estava falando em US\$120 trilhões e li, no *The Economist*, que é mais: são duzentos e poucos trilhões de dólares que estão diariamente orbitando no chamado Sistema Financeiro Internacional, que é basicamente dinheiro que está buscando sua automultiplicação.

Como trazer uma parte dessa quantidade absurda de recursos – muito maior, dezenas, dezenas e dezenas de vezes maior que aquela que está sob o controle direto dos orçamentos dos governos – para uma economia de baixo carbono?

Isso aí tem que ser algo articulado com essa ideia que eu expus anteriormente. E, por outro lado, em qualquer movimento que se faça nesse sentido, esses investimentos teriam que ser, de alguma forma, garantidos. Vai ter que haver uma garantia para quem invista em redução de carbono, para que se criem papéis ou, sei lá, debêntures, ou outras formas vinculadas à redução de emissões. Para isso, tem que haver um fundo garantidor. Para formar esse fundo garantidor, qual é o critério de participação? Aí, nesse caso, eu acho que deveria ser o critério das mal chamadas responsabilidades históricas.

Então, acho que essa é uma discussão pertinente, é uma discussão sutil, delicada, cheia de detalhes e acho bom que o Governo brasileiro tenha colocado isso, apenas acho que deveria ser colocado de uma forma ligeiramente diferente, para ter eficácia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É, porque, nesse caso, as conferências das partes se baseiam em teses científicas, e isso que estamos tratando, que o Brasil levanta é parte da ciência, não há como medir se você não tem os dados. Acho que nesse aspecto há concordância.

E outra preocupação é que precisamos contribuir com o clima, com o meio ambiente; então, não sei se a teoria da compensação ajuda o clima. Pode ajudar países que têm problema, agora, o clima, não sei.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exato. Enfim, vamos lá.

Isso tudo que estamos discutindo não é parte do relatório, mesmo porque o relatório não entra nessas questões. É apenas um debate extra, como sempre puxado pelo entusiasta Deputado Sirkis.

Passo a palavra ao nosso Relator para que faça as observações diante das duas sugestões apresentadas.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Bem, há duas sugestões apresentadas, Presidente.

Uma delas, que é de fácil incorporação, é a do Deputado Fernando Ferro. Como houve o assentimento de todos aqui, já está incorporada ao relatório. Sendo votado, será incorporada.

O relatório do Rio Clima não chegou à Comissão. Isso já foi falado, o próprio Deputado Sirkis já tinha falado, e eu já tinha autorizado até que a assessoria o incorporasse assim que chegasse para discutirmos. Mas ele não chegou.

Temos um prazo de cinco dias para mandarmos para a gráfica. Minha sugestão é de que, quando colocarmos em votação... Já estou dando publicidade, está sendo gravado, a votação seria a seguinte: chegando no prazo de até cinco dias o relatório final, iremos incorporar como um anexo ao relatório, sem entrarmos no mérito da questão, só incorporariamos o relatório em anexo ao nosso relatório da Comissão. Se aceitarem dessa forma...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Todos aceitam?

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – Eu só proporia, em relação às conclusões finais, que se incluísse uma menção...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Ao relatório.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – ... ao Rio Clima 2012 e 2013...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Dizendo que a gente vai incorporar ao relatório.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ) – É... Não, e a questão da crítica ao subsídio à gasolina também, junto à indústria automobilística.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Certo. Vou fazer a seguinte proposta: colocamos objetivamente a questão da gasolina, objetivamente porque é uma coisa simples de colocar, e anexamos ao relatório, caso ele chegue em tempo hábil, o relatório final.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu acho até que, se ele pudesse ser uma publicação anexa, à parte, pudesse ser manuseado... Não sei se isso é possível.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Acho que não é possível. Vamos deixar desse jeito. Não tem problema. Essa é a sugestão, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Ele é junto e separado, porque entra como anexo.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – É, ele é junto e separado, fica como um anexo sem...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E é bom, porque vamos ter um número bem importante de publicações.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Sarney Filho, com as observações já...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Acordadas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente, com aquilo que ele aceitou, que foi apresentado hoje. Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em razão de ser esta a última reunião do ano, e visando agilizar a publicação das atas desta Comissão, quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço muitíssimo a todos. (*Palmas.*)

Cumprimento o trabalho apresentado e aprovado no dia de hoje.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.*)

Edição de hoje: 68 páginas
(O.S. 11377/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

